

ÍNDICE

I. Rol de Responsáveis

II. Relatório de Gestão

III. Informações Contábeis

IV. Declaração da Unidade de Pessoal quanto ao atendimento por parte dos responsáveis da obrigação de apresentação da declaração de bens e rendas

V. Relatório e pareceres de instâncias que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão

I. ROL DE RESPONSÁVEIS

II. RELATÓRIO DE GESTÃO

II. RELATÓRIO DE GESTÃO

2.1. Identificação

2.2. Responsabilidades Institucionais

2.2.1. Papel da Unidade na Execução das Políticas Públicas

2.3. Estratégia de Atuação

2.4. Gestão de programas e ações

2.4.1. Dados gerais

2.4.2. Resultados

2.5. Desempenho Operacional

2.6. Previdência Complementar Patrocinada

2.7. Instituições beneficiadas por renúncia fiscal

2.8. Operações de fundos

2.9. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins (conforme Anexos II e X da DN-TCU-85/2007)

Anexo A – Demonstrativo de tomadas de contas especiais (conforme item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

Anexo B – Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades (conforme item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

Anexo C – Despesas com cartão de crédito corporativo (conforme item I-1.8 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)

Anexo D – Recomendações de órgãos de controle (conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

Anexo E – Demonstrativo de transferências realizadas no Exercício (conforme item I-1.3 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)

2.1. IDENTIFICAÇÃO

2.1. IDENTIFICAÇÃO

Nome completo da unidade e sigla	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio - SRI	
Natureza jurídica	Órgão da administração direta do Poder Executivo	
Vinculação ministerial	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Decreto nº. 5.351, de 21 de janeiro de 2005, publicada no DOU de 24 de janeiro de 2005.	
CNPJ	00.396.895/0072-19	
Nome e código no SIAFI	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio – SRI - 130020/00001	
Código da UJ titular do relatório	130020/00001	
Código das UJ abrangidas	Não Consolida outras unidades	
Endereço completo da sede	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Esplanada dos Ministérios Bloco “D” 3º andar – Brasília-DF – CEP 70043-900 – Tel (61) 3218-2510 Fax (61) 3225-3653	
Endereço da página institucional na internet	www.agricultura.gov.br	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de Governo Predominante	Agricultura	
Tipo de atividade	Agricultura	
Unidades Gestoras Utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio – SRI	130020/0001

2.2. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

2.2. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

2.2.1. Papel da Unidade na Execução das Políticas Públicas

O agronegócio nacional vem produzindo uma revolução na economia brasileira. Gera recordes de produção por meio da incorporação de tecnologias e recursos humanos altamente capacitados, amparados por pesquisa de ponta. Gera empregos e alcança recordes de vendas de insumos e bens de capital ligados à agropecuária. Ano após ano, o setor tem crescido e o saldo na balança comercial do agronegócio, historicamente positivo, contribui para o superávit da balança comercial brasileira, aumentando a credibilidade externa do país.

Esse cenário positivo tem no acesso ao mercado internacional uma condição fundamental para que o mesmo continue ocorrendo de forma sustentada. A existência de barreiras e/ou obstáculos no comércio internacional gera a necessidade de negociações constantes, quer seja para a manutenção de mercados em que o Brasil já está presente, quer seja para a abertura de novos mercados. Para tanto, é preciso negociar e firmar acordos, sejam eles bilaterais, regionais ou multilaterais, na tentativa de se obter maiores acessos para produtos nos quais o Brasil possui vantagens comparativas, mas que, via de regra, são altamente protegidos. Verifica-se, também, que a falta de ações específicas de divulgação do padrão de qualidade e sanidade dos produtos do agronegócio nacional tem limitado a competitividade e o aproveitamento de oportunidades de mercado.

Este fato inconteste que o Brasil vem desempenhando, cada vez mais, um papel preponderante no comércio internacional de produtos do agronegócio, exige do país uma atuação mais efetiva e coordenada para defender seus interesses. Assim, em janeiro de 2005, foi criada a Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio – SRI para adequar a estrutura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA à essa nova realidade vivenciada pelo agronegócio brasileiro.

A criação da SRI visa dotar o Ministério de uma ferramenta institucional para a defesa e promoção do agronegócio brasileiro no mercado externo. Este foi um passo do Governo Federal reconhecendo a importância do agronegócio para a economia nacional, no sentido de criar mecanismos para assegurar a correta e devida inserção deste setor no comércio internacional de produtos agropecuários.

Neste contexto, a Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio funciona, essencialmente, como núcleo estratégico na coordenação, promoção e supervisão dos assuntos relacionados à política externa para o agronegócio, assim como suas implicações para a elaboração das demais políticas sob a responsabilidade do Ministério. Para tanto, assessora o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e outros órgãos de Governo em assuntos dessa natureza, assim como representa os interesses do agronegócio nacional nessa área em diferentes foros internacionais. Em decorrência de sua forma básica de atuação, a SRI não desenvolve ações típicas de atividades-fim, de forma que muitas das metas são, na verdade, as metas do próprio governo, nem sempre possível de quantificá-las previamente.

Cabe destacar que a Secretaria, ainda, não dispõe de programas próprios e, neste caso, os recursos por ela utilizados são provenientes de ações vinculadas a programas geridos em outras unidades organizacionais quer sejam do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou não. Neste sentido, em termos orçamentários, a Secretaria nasceu fragilizada. Sendo criada durante a vigência do Plano Plurianual – PPA 2004/07, ela não pode contar com uma estrutura orçamentária (programa e ações) própria e definida de forma adequada para as suas funções. Desta forma, a SRI vem custeando seus gastos com recursos orçamentários provenientes de três ações já existentes e vinculadas ao programa “20.128.0360 – Gestão de Política Agropecuária” gerenciado pela Secretaria de Política Agrícola – SPA.

No ano de 2007, a Secretaria teve participação em várias frentes de negociações internacionais. No âmbito da Organização Multilateral do Comércio – OMC (negociações multilaterais), a SRI atuou tanto no Comitê de Agricultura como no Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias. Nesses dois fóruns, são discutidas as políticas praticadas pelos países membros da OMC, constituindo-se em um mecanismo que visa dar transparência ao que os países fazem em termos de apoio ao setor doméstico de produção. Além disso, nesses dois Comitês discuti-se, também, a revisão e o aprimoramento das regras e disciplinas que são aplicadas ao comércio internacional.

No plano bilateral, a Secretaria teve ação decisiva na conclusão de acordos sanitários e fitossanitários com diversos parceiros comerciais, que permitiram a abertura de mercados para a exportação de produtos nacionais, como, por exemplo, carnes e produtos derivados. A SRI teve igual papel importante nas negociações que são

conduzidas entre o MERCOSUL e diversos países e/ou blocos comerciais no sentido de criar áreas de integração comercial.

Em 2007 as atividades de promoção do agronegócio brasileiro no exterior tiveram como objetivo combinar ações institucionais, políticas, técnicas e comerciais em mercados estratégicos, abrangendo público multiplicador e formador de opinião, como autoridades governamentais, representantes setoriais, acadêmicos, imprensa e empresários locais. Tais ações buscaram informar e esclarecer sobre os ataques internacionais sofridos pelo setor agropecuário brasileiro no exterior (tais como degradação da Floresta Amazônica e trabalho escravo) e a qualidade e sanidade do produto brasileiro. Além disso, buscou divulgar os setores do agronegócio brasileiro, assim como incentivar a aproximação entre empresários brasileiros e estrangeiros, visando à identificação de oportunidades de negócios e parcerias.

Ainda como parte das ações de promoção destacam-se as atividades relacionadas à organização interna para as exportações. Nesse sentido, em 2007, foram desenvolvidas ações objetivando fomentar e acompanhar a integração contratual das cadeias produtivas para exportação, trabalhando com produtores, associações, cooperativas, agroindústrias e exportadores: a) AgroEx - Seminário do Agronegócio para Exportação (fomento da exportação do agronegócio); b) Agrolnt - Curso de Integração para Exportação (formação da cultura de integração contratual dos elos das cadeias produtivas do agronegócio para exportação); c) Passo a passo para Exportação - constituição de manual de procedimentos para exportação de produtos do agronegócio; e d) Desenvolvimento da Integração.

2.3. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

2.3. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

As atividades regimentais atribuídas à SRI são amplas e diversificadas dada a natureza complexa que se reveste o comércio internacional de produtos agropecuários. Porém, de modo a se ter uma visão agregada, pode-se dizer que o objetivo da SRI é promover, com vistas à expansão das exportações brasileiras do agronegócio, a sinergia entre três variáveis básicas desse processo, quais sejam: ações de negociações comerciais internacionais, acordos sanitários e fitossanitários e promoção internacional do produto brasileiro.

Para a consecução deste grande objetivo agregado, ocorre o desdobramento em uma série de ações e trabalhos que podem ser agrupados em três linhas: *i)* elaborar propostas, participar de negociações internacionais e acompanhar a implementação de acordos internacionais relacionados à liberalização do comércio mundial e a práticas de defesa comercial; *ii)* assessorar os órgãos do Ministério na elaboração da política agrícola nacional, em termos da compatibilidade com os compromissos internacionais, e *iii)* promover o agronegócio brasileiro, seus produtos, marcas e patentes no mercado externo, assim como a organização dos produtores nacionais com vistas a prepará-los para a atividade de exportação.

Em decorrência de sua forma básica de atuação, a SRI não desenvolve ações típicas de atividades-fim. Assim sendo, a maior parte de suas metas são, na verdade, as metas do próprio governo, nem sempre possível de quantificá-las previamente. Existem casos em que as demandas não decorrem de planejamento prévio, e sim de situações externas, que põe em risco acordos já firmados, ou a necessidade de melhorar vantagens já obtidas.

Desde que foi criada (em janeiro de 2005), a Secretaria vem enfrentado seu principal problema que é a falta de uma estrutura orçamentária (programa e ações) própria e definida de forma adequada para as suas funções. Conforme já mencionado, e tendo em vista que a sua criação se deu em meio à vigência do PPA 2004/07, ela não dispõe de programa próprio e os recursos utilizados são provenientes de ações já existentes, e vinculadas a um programa gerenciado por outra Secretaria. Ademais, os limites orçamentários da SRI sempre foram fixados tomando como referência parâmetros anteriores à sua criação já que o programa e as ações já existiam antes da

SRI. Em outras palavras, até então, a Secretaria ainda não teve um orçamento que tenha sido definido (em valores e metas) segundo seus objetivos e necessidades.

Para realizar as suas atividades no ano de 2007, a SRI contou com o valor de R\$ 1.212.469,00 (hum milhão, duzentos e doze mil, quatrocentos e sessenta e nove reais) na ação “20.128.0360.8533 – Missões Comerciais Internacionais para o Agronegócio”, R\$ 348.000,00 (trezentos e quarenta e oito mil reais) na ação “20.128.0360.4840 – Capacitação de Negociadores e Profissionais do Agronegócio em Comércio Exterior” e R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais) na ação “20.128.0360.4756 – Promoção de Exposições e Feiras Agropecuárias”. Um exemplo claro da dificuldade que está situação gera para a Secretaria é a questão do contingenciamento que foi aplicado sobre os valores para gastos com deslocamentos. Como a referência era o orçamento do ano anterior (2006), a Secretaria se viu sujeita a uma limitação que não levou em conta valores que correspondessem corretamente ao gastos que a Secretaria realiza. Este fato será comentado em detalhes mais a diante neste relatório.

2.4. GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES

2.4.1. PROGRAMA

Conforme mencionado anteriormente, a SRI não dispõe de nenhum programa sob a sua responsabilidade. Tendo sido criada durante a vigência do PPA 2004/07, ela não conta nem com programas e nem com ações próprias que tenham sido definidas segundo os seus objetivos e necessidades.

Cabe registrar que, em junho de 2005, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento encaminhou ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão pleito de criação de um programa específico (denominação do programa: “Internacionalização do Agronegócio”) para atender de forma adequada as atividades da SRI. Todavia, tal pleito foi indeferido mediante o argumento de sobreposição de competências com outras áreas do governo, notadamente, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC e o Ministério das Relações Exteriores - MRE.

Tal argumento perde a sua fundamentação tendo em vista a importância das atividades agropecuárias para a economia do país. Um setor que é responsável por 37% dos empregos gerados, participa com 28% no PIB nacional e sustenta 37% das exportações do país, justifica a existência de esforços governamentais específicos para apoiá-lo.

Com a inexistência de um programa próprio, a SRI teve que custear os seus gastos em 2007 com recursos orçamentários provenientes de três ações diferentes, a saber: “20.128.0360.4840 - capacitação de negociadores em comércio exterior”; “20.128.0360.8533 - missões comerciais internacionais para o agronegócio”; e “20.128.0360.4756 - promoção de exposições e feiras agropecuárias”. Essas três ações são vinculadas ao programa “20.128.0360 – gestão de política agropecuária” gerenciado pela Secretaria de Política Agrícola, Além disso, somente as duas primeiras ações ficam sob a coordenação da SRI, enquanto que a terceira ação é de responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo”.

Além desse programa, a SRI tem sob sua responsabilidade coordenar ações do programa “20.212.0681 – Gestão da Participação em Organismos Internacionais” que é gerenciado pelo Ministério das Relações Exteriores.

2.4.1.1. Programa “20.128.0360 – Gestão de Política Agropecuária”

2.4.1.1.1. Dados Gerais

Trata-se de um programa sob a responsabilidade da Secretaria de Política Agrícola.

Este é um programa tipificado como gestão de políticas públicas, sem ações finalísticas. Suas atividades consistem em coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e avaliar e controlar os programas das áreas agrícola e pecuária.

O orçamento para o exercício de 2007 destinou o montante de R\$ 2.560.469,00 (dois milhões, quinhentos e sessenta mil, quatrocentos e sessenta nove reais) distribuídos da seguinte forma: i) R\$ 348.000,00 (trezentos e quarenta e oito mil reais) para a ação “20.128.0360.4840 - Capacitação de Negociadores e Profissionais do Agronegócio em Comércio Exterior”; ii) R\$ 1.212.469,00 (um milhão, duzentos e doze mil e quatrocentos e sessenta e nove reais) para a ação “20.128.0360.8533 - Missões Comerciais Internacionais para o Agronegócio”, e iii) R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para a ação “20.128.0360.4756 - Promoção de Exposições e Feiras Agropecuárias”.

2.4.1.1.2. Principais Ações do Programa

Este programa é composto pelas seguintes ações:

i) “20.128.0360.4840 - Capacitação de Negociadores em Comércio Exterior”:

- Os estudos e pesquisas desenvolvidos pelo Ministério da Agricultura deram apoio à formulação de políticas voltadas ao desenvolvimento do setor agropecuário no Brasil. Com esta finalidade foram realizadas atividades tais como: participação em eventos nacionais e internacionais, treinamentos e reciclagem de pessoal, discussões técnicas, proferimento de palestras e debates com representantes de entidades de classe, dentre outras, sobre assuntos de importância para o agricultor e o agronegócio brasileiro.

ii) “20.128.0360.8533 - Missões Comerciais Internacionais para o Agronegócio”:

- A existência de restrições de ordem técnica, sanitária, tarifária, além de práticas desleais de comércio como subsídios, tornam o mercado internacional de produtos agropecuários altamente protegido, o que dificulta sobremaneira a

expansão das exportações brasileiras. Neste contexto, o acesso a mercados é condição fundamental para que o crescimento continue ocorrendo de forma sustentada. Para tanto é preciso firmar acordos, sejam eles bilaterais, regionais ou multilaterais, na tentativa de se obter melhores condições de acessos para os produtos nos quais o Brasil possui vantagens comparativas. Com esta finalidade, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento tem participado ativamente de negociações com seus parceiros comerciais e em fóruns internacionais onde são discutidas e negociadas regras para disciplinar o comércio internacional, assim como a implementação, o acompanhamento e a administração dos acordos comerciais já firmados.

iii) “20.128.0360.4756 - Promoção de Exposições e Feiras Agropecuárias”

- Defender e divulgar a imagem do agronegócio brasileiro no exterior é o objetivo das atividades desenvolvidas no âmbito desta ação. Para tanto, são levadas a cabo duas vertentes de atividades, uma voltada para o mercado interno e a outra para o externo. No primeiro caso, encontra-se a execução de projetos tais como: *i)* Seminário do Agronegócio para Exportação – AgroEx; *ii)* Curso de Integração do Agronegócio para Exportação – AgroInt, e *iii)* Projeto de Desenvolvimento da Integração Contratual – AgroIncubadoras. A outra vertente – do mercado externo – consiste de atividades de ações promocionais no exterior; recepção de missões estrangeiras com interesse no agronegócio brasileiro, organização de eventos de caráter internacional realizados no Brasil e a produção de material institucional para a promoção do agronegócio brasileiro. Além disso, foram realizados eventos internacionais, com o objetivo de combinar ações institucionais, políticas, técnicas e comerciais em mercados estratégicos, para informar e esclarecer sobre os principais ataques sofridos pelo setor agropecuário brasileiro no exterior.

2.4.1.1.3 Gestão das ações

2.4.1.1.3.1. Ação “20.128.0360.4840 - Capacitação de Negociadores e Profissionais em Comércio Exterior”

2.4.1.1.3.1.1. Dados gerais

Tabela 1 – Dados gerais da ação

Tipo (Projeto, Atividade, Operações Especiais)	Atividade
Finalidade	Ampliar a capacitação dos agentes envolvidos com a temática do comércio exterior de produtos agrícolas e com a formulação da política agrícola, visando à expansão das exportações do agronegócio e à eficiência da política agrícola, garantindo oferta regular e mais acessível de produtos agropecuários.
Descrição	Formação e aperfeiçoamento profissional de técnicos e agentes envolvidos com o comércio exterior de produtos agrícolas e com a formulação da política agrícola.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas relativas a esta ação	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio.
Unidades Executoras	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio.
Áreas dentro da Unidade relacionadas ao gerenciamento ou execução da ação	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio
Coordenador da Ação	Lúcia Cristina da Silva Moutinho

2.4.1.1.3.1.2. Resultados

Como já citado anteriormente, a SRI não conta com a existência de programa e ações definidos segundo seus objetivos e necessidades. Em função disso, no caso da presente ação, a Secretaria utilizou a quase totalidade dos recursos dessa ação para custear despesas de funcionamento.

O recurso previsto nesta ação foi de R\$ 348.000,00, conforme consta na tabela a seguir.

Tabela 2 – Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
	348.000,00		292.949,75

As principais despesas realizadas nesta ação foram: *i)* terceirizados R\$ 225.097,20; *ii)* telefonia, imprensa nacional, dentre outras e *iii)* R\$ 46.877,13 e estagiários R\$ 20.290,00.

Embora 85% desta ação tenha sido executada e alguns servidores tenham participado de cursos de capacitação, devido à escassez de recursos a Secretaria optou realizar capacitação mediante viagens, reuniões, encontros, debates, palestras, seminários, workshop, etc. Com essa atitude, a medida física dessa ação é de difícil avaliação, devido à impossibilidade em quantificar os agentes capacitados, por não haver um padrão de mensuração do nível de complexidade e dificuldade que torna possível comparar os resultados alcançados.

No entanto, os resultados ainda que não quantificados podem ser avaliados como satisfatórios haja vista o sucesso que vem sendo obtido nas negociações junto aos organismos internacionais, propiciando a elevação acentuada do agronegócio brasileiro no comércio exterior com reflexo positivo na balança comercial do país.

2.4.1.1.3.2. Ação “20.128.0360.8533 - Missões Comerciais Internacionais para o Agronegócio”

2.4.1.1.3.2.1. Dados gerais

Tabela 3 – Dados gerais da ação

Tipo (Projeto, Atividade, Operações Especiais)	Atividade
Finalidade	Defender os interesses do agronegócio brasileiro nos fóruns internacionais.
Descrição	Negociação de acordos e contratos bilaterais e multilaterais de interesse do País.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas relativas a esta ação	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio.
Unidades Executoras	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio.
Áreas dentro da Unidade relacionadas ao gerenciamento ou execução da ação	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio
Coordenador da Ação	Lúcia Cristina da Silva Moutinho

2.4.1.1.3.2.2. Resultados

Por questões da atividade regimental, a SRI, tem na sua essência a realização de missões, e para a realização das mesmas, contou com o valor orçamentário de R\$ 1.212.469,00 (hum milhão, duzentos e doze mil, quatrocentos e sessenta e nove reais) na ação Missões Comerciais Internacionais para o Agronegócio.

Cabe ressaltar que a medida física dessa ação não é fácil de ser avaliada, devido à dificuldade de se quantificar os resultados destas missões. Isto porque, as negociações requerem um complexo e longo processo que envolve viagens, reuniões, encontros, debates, etc. Além disso, os resultados desses processos de negociação, regra geral, nem sempre são alcançados dentro do ano em que foram iniciados.

A execução da ação foi prejudicada, por restrições legais, uma vez que a Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, no seu artigo 2º, parágrafo 3º estabelece que “a despesa empenhada no exercício de 2007 relativa a publicidade, diárias, passagens e locomoção, no âmbito de cada Poder, não excederá a 90% (noventa por cento) dos valores empenhados no exercício de 2006”.

Tendo em vista esta restrição legal, o MAPA publicou a Portaria nº 201, de 4 de maio de 2007, fixando limites para despesas com diárias, passagens e locomoção. No

caso da SRI este limite foi fixado em R\$ 639.104,00 (seiscentos e trinta e nove mil e cento e quatro reais). Com base neste valor, a Secretaria racionalizou seus gastos, estabelecendo novas estratégias, restringindo o número de técnicos para cada missão, e principalmente com relação a eventos de capacitação, que foi colocado em segundo plano.

Em 27 de setembro de 2007, através da Portaria nº 470 da Secretaria Executiva, foi ampliado esse limite de gastos, passando o valor de R\$ 639.104,00 para R\$ 821.744,00 (oitocentos e vinte e um mil setecentos e quarenta e quatro reais). Mesmo com este novo valor, ele ficou muito aquém das necessidades reais da Secretaria, uma vez que no ano de 2006, foi gasto em diárias e passagens o valor de R\$ 1.101.268,26 (hum milhão, cento e um mil, duzentos e sessenta e oito reais e vinte seis centavos).

No dia 31 de dezembro de 2007, o MAPA publicou a Portaria nº 750, com novos limites para despesas com diárias e passagens para a SRI, no valor de R\$ 828.000,00 (oitocentos e vinte e oito mil reais). Neste caso, além do aumento não ter sido significativo, o exercício de 2007 já estava encerrado.

O valor gasto com deslocamento na ação foi de R\$ 827.500,16 (oitocentos e vinte e sete mil, quinhentos reais e dezesseis centavos), distribuídos da seguinte forma: *i*) passagem R\$ 436.299,68 (quatrocentos e trinta e seis mil, duzentos e noventa e nove reais e sessenta e oito centavos) e *ii*) diárias R\$ 391.200,48 (trezentos e noventa e um mil e duzentos reais e quarenta e oito centavos). Com esses valores pode-se afirmar que a execução atingiu 99% (noventa e nove por cento), se considerado os limites impostos pelas Portarias já citadas. No caso da execução total da ação, o percentual foi da ordem de 71% (setenta e um por cento), em R\$ 860.879,85 (oitocentos e sessenta mil oitocentos e setenta e nove reais e oitenta cinco centavos).

Cabe esclarecer, que as viagens autorizadas pela SRI com início no final de semana ou feriado foi em razão de tempo hábil para chegar ao destino devido à conexão, no caso das viagens ao exterior, e devido ao horário de início do evento no que se refere a viagens no país.

Tabela 4 – Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
	1.212.469,00		860.879,85

2.4.1.1.3.3. Ação “20.128.0360.4756 - Promoção de Exposições e Feiras Agropecuárias”

2.4.1.1.3.3.1 – Dados gerais

Tabela 5 – Dados gerais da ação

Tipo (Projeto, Atividade, Operações Especiais)	Atividade
Finalidade	Propiciar acesso a informações e inovações tecnológicas nas diversas áreas do setor agropecuário, com vistas ao aumento da produção e produtividade.
Descrição	Apoio financeiro a entidades promotoras de exposições e feiras agropecuárias na realização de certames que venham a reunir animais de seleção, produtos, subprodutos, insumos e derivados de origem animal e vegetal, maquinaria, equipamentos, instalações rurais e serviços agropecuários, com a finalidade de fomentar o intercâmbio tecnológico municipal; regional; estadual; nacional e internacional, no âmbito do agronegócio.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas relativas a esta ação	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
Unidades Executoras	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo e Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio.
Áreas dentro da Unidade relacionadas ao gerenciamento ou execução da ação	Departamento de Promoção Internacional
Coordenador da Ação	Rosane Henn

2.4.1.1.3.3.2 – Resultados

Para a realização dos eventos previstos nesta ação, a SRI contou com o orçamento de R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais). Os gastos mais significativos foram os seguintes:

- Contratação de empresa para organizar Missão Empresarial que acompanhou o Senhor Ministro do MAPA, no Seminário sobre Agronegócio Brasileiro e prestar assessoria de imprensa durante toda Missão no México no valor de R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais);
- Aluguel de sala para conferência em hotel que hospedou o Senhor Ministro do MAPA, na cidade de Jakarta, Indonésia, para o Seminário de Agronegócio

Brasileiro, no valor de R\$ 3.903,90 (três mil novecentos e três reais e noventa centavos);

- Organização de Seminário sobre Agronegócio Brasileiro, no Japão, com a presença do Ministro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no valor de R\$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais); e
- Contratação de empresa para organizar Missão do Senhor Ministro do MAPA, no Seminário sobre Agronegócio Brasileiro, em visita à Europa, no valor de R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais).

Além disso, para a concretização de vários desses eventos, a SRI contou com a colaboração do Ministério de Relações Exteriores, para a contratação das empresas no exterior e efetivou repasse no valor total de R\$ 390.404,90 (trezentos e noventa mil quatrocentos e quatro reais e noventa centavos).

Ainda com relação às despesas realizadas com recursos da ação Promofeiras, pode-se destacar: *i)* o Seminário do Agronegócio para Exportação – AgroEx em diversas cidades do Brasil, com gastos na ordem de R\$ 26.414,00 (vinte e seis mil, quatrocentos e quatorze reais); *ii)* publicação da edição 2007 da revista com informações e estatística dos 30 principais parceiros comerciais brasileiros com gastos no valor de R\$ 159.040,00 (cento e cinqüenta e nove mil e quarenta reais); *iii)* Contrato de Serviço de Tradução no valor de R\$ 63.348,40 (sessenta e três mil, trezentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos) para atender diversos eventos, e *iv)* realização do evento “*Global Initiative for Commodities*”, que reuniu cerca de 150 países para discussões sobre a problemática das commodities e dos países exportadores de commodities no que diz respeito a temas como: produção, agregação de valor, excessiva flutuação nos preços, queda de preços a longo prazo, formas de financiamento e apoio à produção com gastos no valor de R\$ 195.932,30 (cento e noventa e cinco mil, novecentos e trinta e dois reais e trinta centavos).

Do valor disponível na ação Promofeiras, a SRI, executou 92,57% (noventa e dois vírgula cinqüenta e sete por cento), em R\$ 925.766,47 (novecentos e vinte e cinco mil setecentos e sessenta e seis reais e quarenta e sete centavos).

2.4.1.2. Programa “20.212.0681 – Gestão da Participação em Organismos Internacionais”

2.4.1.2.1 Dados Gerais

Trata-se de um programa sob a responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores.

Este é um programa tipificado como gestão de políticas públicas, sem ações finalísticas. Suas atividades consistem em proceder aos pagamentos das contribuições devidas aos diferentes organismos internacionais dos quais o Brasil participa. Com isso assegura a presença do Governo Brasileiro nesses organismos, a qual se justifica por razões de ordem política, social, econômica, comercial, cultural, científica e tecnológica.

As ações inseridas neste programa destinam-se a pagamento de cota contributiva aos organismos internacionais, não sendo possível quantificar metas ligadas ao seu objetivo.

O Orçamento para o exercício de 2007 destinou o montante de R\$ 13.740.139,00 (treze milhões, setecentos e quarenta mil e cento e trinta e nove reais) distribuídos de acordo com o anexo 1, a seguir. Para proceder aos pagamentos das anuidades, a SRI manteve o critério adotado desde 2005 de solicitar às diferentes unidades do Ministério o envio de Nota Técnica com as seguintes informações:

1. Comprovar a finalidade da participação do Brasil nesse organismo e a necessidade de sua permanência como membro.
2. Apontar as metas definidas pelo organismo para o Brasil, demonstrando a evolução e se as metas foram atingidas durante 2007 parcialmente, totalmente, nulo ou se houve alterações.
3. Quantificar o resultado do trabalho feito pelo organismo, informando reuniões que o país participou, estudos, cursos e eventos realizados com relação às áreas de atuação, estratégias definidas, melhorias decorrentes da adesão ao organismo.
4. Informar se houve prejuízos sofridos pelo país nos organismos em decorrência da inadimplência, como perda de direito a voto, por exemplo.

No ano de 2007, não houve nova adesão ou cancelamento de participação em organismos internacionais que são de responsabilidade do MAPA. Assim como 2006, não houve inadimplência no pagamento da cota-parte brasileira devida referente ao exercício de 2007. Existe, apenas, para alguns organismos, saldo devedor de anos anteriores a 2005.

Em 2007, em função da apreciação do Real frente às moedas estrangeiras, verificou-se um saldo orçamentário remanescente que foi utilizado para liquidar parte dos saldos devedores. Por outro lado, em alguns casos, não foi possível a quitação total da contribuição referente ao exercício de 2007, uma vez que as informações dos valores a serem pagos foram enviadas após a conclusão da proposta orçamentária para o ano de 2007.

2.4.1.2.2. Principais Ações do Programa

Este programa é composto pelas seguintes ações:

- “20.212.0681.0004 - Contribuição à Organização Internacional do Açúcar – OIA”;
- “20.212.0681.0066 – Contribuição à Comunidade Internacional da Pimenta”;
- “20.212.0681.0068 – Contribuição à Comissão Sericícola Internacional”;
- “20.212.0681.0069 – Contribuição ao Centro Panaamericano de Febre Aftosa”;
- “20.212.0681.0070 – Contribuição ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA”;
- “20.212.0681.0072 – Contribuição ao Comitê Consultivo Internacional do Algodão - CCIA”;
- “20.212.0681.0073 – Contribuição ao escritório Internacional de Epizootias - EIE”;
- “20.212.0681.0075 – Contribuição à Organização Internacional do Cacau - OICC”;
- “20.212.0681.0076 – Contribuição ao Comitê de Sanidade Vegetal do Cone Sul - COSAVE”;
- “20.212.0681.0077 – Contribuição à Aliança dos Países Produtores de Cacau”;
- “20.212.0681.0420 – Contribuição à Organização Mundial de Meteorologia - OMM”;

- “20.212.0681.0421 – Contribuição à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE”;
- “20.212.0681.0422 – Contribuição à União Internacional para Proteção de Novas Variedades Vegetais - UPOV”; e
- Comitê Veterinário Permanente do Cone Sul - CVP

2.4.1.2.3. Gestão das ações

2.4.1.2.3.1. Ação “20.212.0681.0004 – Contribuição à Organização Internacional do Açúcar – OIA”

2.4.1.2.3.1.1. Dados gerais

Tabela 6 – Dados gerais da ação

Tipo (Projeto, Atividade, Operações Especiais)	Operações Especiais
Finalidade	Fortalecer a atuação do Brasil no Fórum Internacional do Comércio do Açúcar.
Descrição	Pagamento de cota contributiva para a participação nas decisões dos países produtores e exportadores de açúcar e participação em assembleias e seminários patrocinados pela Organização Internacional do Açúcar – OIA.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas relativas a esta ação	Secretaria de Produção e Agroenergia
Unidades Executoras	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio.
Áreas dentro da Unidade relacionadas ao gerenciamento ou execução da ação	Coordenadoria de Apoio Operacional
Coordenador da Ação	Lino Luiz da Motta Santo Colsera

2.4.1.2.3.1.2. Resultados

A Organização Internacional do Açúcar – OIA congrega a maioria dos produtores e consumidores mundiais de açúcar, entre eles a União Européia, a Rússia e a Índia. Nos últimos anos, o Brasil assumiu a condição de principal membro: tem um grande mercado interno de açúcar, com um consumo anual de aproximadamente 10 milhões de toneladas e é o maior produtor e exportador mundial. Além disso, tem uma indústria moderna e diversificada, onde a grande maioria das usinas conta com destilarias de álcool anexas.

O Brasil é membro da OIA desde 1987. Entretanto, só ratificou o Acordo Internacional de Açúcar de 1992, em janeiro de 1996. O organismo nasceu devido à grande importância da indústria açucareira em vários países do mundo. Aqui, por exemplo, ela gera mais de um milhão de empregos diretos e outros 4 milhões de empregos indiretos. Esse intercâmbio de informações, promovido pela entidade, tem sido fundamental para inclusive subsidiar a postura brasileira frente aos outros membros, tal como ocorreu na controvérsia com a União Européia, tratada no âmbito da Organização Mundial do Comércio - OMC.

A experiência brasileira com o álcool combustível vem despertando o interesse de diversos países, especialmente os tradicionais produtores de cana-de-açúcar. Com isso, o Governo Brasileiro estabeleceu canal de comunicação com alguns dos interessados, por meio da OIA, que vem se constituindo em foro de debates e espaço para compartilhamento de experiências nesse campo, dentro da estratégia de trazer novos produtores para desenvolver o mercado internacional de álcool combustível.

Logo, é fundamental que o Brasil mantenha a condição de membro, especialmente pelas facilidades oferecidas por aquele organismo, no que diz respeito ao contato direto com os demais países membros. Destaque-se que o valor da contribuição anual (algo próximo de 80 mil libras esterlinas), é muito baixo, se comparado às quase 20 milhões de toneladas de açúcar exportadas em 2007, rendendo receitas superiores a US\$ 5,1 bilhões.

A OIA é um organismo enxuto, com uma equipe técnica altamente qualificada. Ao longo dos últimos anos ela vem realizando um trabalho que a coloca como referência no acompanhamento da indústria açucareira mundial. Ela também mantém uma base estatística com dados de produção, consumo e fluxos de comércio de açúcar em praticamente todos os países do mundo e realiza estudos técnicos, de conjuntura e prospectivos, de alta qualidade.

Ela promove duas conferências anuais (uma em Londres e outra em algum país membro que se candidate), oportunidade em que é discutido o planejamento da entidade, bem como, são apresentados esses estudos. Juntamente com a conferência de Londres também é realizado um grande seminário, contando com os principais atores do mercado internacional de açúcar (produtores, *traders*, grandes consumidores e autoridades de governo dos países membros).

Além disso, ela também apóia eventos relacionados à indústria sucroalcooleira em outros países, inclusive enviando representantes, como o próprio Diretor-Executivo, para eventos no Brasil. Essa posição de liderança, somada à sua capilaridade (mais de 85 países membros), tem permitido grande intercâmbio de informações, fundamental para o desenvolvimento do mercado internacional de açúcar.

O Brasil vem participando de praticamente todos os eventos organizados pela OIA, a maioria deles sem ônus adicional às contribuições anuais. Nas conferências anuais, por exemplo, o país tem direito a quatro convites de cortesia e é, normalmente representado pelo Departamento de Cana-de-Açúcar e Agroenergia-DCAA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (órgão do Governo Brasileiro que faz a interface com aquele organismo), ou por membros do corpo diplomático a serviço no país que abriga o evento. Em 2007, por exemplo, o DCAA enviou delegados para as duas conferências (Ilhas Maurício e Londres), além dos seminários realizados em Cuba e na Jamaica (esses últimos em parceria com o *Common Fund for Commodities*).

A equipe técnica da OIA, além de fazer o monitoramento do mercado de açúcar, apresentando análises quadrimestrais de conjuntura, também realiza estudos prospectivos, conforme temas definidos pelo Conselho de Administração. Alguns dos temas abordados foram: as tendências de crescimento do consumo e as perspectivas quanto à produção de açúcar; o potencial de alguns dos países membros pra produzirem álcool combustível; além dos estudos regionais e locais, como o do mercado russo, recentemente divulgado. Eles podem ser considerados de baixo custo, uma vez que são muito ricos e disponibilizados gratuitamente para os países membros.

A indústria sucroalcooleira brasileira vive um período de franca expansão. A produção de cana-de-açúcar saltou de pouco mais de 255 milhões de toneladas na safra 2000/01, para mais de 475 milhões na safra atual. A produção de açúcar saltou de 18,99 milhões, para mais de 30,7 milhões de toneladas anuais, o que representa um incremento de 61,6%. Entretanto, compete destacar que nos últimos dois anos, a maior parte do incremento de cana processada tem sido destinada à produção de álcool. Isso se deveu ao salto nas exportações (de 2,4 bilhões de litros em 2005 para 3,5 bilhões em 2007) e, principalmente, à revitalização no consumo interno, devido aos veículos flex-fuel, que superaram 2 milhões de unidades novas comercializadas em 2007.

Como o consumo doméstico de açúcar cresce praticamente de forma vegetativa (acompanhando o crescimento populacional), grande parte do incremento na produção

foi destinada ao mercado externo. Desse modo, enquanto em 2001 foram exportadas 11,1 milhões de toneladas, em 2007 o volume ultrapassou as 19,5 milhões (um incremento de 75,6%). Com isso, o Brasil figura como o principal exportador mundial, responsável por aproximadamente 40% do produto transacionado. Conforme estudos da OIA, essa participação deve continuar crescendo, já que se verifica um forte aumento do consumo per capita na Ásia, motivado pelo processo de urbanização, e muitos dos atuais exportadores sofrem restrições para aumentar a produção.

A OIA tem sido importante foro de discussão entre os principais exportadores e importadores de açúcar. Ainda que não se envolva em controvérsias comerciais (discutidas no âmbito da OMC), ela permite uma aproximação entre os delegados. Assim, o Brasil vem se utilizando desse espaço para promover a sua experiência de diversificação da indústria canavieira (produção de açúcar e álcool em uma mesma unidade industrial), como forma de atrair novos investidores no mercado de álcool combustível. A entrada de mais produtores é condição para o desenvolvimento do mercado internacional. Com isso, os países produtores de açúcar de cana são candidatos naturais a aderir à parceria. Destaca-se que além de ajudar a desenvolver o mercado de álcool, esses países também podem reduzir seus excedentes exportáveis de açúcar, permitindo maior espaço e rentabilidade para o produto brasileiro.

O valor da contribuição devida por cada país é proporcional ao número de votos que ele tem direito. O número de votos, por sua vez, está associado ao peso relativo do país no mercado internacional do açúcar. O Acordo Internacional de Açúcar prevê a revisão anual desses cálculos que, também, devem incorporar eventuais redistribuições em função do ingresso de novos membros. O cálculo leva em conta a produção e o consumo doméstico, bem como, os fluxos comerciais (exportações ou importações). Além disso, conforme disposto no item “b” do artigo 25 do Acordo, nenhum membro pode ter menos que 6 votos.

O Acordo fixou o número de 2.000 votos, como base para o cálculo das contribuições. Eles são distribuídos entre os países signatários, conforme os termos acima. Entretanto, as revisões vêm sendo mais moderadas do que prevê a norma, levando a situações curiosas. Um exemplo: o Brasil tem o número de votos muito parecido com o de Cuba (166 contra 156), embora tenha uma importância muito maior no mercado. Essa posição cubana reflete a participação histórica daquele país no

mercado, que ao longo dos anos noventa era o segundo maior exportador, com aproximadamente 7 milhões de toneladas anuais, atrás apenas da União Européia.

O caso de Cuba é emblemático porque a produção do país na última safra não atingiu 2 milhões de toneladas, o que permitiria sensível redução na sua contribuição. Em função da crise econômica vivida pelo país, o Governo solicitou a redução provisória (teria direito a 156 votos, mas pagará sua contribuição apenas sobre 103), medida que deve valer até o final deste ano. A situação é exatamente oposta à do Brasil, responsável por 40% do açúcar que transacionado no mercado internacional, o que permitiria reivindicar uma participação maior (maior número de votos).

Entretanto, Cuba e Brasil têm visões opostas em relação à OIA. Enquanto os cubanos não abrem mão dos votos, para não perderem status, o Brasil prefere continuar com uma contribuição menor. Isso porque praticamente todas as decisões da OIA são tomadas por consenso, tornando indiferente o número de votos que o país venha a ter. Isso se explica, entre outras coisas, porque o organismo não se envolve em questões controversas (problemas comerciais, por exemplo, são tratados na OMC).

Os temas que normalmente envolvem votações estão relacionados à aprovação da proposta orçamentária e do plano de trabalho da organização. A proposta orçamentária e do plano de trabalho da organização. A proposta orçamentária determina o valor da contribuição de cada país, da seguinte forma: define-se o orçamento para o ano subsequente; divide-se o valor total pro 2.000 (número total de votos) e chega-se ao valor de cada voto; por último, multiplica-se esse valor pelo número de votos que cada país tem direito.

O orçamento aprovado para 2008 totaliza 990.000 libras esterlinas, o que equivale a 495 libras esterlinas por voto. Conforme critérios de distribuição adotados, foram alocados para o Brasil 163 votos, o que equivale a uma contribuição de 80.685 libras esterlinas. Entretanto, ainda há outras 800 libras esterlinas remanescentes da contribuição devida em 2007, totalizando 81.485 libras esterlinas.

As contribuições são devidas a partir do primeiro dia útil do ano, com tolerância até o mês de abril. Vencido esse prazo, o Diretor-Executivo está autorizado a emitir aviso de cobrança. Transcorridos dois meses após a notificação do débito, o país tem o direito de voto suspenso. Quando não há a regularização do débito, o caso é levado para a reunião do Conselho, que tem o poder de decidir entre conceder novo prazo para o pagamento ou aprovar o desligamento do membro.

O Brasil teve problemas de inadimplência durante os primeiros anos após a desvalorização cambial de 1999. Como a contribuição é fixada em libra esterlina e o orçamento era em Reais, houve dificuldades para ajustar a proposta orçamentária aos valores devidos. Com isso, entre 2000 e 2003, a dotação orçamentária era muito inferior ao valor efetivo da contribuição anual, levando ao acúmulo de restos a pagar.

Como consequência, o país teve seu direito de voto suspenso entre 2002 e 2004, inclusive tendo sido registrados casos de constrangimento aos delegados que participaram das conferências nesse período (o Diretor-Executivo fazendo cobranças em público). Entretanto, no final de 2004 houve a aprovação de Lei, autorizando abertura de crédito especial, para pagamento das contribuições atrasadas.

A contribuição anual devida pelo Brasil para o exercício de 2007, é de £ 79.840,00 (setenta e nove mil, oitocentos e quarenta libras esterlinas), foi pago em 25 de abril de 2007, £ 77.872,00 (setenta e sete mil, oitocentos e setenta e duas libras esterlinas), equivalente em reais R\$ 316.565,25 (trezentos e dezesseis mil e quinhentos e sessenta e cinco reais e vinte e cinco centavos), e em 6 de junho de 2007 foi pago £ 1.168,22 (mil cento e sessenta e oito libras esterlinas e vinte e dois centavos), equivalente a R\$ 4.574,75 (quatro mil, quinhentos e setenta e quatro reais e setenta e cinco centavos), totalizando £ 79.840,22 (setenta e nove mil, oitocentos e quarenta libras esterlinas e vinte dois centavos), equivalente a R\$ 321.140,00 (trezentos e vinte um mil, cento e quarenta reais).

A lei de orçamento brasileira determina que seja enviado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei de Orçamento em agosto de cada ano. No caso dos organismos internacionais, a proposta orçamentária é elaborada com base na contribuição do ano corrente, na moeda original, e depois feito cambio, para lançamento dos valores em real. Em 2007, ocorreu uma majoração de £ 1.968,00 (hum mil, novecentos e sessenta e oito libras esterlinas) na contribuição relativa à OIA. Todavia, tal acréscimo somente foi conhecido após a conclusão da elaboração da proposta orçamentária para o ano de 2007. Desta forma, o pagamento da contribuição anual deste organismo foi efetuado parcialmente, pois a dotação orçamentária destinada a ele não foi suficiente.

2.4.1.2.3.2. Ação “20.212.0681.0004 – Contribuição à Comunidade Internacional da Pimenta”

2.4.1.2.3.2.1. Dados gerais

Tabela 7 – Dados gerais da ação

Tipo (Projeto, Atividade, Operações Especiais)	Operações Especiais
Finalidade	Fortalecer a atuação do Brasil no Fórum Internacional relativo à pimenta-do-reino.
Descrição	Pagamento de cota contributiva para: viabilizar reuniões internacionais anuais, seminários, cursos, entre outros, dos quais o Brasil também participa como país membro; facilitar o intercâmbio de informações sobre programas, políticas, e outros aspectos referentes à produção; desenvolver programas de aumento de consumo nos mercados novos e tradicionais, incluindo aqueles de cooperação em atividades de promoção; coordenar pesquisas sobre novos usos da pimenta-do-reino e padrões de qualidade, visando facilitar a comercialização internacional; manter sob constante revisão os progressos relativos a suprimento, procura e preços da pimenta-do-reino; investigar as causas e conseqüências das flutuações no preço da pimenta-do-reino.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas relativas a esta ação	Secretaria de Defesa Agropecuária
Unidades Executoras	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio.
Áreas dentro da Unidade relacionadas ao gerenciamento ou execução da ação	Coordenadoria de Apoio Operacional
Coordenador da Ação	Lino Luiz da Motta Santo Colsera

2.4.1.2.3.2.2. Resultado

O Brasil ingressou como membro da Comunidade Internacional da Pimenta (CIP), pelo Decreto nº 86.230/81, de 28 de julho de 1981. Trata-se de um organismo intergovernamental com sede em Jacarta, Indonésia, tendo como países membros Índia, Indonésia, Brasil, Malásia, Sri-Lanka, Vietnã e como membros associados: Micronésia e Papua Nova Guiné.

O ingresso do país como membro da CIP é creditado a expressiva produção brasileira de pimenta-do-reino, sendo o estado do Pará responsável por 90% da população nacional.

O organismo em questão é mantido por contribuições financeiras anuais pagas pelos países membros e associados

Com relação às contribuições a serem pagas pelos países membros para o exercício de 2008, a Delegação Brasileira questionou o valor da anuidade do Brasil no valor de US\$ 49.641,00 (quarenta e nove mil, seiscentos e quarenta e um dólares), uma vez que sendo o 3º maior produtor mundial de pimenta-do-reino, não se justifica pagamento anual superior ao da Índia, no caso US\$ 46.950,00 (quarenta e seis mil, novecentos e cinquenta dólares), 2º maior produtor da especiaria.

Vale dizer que o posicionamento da Delegação Brasileira ocorreu por ocasião da realização da 35ª Sessão Anual da CIP e reuniões correlatas, realizadas em Kuala Lumpur, Malásia, de 27 de outubro a 5 de novembro de 2007.

Desse modo é importante que o Brasil seja representado nos futuros eventos da Comunidade em apreço, com maior número de instituições ligadas ao agronegócio da pimenta-do-reino, o que não vem ocorrendo no momento.

Quanto ao número de Sessões Anuais e reuniões correlatas que o país participou desde que passou a ser membro da CIP é difícil de se quantificar, pois além da posição geográfica que se encontra, quando comparado aos demais concorrentes localizados no bloco asiático, fatores econômicos do passado tiveram reflexos na participação em todos os eventos já realizados.

Em nível internacional a participação restringe aos eventos anuais, enquanto que, internamente o MAPA vem realizando com razoável frequência, encontros nacionais e regionais, estes, nos estados onde a especiaria é cultivada.

Com relação aos aumentos percentuais de produção e exportação, cabe salientar que 2006 quando comparado a 2007, houve um decréscimo na produção da ordem de 8,34%, entretanto, as exportações aumentaram motivadas pelos altos preços de mercado em torno de 37,42%.

Dados de produção e exportação de pimenta-do-reino em 2006 e 2007:

- 2006 produção: 42.192 t exportação: US\$ 85.277.610
- 2007 produção: 30.414 t exportação: US\$ 89.288.136

Estratégia definida pelo MAPA: melhoria da qualidade e inocuidade do produto em integração com os setores oficial e privado envolvidos no agronegócio da pimenta. Nesse sentido, caso o Projeto da FAO pleiteado pela Comunidade Internacional da Pimenta venha a ser realizado, o Brasil como um dos membros da Instituição poderá ser beneficiado pelas ações previstas no mesmo.

Quanto à forma de cálculo da anuidade paga pelo Brasil a CIP, informa-se que consta do Decreto já mencionado com a seguinte redação:

“As despesas administrativas e operacionais que forem aprovadas pela Comunidade Internacional da Pimenta serão pagas por contribuições de Estados Membros nas seguintes bases: 50% (cinquenta por cento) serão partilhadas igualmente, 25% (vinte e cinco por cento) à base de qualidade do produto e os restantes 25% (vinte e cinco por cento) à base da quantidade das exportações (produção e exportação média dos 4 (quatro) anos precedentes”.

A anuidade de 2007 para a Comunidade Internacional da Pimenta foi de US\$ 43.747,00 (quarenta e três mil setecentos e quarenta e sete dólares), equivalente em R\$ 88.631,42 (oitenta e oito mil seiscentos e trinta e um reais e quarenta e dois centavos) que foi pago em 25 de abril de 2007. Nesta oportunidade, mediante o uso do saldo orçamentário remanescente, foi possível abater US\$ 6.761,25 (seis mil e setecentos e sessenta e um dólares e vinte e cinco centavos), ou R\$ 13.194,58 (treze mil, cento e noventa e quatro reais e cinquenta e oito centavos) do saldo devedor. Assim sendo, em 2007 foi feito um pagamento total de US\$ 50.508,25 (cinquenta mil quinhentos e oito dólares e vinte cinco centavos), equivalente a R\$ 101.826,00 (cento e um mil oitocentos e vinte seis reais).

2.4.1.2.3.3. Ação “20.212.0681.0068 – Contribuição à Comissão Sericícola Internacional”

2.4.1.2.3.3.1. Dados gerais

Tabela 8 – Dados gerais da ação

Tipo (Projeto, Atividade, Operações Especiais)	Operações Especiais
Finalidade	Participar de atividades relacionadas com a sericicultura em geral, em nível técnico-científico e econômico (inclusive a cultura a “grainage” e tecelagem do fio da seda) e estudos de insetos sericígenos para o setor.
Descrição	Pagamento de cota contributiva para: intercâmbio de informações entre os países membros; publicação de boletim periódico, das atas das sessões e de publicações especializadas; manutenção do Centro de Documentação Sericícola; organização de reuniões internacionais relacionadas com a ciência sericícola; realização de pesquisas e levantamentos; cooperação com todas as organizações cujos interesses e funções estejam relacionados.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas relativas a esta ação	Secretaria de Defesa Agropecuária
Unidades Executoras	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio.
Áreas dentro da Unidade relacionadas ao gerenciamento ou execução da ação	Coordenadoria de Apoio Operacional
Coordenador da Ação	Lino Luiz da Motta Santo Colsera

2.4.1.2.3.3.2. Resultados

Conforme Decreto nº 84.203, de 13 de novembro de 1979, a Comissão Sericícola Internacional (CSI) tem como meta estimular o desenvolvimento e melhoria de todas as atividades relacionadas com a sericicultura em geral, no nível técnico; científico e econômico (inclusive a moricultura, a *grainage*, a sericultura e tecelagem do fio da seda). Para atingir tais metas a CSI se encarrega das seguintes atividades:

- Intercâmbio de informações entre os Estados Membros;
- Publicação de um boletim periódico, atas das sessões e qualquer publicação especializada;
- Informação de ordem geral graças ao estabelecimento de um Centro de Documentação Sericícola;

- Organização de reuniões internacionais relacionadas com a Ciência Sericícola;
- Realização de pesquisas e levantamentos;
- Desenvolvimento e coordenação dos trabalhos destinados a transformar o bicho da seda e outros insetos sericígenos em “tipos biológicos”; e
- Cooperação com todas as Organizações cujos interesses e funções estejam relacionados e sejam compatíveis com os seus.

A contribuição anual da Comissão Sericícola Internacional para o ano de 2007 foi de € 16.626,00 (dezesesseis mil seiscentos e vinte e seis euros), foi pago em 25/04/2007, o valor de € 14.470,65 (quatorze mil quatrocentos e setenta euros e sessenta e cinco centavos). O valor pago em real foi R\$ 40.061,99 (quarenta mil sessenta e um reais e noventa e nove centavos).

Conforme citado anteriormente, devido aos critérios legais para a elaboração da proposta orçamentária dos organismos internacionais, o pagamento da contribuição anual deste organismo foi efetuado parcialmente, pois a dotação orçamentária destinada a ele não foi suficiente. Isto ocorreu em 2007, uma vez que a contribuição atribuída ao Brasil passou de € 14.027,00 (quatorze mil e vinte e sete euros) para € 16.626,00 (dezesesseis mil, seiscentos e vinte e seis euros) nesse ano. Todavia, tal acréscimo somente foi conhecido após a conclusão da elaboração da proposta orçamentária para o ano de 2007.

2.4.1.2.3.4. Ação “20.212.0681.0069 – Contribuição ao Centro Panamericano de Febre Aftosa”

2.4.1.2.3.4.1. Dados gerais

Tabela 9 – Dados gerais da ação

Tipo (Projeto, Atividade, Operações Especiais)	Operações Especiais
Finalidade	Permitir a participação do Governo brasileiro nos eventos internacionais promovidos por aquele organismo de caráter político, social, econômico, comercial, cultural, científico e tecnológico.
Descrição	Pagamento de cota contributiva para garantir assessoria, consultoria, atendimento laboratorial e intercâmbio de informações entre os membros.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas relativas a esta ação	Secretaria de Defesa Agropecuária
Unidades Executoras	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio.
Áreas dentro da Unidade relacionadas ao gerenciamento ou execução da ação	Coordenadoria de Apoio Operacional
Coordenador da Ação	Lino Luiz da Motta Santo Colsera

2.4.1.2.3.4.2. Resultados

O Centro Pan-Americano de Febre Aftosa (PANAFTOSA) foi criado em 1951, por meio de Convênio entre o Governo Brasileiro e a Repartição Sanitária Pan-Americana, visando à organização e funcionamento no Rio de Janeiro, Brasil, com o propósito de servir de centro de referência em doenças vesiculares para as Américas. Desde então, o referido Centro tem cumprido seu papel de apoiar os países:

- nos serviços de diagnóstico, tanto em cooperação técnica direta na instalação de técnicas ou métodos desenvolvidos pelo PANAFTOSA ou outros institutos, como no treinamento de profissionais em serviço;
- no desenvolvimento dos programas nacionais, na estruturação das campanhas de vacinação e vigilância;
- no treinamento de pessoal técnico em trabalho de campo, e
- no desenvolvimento de linhas de pesquisa aplicada ao combate às doenças vesiculares.

O PANAFTOSA desenvolve ação permanente de pesquisa, planejamento, transferência de conhecimento, capacitação e avaliação de estratégias sanitárias para o combate à febre aftosa, o que permitiu avanços em matéria de diagnóstico, controle e produção de vacinas, conhecimento epidemiológico da apresentação da doença e os fatores que incidem em sua apresentação, o que resultou na elaboração do Plano Hemisférico de Erradicação da Febre Aftosa (PHEFA), que emoldurou, desde 1988, os Programas Nacionais de Controle e Erradicação da doença, aprovados pelos países membros na RIMSA 7.

O desenvolvimento dos programas nacionais nas décadas de 60 e 70 criou uma massa crítica nos serviços veterinários, com pessoal profissional e técnico, de campo e laboratório, capacitado e com experiência, que além de dispor de adequadas ferramentas para a erradicação da febre aftosa, também tem ampliado sua ação a outras doenças de interesse econômico e social.

Desde sua instalação neste País, o PANAFTOSA comprovadamente oferece cooperação técnica oportuna, eficiente e decisiva para o grande salto competitivo do agronegócio brasileiro e da melhoria da Saúde Pública.

A contribuição anual é de U\$ 1.234.000,00 (hum milhão, duzentos e trinta e quatro mil dólares) e foi pago em 25 de abril de 2007, sendo em real R\$ 2.542.040,00 (dois milhões quinhentos e quarenta e dois mil e quarenta reais).

2.4.1.2.3.5. Ação “20.212.0681.0070 – Contribuição ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA”

2.4.1.2.3.5.1. Dados gerais

Tabela 10 – Dados gerais da ação

Tipo (Projeto, Atividade, Operações Especiais)	Operações Especiais
Finalidade	Estimular, promover e apoiar os esforços dos países membros da América Latina e Caribe para alcançar seu desenvolvimento agrícola e bem-estar rural.
Descrição	Pagamento de cota contributiva pra promover a implantação de projetos, políticas sócio-econômicas e manejo de pragas e doenças.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas relativas a esta ação	Secretaria Executiva do MAPA
Unidades Executoras	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio.
Áreas dentro da Unidade relacionadas ao gerenciamento ou execução da ação	Coordenadoria de Apoio Operacional
Coordenador da Ação	Lino Luiz da Motta Santo Colsera

2.4.1.2.3.5.2. Resultados

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) é o organismo especializado em agricultura do Sistema Interamericano, criado por resolução do Conselho Diretor da União Pan-Americana em outubro de 1942.

O IICA é constituído por três órgãos: *i)* Junta Interamericana de Agricultura (JIA); *ii)* Comitê Executivo; e *iii)* Direção Geral.

A JIA é o órgão máximo, composto pelos Ministros da Agricultura dos Estados Membros. Suas principais funções são estabelecer as políticas do Instituto, adotar medidas relativas à sua ação e aprovar o orçamento-programa. O Comitê Executivo é o órgão assessor da JIA, formado por representantes de 12 Estados Membros que se revezam a cada dois anos. Analisa e determina a ação do IICA em questões que não sejam da competência exclusiva da JIA. A Direção Geral é o órgão operacional do IICA, conduzido pelo Diretor Geral, responsável pela posta em prática das ações que lhe são determinadas pela JIA e o Comitê Executivo. A Direção Geral é constituída pela Sede

Central, em San José, Costa Rica e por Agências de Cooperação Técnica nos Estados Membros, agrupadas em cinco áreas geográficas: Central, Caribe, Andina, Norte e Sul.

Desde 1964, o Brasil se tornou Estado Membro do IICA. Para tornar isso possível, foi assinado um acordo básico com o Governo Brasileiro. O Instituto mantém uma Agência de Cooperação Técnica (ACT) no País com uma equipe de especialistas internacionais e nacionais. ACT Brasil orienta, coordena e apóia os projetos com as instituições parceiras brasileiras e pelo seu Representante, conduz as relações bilaterais com o Governo Brasileiro. A ACT está localizada em Brasília.

De acordo com a Convenção vigente, os objetivos do IICA são estimular, promover e apoiar os esforços dos Estados Membros para alcançar seu desenvolvimento agrícola e o bem-estar rural. Presta cooperação técnica de acordo com as diretrizes e prioridades das políticas governamentais de seus 34 Estados Membros para o setor agropecuário. Essa cooperação fundamenta-se, basicamente, no fortalecimento institucional para dotar os países de instituições capacitadas a alcançar suas metas de desenvolvimento agrícola e melhoria do bem-estar rural, com ações de atividades que tenham efeito multiplicador e duradouro.

Periodicamente, o IICA formula e submete à consideração dos Estados Membros um plano de médio prazo que reflete as tendências do setor agropecuário da América Latina e do Caribe e define as áreas programáticas para a sua cooperação técnica. Os planos de médio prazo são os principais instrumentos de ação do IICA. O plano de médio prazo elaborado para o período 2006-2010, dá prioritariamente atenção à busca do desenvolvimento rural participativo com enfoque humano, à conservação de recursos naturais e aos cuidados com o meio ambiente.

Para melhorar alcançar resultados práticos de alta qualidade e excelência técnica, a estratégia de atuação do IICA está concentrada, atualmente, nas áreas de políticas socioeconômicas, comércio e investimento, ciência e tecnologia, recursos naturais e produção agropecuária, sanidade agropecuária e desenvolvimento rural sustentável.

Os serviços prestados pelo IICA tem sido realizados em conformidade com os objetivos a que se propuseram, e são de grande interesse para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Em função da existência de saldo devedor de exercícios anteriores, o Governo Brasileiro assumiu junto ao IICA o compromisso de pagar um valor igual ou superior a

150% de sua cota anual, segundo o cronograma de pagamentos estabelecido nos termos de Resolução nº 392 da Junta Interamericana de Agricultura – JIA, de 2003.

A cota do Governo Brasileiro para o IICA, correspondente ao ano civil 2007, é de US\$ 2.351.992,00 (dois milhões trezentos e cinquenta e um mil e novecentos e noventa dois dólares). Em 25 de abril de 2007 foi pago o valor de US\$ 3.527.988,00 (três milhões, quinhentos e vinte e sete mil, novecentos e oitenta e oito dólares), correspondendo a R\$ 7.147.703,69 (sete milhões, cento e quarenta e sete mil, setecentos e três reais e sessenta e três centavos). Em 21 de maio de 2007 foi efetuado outro pagamento no valor de R\$ 843.189,31 (oitocentos e quarenta e três mil e cento e oitenta e nove reais e trinta e um centavos) equivalente a US\$ 432.072,41 (quatrocentos e trinta e dois mil setenta e dois dólares e quarenta e um centavos). O valor total pago foi de US\$ 3.960.060,41 (três milhões, novecentos e sessenta mil e sessenta dólares e quarenta e um centavos), equivalente a R\$ 7.990.893,00 (sete milhões, novecentos e noventa mil, oitocentos e noventa e três reais).

2.4.1.2.3.6. Ação “20.212.0681.0072 – Contribuição ao Comitê Consultivo Internacional do Algodão - CCIA”

2.4.1.2.3.6.1. Dados gerais

Tabela 11 – Dados gerais da ação

Tipo (Projeto, Atividade, Operações Especiais)	Operações Especiais
Finalidade	Fortalecer a participação do Brasil em fóruns internacionais que tratem sobre o algodão.
Descrição	Pagamento da cota contributiva para participar das reuniões internacionais anuais com países membros, representantes dos exportadores, importadores, consumidores e de organizações algodoeiras apropriadas.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas relativas a esta ação	Secretaria de Políticas Agrícolas
Unidades Executoras	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio.
Áreas dentro da Unidade relacionadas ao gerenciamento ou execução da ação	Coordenadoria de Apoio Operacional
Coordenador da Ação	Lino Luiz da Motta Santo Colsera

2.4.1.3.6.2 – Resultados

O Comitê Consultivo Internacional do Algodão (*International Cotton Advisory Committee – ICAC*) é uma instituição composta voluntariamente pelos países que possuem algum interesse na produção e comércio mundial de algodão e seus derivados. Instituído na cidade de Washington – EUA, em setembro de 1939, por dez países, teve entre seus fundadores Brasil, Estados Unidos, Inglaterra, Egito e França. De forma evidente, os maiores participantes da instituição sempre foram os principais produtores, exportadores e consumidores de algodão.

Inicialmente, até a sua quarta reunião, a participação era limitada apenas aos países produtores, quando então foram convidadas todas as nações consumidoras e importadoras de algodão. Na quinta reunião, em maio de 1946, foi criado um Secretariado e um Comitê Executivo composto de seis membros produtores e seis consumidores. Em 1948 foi estabelecido um Comitê Permanente onde todos os membros teriam voz.

Em 1990 o ICAC foi designado pelo *Common Fund for Commodities* do UNCTAD, que vem a ser um fundo financiador de pesquisas de *commodities*, para ser o órgão definidor das pesquisas na cotonicultura.

Entre seus principais objetivos pode-se mencionar:

- reunir e publicar estatísticas do setor;
- prognosticar preços para safras vindouras;
- aprovar e encaminhar projetos de pesquisas sobre a cotonicultura no âmbito do UNCTAD;
- promover encontros entre os diversos elos da cadeia em nível mundial para discutir assuntos de interesse comum, notadamente na área da comércio, padronização e qualificação da produção e
- facilitar e congregar os diversos países para o entendimento na liberação e eliminação das distorções que porventura existam no comércio mundial do setor.

O Brasil, desde a implantação da cultura do algodão no país no início do século XX até o final dos anos 80, sempre foi um importante exportador mundial. Durante a década de 90 a produção do país entrou em declínio sem precedentes, tornando-o o segundo maior importador do mundo em 1996. A partir da segunda metade dos anos

90 vivenciou-se uma das mudanças mais extraordinárias da agricultura mundial: ocorreu, praticamente, a eliminação da produção tradicional no Paraná e em São Paulo, tendo início o plantio na região de solos de cerrado. Com isso, o país tornou-se, em apenas sete anos, o 3º maior exportador mundial. A melhor produtividade de algodão não irrigado do mundo e 45% superior a norte americana está no cerrado brasileiro.

O apoio do Governo Federal, através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, principalmente na sustentação de preços ao produtor, neste período de recuperação da cotonicultura brasileira, foi notável e é amplamente reconhecida pelo setor. Em 2006/07, quando colhemos a maior safra de algodão do país, através dos leilões de Prêmio Equalizador pago ao Produtor – PEPRO, o MAPA garantiu apoio a 52% da safra, ou 729 mil toneladas, com gastos de R\$ 546 milhões. O Departamento de Comercialização e Abastecimento Agrícola e Pecuária-DEAGRO, da Secretaria de Política Agrícola do MAPA, tem sido o responsável ao longo dos últimos anos pela formulação desta política no âmbito do MAPA.

Após inédita vitória no Órgão de Solução de Controvérsias, no âmbito da Organização Mundial do Comércio, contra os subsídios norte-americanos, tornando-se um caso exemplar no comércio mundial, nossa participação no cenário internacional do algodão é sem dúvida hoje muito maior e mais importante do que no passado.

A reunião plenária anual é o ponto alto do trabalho do ICAC. Em 2006, a Plenária Anual foi realizada pela primeira vez no Brasil, na cidade de Goiânia, na sua 65ª edição. Foi considerado um dos maiores eventos já realizados em todos os tempos pelo ICAC. Nestas reuniões plenárias, onde são apresentados os informes oficiais de cada país e discutidos os mais diversos temas relevantes para o setor.

Na 66ª Plenária Anual do ICAC, realizada na Turquia, o Brasil participou de forma ativa nas diversas sessões da reunião, fazendo ainda parte de dois importantes comitês do órgão: o SEEP – Painel de Especialistas sobre a Performance Econômica, Social e Ambiental da Produção de Algodão e, PSAP – Painel Consultivo do Setor Privado.

Os dados sobre a evolução da produção e exportação de algodão nos últimos anos indicam: um crescimento médio na produção de 14,6% ao ano nos últimos 10 anos, após uma sistemática redução na década anterior. Pelo lado das exportações, nos últimos anos, saiu de uma importação de 340 mil toneladas para uma exportação estimada para 2007/08 de 520 mil toneladas.

Pelas regras do ICAC, o pagamento da anuidade é devido no início do exercício a que se refere. A contribuição do Brasil para o exercício 2007/08 é de US\$ 45.900,00 (quarenta e cinco mil e novecentos dólares), em 25 de abril de 2007, foi pago o valor de US\$ 28.252,71 (vinte e oito mil, duzentos e cinquenta e dois dólares e setenta e um centavos) equivalente a R\$ 57.239,99 (cinquenta e sete mil duzentos e trinta e nove reais e noventa e nove centavos).

Conforme citado anteriormente, devido aos critérios legais para a elaboração da proposta orçamentária dos organismos internacionais, o pagamento da contribuição anual deste organismo foi efetuado parcialmente, pois a dotação orçamentária destinada a ele não foi suficiente. Isto ocorreu em 2007, uma vez que a contribuição atribuída ao Brasil foi majorada em US\$ 20.628,39. Todavia, tal acréscimo somente foi conhecido após a conclusão da elaboração da proposta orçamentária para o ano de 2007.

2.4.1.2.3.7. Ação “20.212.0681.0073 – Contribuição ao Escritório Internacional de Epizootias - OIE”

2.4.1.2.3.7.1. Dados gerais

Tabela 12 – Dados gerais da ação

Tipo (Projeto, Atividade, Operações Especiais)	Operações Especiais
Finalidade	Coordenar todas as investigações e experimentos relacionados com a patologia e/ou profilaxia das doenças infecciosas dos animais.
Descrição	Pagamento de cota contributiva para colocar à disposição do Brasil (país membro) os dados e documentos relativos a evolução das doenças e os meios para erradicá-las.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas relativas a esta ação	Secretaria de Defesa Agropecuária
Unidades Executoras	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio.
Áreas dentro da Unidade relacionadas ao gerenciamento ou execução da ação	Coordenadoria de Apoio Operacional
Coordenador da Ação	Lino Luiz da Motta Santo Colsera

2.4.1.2.3.7.2. Resultados

A necessidade de combater as enfermidades dos animais no âmbito mundial e regulamentar os procedimentos dos países diante de qualquer evento zoossanitário constituiu o motivo pelo qual foi criada a Oficina Internacional de Epizootias – OIE, em 25 de janeiro de 1924. Em maio de 2003 aquele Organismo Internacional passou a se chamar Organização Mundial de Saúde Animal (OIE).

Desde a sua fundação, o Brasil vem participando ativamente das ações executadas pela OIE.

Em 1994, os acordos que conduziram à criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), instituíram algumas disposições específicas, aplicáveis à gestão dos problemas sanitários e fitossanitários (acordos SPF), vinculados aos riscos do comércio de animais e seus produtos. As normas, diretrizes e recomendações da OIE passaram, então, a constituir referência internacional no âmbito das enfermidades animais e das zoonoses, com o que a OIE adquiriu relevância ainda maior no cenário mundial.

As reuniões plenárias da OIE ocorrem com frequência anual, sempre na segunda quinzena do mês de maio. Nessa Assembléia-Geral são discutidas e apreciadas as resoluções a serem adotadas por aquela organização, sempre a partir de propostas emanadas das Comissões Técnicas e que constarão dos códigos zoossanitários para os animais terrestres, para os animais aquáticos e para laboratórios. Nessa oportunidade, também, são decididas questões envolvendo a situação sanitária dos países membros, o que tem implicações diretas no comércio internacional do agronegócio. Somente com o aval da OIE o país será reconhecido pelos parceiros comerciais como livre de qualquer uma das enfermidades constantes de lista específica elaborada por aquela Organização.

O valor da anuidade passou de € 109.725,00 (cento e nove mil, setecentos e vinte e cinco euros) em 2006, para € 134.175,00 (cento e trinta e quatro mil, cento e setenta e cinco euros) em 2007. Todavia, esse acréscimo somente foi conhecido após a conclusão da elaboração da proposta orçamentária para o ano de 2007. Desta forma, para que o pagamento da contribuição anual deste organismo fosse efetuado na totalidade foi necessária uma complementação orçamentária.

Em 25 de abril de 2007 foi pago € 113.193,06 (cento e treze mil, cento e noventa e três euros e seis centavos), equivalente a R\$ 313.374,99 (trezentos e treze mil,

trezentos e setenta e quatro reais e noventa e nove centavos), utilizando, portanto toda a dotação orçamentária para esta ação. No dia 7 de dezembro de 2007, pagou-se a título de complementação da contribuição anual de 2007 o valor de € 20.981,94 (vinte mil, novecentos e oitenta e um euros e noventa e quatro centavos), equivalente a R\$ 54.448,13 (cinquenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e treze centavos). No total, foi pago € 134.175,00 (cento e trinta e quatro mil, cento e setenta e cinco euros), sendo em reais R\$ 367.823,12 (trezentos e sessenta e sete mil, oitocentos e vinte e três reais e doze centavos).

O pagamento da complementação citado anteriormente foi feito por meio de crédito suplementar aprovado pela Lei nº 11.593, de 29 de novembro de 2007, que o MAPA recebeu no valor global de R\$ 10.018.100,00 (dez milhões, dezoito mil e cem reais) para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sendo que R\$ 58.100,00 (cinquenta e oito mil e cem reais) foi destinado para contribuição anual do Escritório Internacional de Epizootias.

2.4.1.2.3.8. Ação “20.212.0681.0075 – Contribuição à Organização Internacional do Cacau - OICC”

2.4.1.2.3.8.1. Dados gerais

Tabela 13 – Dados gerais da ação

Tipo (Projeto, Atividade, Operações Especiais)	Operações Especiais
Finalidade	Estimular o consumo do cacau.
Descrição	Pagamento de cota contributiva para assegurar, através do Conselho Internacional do Cacau, as disposições relativas à gestão e controle regulador, estímulo ao consumo interno, entre outros.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas relativas a esta ação	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC
Unidades Executoras	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio.
Áreas dentro da Unidade relacionadas ao gerenciamento ou execução da ação	Coordenadoria de Apoio Operacional
Coordenador da Ação	Lino Luiz da Motta Santo Colsera

2.4.1.2.3.8.2. Resultados

O Governo Brasileiro, através da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), é signatário da Organização Internacional do Cacau (OIC), participando ativamente de todas as atividades desenvolvidas pela Instituição.

A OIC tem sido a principal organização internacional parceira da CEPLAC, na execução de atividades de pesquisa e na intermediação com organismos financiadores internacionais, tendo contribuído com recursos financeiros para a execução de vários projetos. O mais importante deles foi o “*The Use of Molecular Biology Techniques in Search for Varieties Resistant to Witches Broom Disease of Cocoa*”. Este projeto contou com recursos da ordem de US\$ 816.197,00 (oitocentos e dezesseis mil, cento e noventa e sete dólares), tendo gerado 36 trabalhos técnico-científicos, 4 teses de mestrado, 2 teses de doutorado além de 55 resumos apresentados em congressos, seminários e eventos correlatos. O segundo projeto mais importante aprovado pela OIC, ainda em execução, contou com US\$ 508.350,00 (quinhentos e oito mil, trezentos e cinquenta dólares), liberados pelo IPGRI e FCF para trabalhos na área de melhoramento genético de populações de cacau, visando resistência às principais doenças do cacaueiro.

Outros projetos importantes em fase de tramitação na OIC são:

- Rede Global de Recursos Genéticos de Cacau, Conservar para Usar, que conta com a participação de inúmeras instituições internacionais, destacando-se: IPGRI, CIRAD, USDA, INGENIC, Universidade de Reading, CATIE, CRU e Fundação Mundial de Cacau, cujos objetivos: assegurar a conservação e gerenciamento a longo prazo dos recursos genéticos de cacau de domínio público global; elevar o valor dos recursos genéticos de cacau para produção, através de esforços de caracterização, através de esforços de caracterização, avaliação e pré produção efetivas; criar uma plataforma de coordenação e implementação de pesquisas prioritárias relacionadas a recursos genéticos de cacau, estudos de identidade e diversidade genética; priorizar e implementar missões de coleta para assegurar a conservação e acesso para pesquisa de genes pouco conhecidos, principalmente onde o habitat natural encontra-se ameaçado; desenvolver mecanismos de conservação e troca de recursos

- genéticos; facilitar o acesso e adoção de cultivares superiores por fazendeiros, incluindo uma seleção participativa e promover o uso de sistemas de plantio de cacau com diversidade genética para melhorar o meio de vida dos fazendeiros;
- Fontes de Contaminação de Amêndoas de Cacau por Hidrocarbonetos Aromáticos Policiclos nos Países Produtores de Cacau, aprovado pela OIC e CIRAD, contando com recursos de £ 12.000,00 (doze mil libras esterlinas), e a participação da Associação das Indústrias Processadoras de Cacau-AIPC;
 - Análise comparativa de Custos de Produção e Exportação nas Principais Regiões Produtoras de Cacau no Mundo;
 - Desenvolvimento de Sistemas Agroflorestais Sustentáveis por Meio do Múltiplo Uso de Terra: O Modelo Cacau Cabruca e Lições da Vassoura –de-bruxa, fundamentado nos efeitos devastadores causados nas plantações brasileiras, cujo objetivo é elaborar uma estratégia internacional para fazer frente a novas ameaças para a cacauicultura.

A participação do Brasil na OIC possibilita o acesso a todas estatísticas de cacau nos países produtores, além de informações sobre cacau fino; orgânico; e de sabor superior.

Em 25 de abril de 2007 foi efetuado pagamento de R\$ 34.726,00 (trinta e quatro mil, setecentos e vinte e seis reais), equivalente a £ 8.542,26 (oito mil, quinhentos e quarenta e duas libras esterlinas e vinte seis centavos).

Conforme citado anteriormente, devido aos critérios legais para a elaboração da proposta orçamentária dos organismos internacionais, o pagamento da contribuição anual deste organismo foi efetuado parcialmente, pois a dotação orçamentária destinada a ele não foi suficiente, uma vez que, a contribuição atribuída ao Brasil passou de £ 8.309,48 (oito mil, trezentos e nove libras esterlinas e quarenta e oito centavos), em 2006, para £ 22.843,00 (vinte e dois mil, oitocentos e quarenta libras esterlinas), em 2007. Todavia, tal acréscimo somente foi conhecido após a conclusão da elaboração da proposta orçamentária para o ano de 2007.

2.4.1.2.3.9. Ação “20.212.0681.0076 – Contribuição ao Comitê de Sanidade Vegetal do Cone Sul - COSAVE”

2.4.1.2.3.9.1. Dados gerais

Tabela 14 – Dados gerais da ação

Tipo (Projeto, Atividade, Operações Especiais)	Operações Especiais
Finalidade	Participar da definição da harmonização regional dos procedimentos fitossanitários.
Descrição	Pagamento de cota contributiva para participar da elaboração de normas fitossanitárias.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas relativas a esta ação	Secretaria de Defesa Agropecuária
Unidades Executoras	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio.
Áreas dentro da Unidade relacionadas ao gerenciamento ou execução da ação	Coordenadoria de Apoio Operacional
Coordenador da Ação	Lino Luiz da Motta Santo Colsera

2.4.1.2.3.9.2. Resultados

O Decreto nº 161, de 2 de julho de 1991, publicado no DOU de 03/07/1991, promulgou o Convênio entre os Governos do Brasil, da Argentina, do Chile, do Paraguai e do Uruguai sobre a Constituição do Comitê Regional de Sanidade Vegetal (COSAVE).

O COSAVE é uma Organização Regional de Proteção Fitossanitária (ORPF), que integra o Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai. Seu principal objetivo é coordenar e incrementar a capacidade regional de prevenir, diminuir e evitar os impactos e riscos dos problemas que afetam à produção e comercialização dos produtos agrícolas e florestais da região, tomando em conta a situação fitossanitária alcançada, o desenvolvimento econômico sustentável, saúde humana e a proteção do meio ambiente.

Ao integrar o COSAVE, o Brasil cumpre com sua obrigação como país que subscreve a Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais - CIPV da FAO, além de fortalecer a condição fitossanitária do país, através da articulação regional para prevenir, diminuir e evitar os impactos e riscos dos problemas fitossanitários que afetam à produção e comercialização dos produtos agrícolas e florestais da região. Isto possibilita ao Brasil adaptar-se a nova realidade do comércio internacional, que com a

criação da OMC e de seu Acordo para a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS), aboliu as barreiras não tarifárias, deixando apenas as barreiras técnicas, sanitárias e fitossanitárias. O COSAVE contribui para melhorar a situação fitossanitária dos seus países membros, de forma que os mesmos possam garantir e conquistar mercados internacionais, e ter sua segurança alimentar assegurada.

O Brasil participa de todas as reuniões que o COSAVE realiza com seus países membros. O principal órgão político é o Conselho de Ministros, que aprova as resoluções que são propostas pelo seu Comitê Diretivo. O Conselho de Ministros é integrado pelos Ministros da Agricultura dos países membros (ou seu equivalente) e reúne-se anualmente ou sempre que necessário extraordinariamente. Já, o Comitê Diretivo, reúne-se de acordo com os Planos Anuais de Trabalho, Programas de Trabalho Específicos e Programas de Ação Integrados, pelo menos uma vez por ano, mediante prévia convocação do Presidente em exercício. Frente às circunstâncias específicas, e a pedido de dois ou mais diretores das ONPF's dos países membros, o Presidente poderá convocar sessões extraordinárias. Em 2007 o Comitê Diretivo reuniu-se quatro vezes.

O COSAVE possui diversos Grupos de Trabalhos Ad Hoc que são criados pelo Comitê Diretivo para propor soluções técnicas para assuntos relativos à fitossanidade, conforme surgem desafios regionais. Estes Grupos Ad Hoc podem ser dissolvidos após cumprirem as tarefas que são designadas pelo Comitê Diretivo. Em 2007 foram realizadas reuniões dos seguintes grupos: Grupo Ad Hoc: Grupo Ad Hoc Comissão de Medidas Fitossanitárias, Grupo Ad Hoc sobre Estabelecimento de Normas, Grupo Ad Hoc Procedimentos e Métodos Analíticos, Grupo Ad Hoc Assuntos Legais e Grupo Ad Hoc Assuntos Quarentena.

O COSAVE tem realizado vários seminários relativos à área de fitossanidade. Em 2007 foi realizado o Seminário sobre Análise de Risco de Pragas. Representantes dos países membros do COSAVE participaram sobre NIMFs em consulta aos países, promovido pela FAO; seminário sobre o Uso da Irradiação como Tratamento Quarentenário.

Em 2007, o COSAVE participou do processo de geração de Normas Internacionais de Proteção Fitossanitária (NIMF) e no processo de gerenciamento da Convenção Internacional de Proteção dos Vegetais (CIPV). Manteve um projeto de

cooperação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) sobre o bicudo do algodoeiro

Para o desenvolvimento das atividades desta Organização, os Países-Membros contribuem com uma cota anual, consensuada pelo Conselho de Ministros para o biênio 2006-2007, mediante Resolução Nº 90/17-05M emitida na sua XVII Reunião, realizada em Santa Cruz de La Sierra, Bolívia.

Na mesma Resolução o Conselho aprovou as quotas anuais dos países membros, cabendo ao Brasil a importância de US\$ 57.120 (cinquenta e sete mil, cento e vinte dólares) que foram pagos em 17 de abril de 2007, no valor de R\$ 115.953,60 (cento e quinze mil novecentos e cinquenta e três reais e sessenta centavos).

A Convenção Internacional de Proteção dos Vegetais (CIPV) adotou novos critérios no que diz respeito aos assuntos de financiamento para todas as atividades desta Convenção. Isto posto, o Conselho de Ministros do COSAVE aprovou a Resolução 97/20-056.

Esta Resolução trata da alocação de recursos anuais exclusivos visando suprir os financiamentos para a participação dos delegados dos países membros do COSAVE nos órgãos subsidiários, em Painéis Técnicos, em Grupos de Especialistas e outras reuniões de interesse da Região, antes custeados pela CIPV.

O Conselho de Ministros considerou que as novas políticas de financiamento da CIPV com relação à participação nas reuniões de especialistas e painéis técnicos para a elaboração de Normas Internacionais de Medidas Fitossanitárias (NIMF), incluindo os órgãos subsidiários, poderia prejudicar a participação dos delegados da Região, resultado na não participação dos mesmos.

Considerou ainda que em determinadas circunstâncias pode ser de interesse da região a organização e participação de reuniões de especialistas internacionais para o desenvolvimento de normas fitossanitárias estratégicas para o comércio de nossos produtos.

Neste contexto, coube ao Brasil o aporte de US\$ 12.450,00 (doze mil e quatrocentos e cinquenta dólares). Os ministros decidiram ainda, rever a cada ano, a manutenção desta quota.

Como não havia recursos orçamentários previstos na ação Contribuição ao Comitê de Sanidade Vegetal do Cone Sul – COSAVE, o pagamento da contribuição citada foi feito mediante repasse da Secretaria de Defesa Agropecuária, na ação

20.125.0357.2134 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produtos, pertencente ao Programa 0357 – Segurança Fitozoosanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários, no valor de R\$ 22.235,70 (vinte e dois mil, duzentos e trinta e cinco reais e setenta centavos), na data de 11 de novembro de 2007.

2.4.1.2.3.10. Ação “20.212.0681.0077 – Contribuição à Aliança dos Países Produtores de Cacau”

2.4.1.2.3.10.1. Dados gerais

Tabela 15 – Dados gerais da ação

Tipo (Projeto, Atividade, Operações Especiais)	Operações Especiais
Finalidade	Manter intercâmbio de informações técnicas e científicas, incentivo às relações sociais e econômicas entre os produtores, bem como, assegurar ofertas adequadas, preços compensadores e promoção do consumo.
Descrição	Pagamento de cota contributiva para a participação em eventos diversos realizados pela Aliança dos Países Produtores de Cacau com o intuito de fortalecer o setor cacauero e os envolvidos na cadeia produtiva.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas relativas a esta ação	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC
Unidades Executoras	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio.
Áreas dentro da Unidade relacionadas ao gerenciamento ou execução da ação	Coordenadoria de Apoio Operacional
Coordenador da Ação	Lino Luiz da Motta Santo Colsera

2.4.1.2.3.10.2. Resultados

O Governo Brasileiro, através da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), é signatário da Aliança dos Países Produtores de Cacau (APPC), participando ativamente de todas as atividades desenvolvidas pela Instituição.

Entre as metas definidas pela APPC para o Brasil, destaca-se o intercâmbio de germoplasma para resistência às principais doenças do cacau, dentre elas a vassoura-de-bruxa, responsável por uma redução de 73% na produção de cacau no estado da Bahia, principal produtor nacional, que hoje já conta com fontes de resistência

responsáveis pela inversão na tendência declinante da curva de produção, que chegou no seu ponto mais baixa em 96 mil toneladas no ano de 1999 e que na safra 2005-2006 chegou a 144 mil toneladas.

O aumento na produção de cacau baiana é fruto de um conjunto de tecnologias (controle químico, controle cultural, controle biológico e, sobretudo o uso de materiais resistentes à vassoura-de-bruxa) geradas e introduzidas, não sendo possível separar os efeitos de cada fator de produção isoladamente.

Em 2006, o Presidente do Comitê Científico da APPC, funcionário da CEPLAC, participou ativamente da organização da 15ª Conferência Internacional do Cacau, realizada na Costa Rica, no período de 09 a 14 de outubro de 2006, ocasião em que técnicos da CEPLAC foram responsáveis pela apresentação de 41 trabalhos técnico-científicos, na forma de pôsteres, apresentação oral e publicação nos Anais da Conferência.

A APPC tem sido intermediária de inúmeros projetos de pesquisa, encaminhados a diversas organizações internacionais (Fundo Comum de Commodities-CFC, Instituto Internacional de Recursos Genéticos de Plantas-IPGRI e à própria Organização Internacional do Cacau-OIC) visando a captação de recursos para execução de atividades de pesquisa, onde foi possível conseguir US\$ 1.324.547,00 para a execução de dois projetos de pesquisa junto a outros países da América Latina, gerando importantes resultados técnico-científicos para o Brasil e países signatários da Aliança.

A contribuição anual para o ano de 2007 para o organismo foi de US\$ 101.430,00 (cento e um mil quatrocentos e trinta dólares), que foi pago em 25 de abril de 2007, equivalente a R\$ 205.497,18 (duzentos e cinco mil quatrocentos e noventa e sete reais e dezoito centavos). Em 21 de maio de 2007, foi pago US\$ 3.956,35 (três mil novecentos e cinquenta e seis dólares e trinta e cinco centavos), equivalente em Reais a R\$ 7.720,82 (sete mil setecentos e vinte reais e oitenta e dois centavos). No total pagou-se US\$ 105.386,35 (cento e cinco mil trezentos e oitenta e seis dólares e trinta e cinco centavos), equivalente em Reais a R\$ 213.218,00 (duzentos e treze mil duzentos e dezoito reais).

2.4.1.2.3.11. Ação “20.212.0681.0420 – Contribuição à Organização Mundial de Meteorologia - OMM”

2.4.1.2.3.11.1. Dados gerais

Tabela 16 – Dados gerais da ação

Tipo (Projeto, Atividade, Operações Especiais)	Operações Especiais
Finalidade	Fortalecer a participação do Brasil nos fóruns internacionais que tratam sobre meteorologia.
Descrição	Pagamento da contribuição a Organização Meteorológica Mundial, como organismo de congregação internacional de esforços pelo desenvolvimento tecnológico da meteorologia e prestação de serviços às comunidades dos países associados.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas relativas a esta ação	Instituto Nacional de Meteorologia - INMET
Unidades Executoras	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio.
Áreas dentro da Unidade relacionadas ao gerenciamento ou execução da ação	Coordenadoria de Apoio Operacional
Coordenador da Ação	Lino Luiz da Motta Santo Colsera

2.4.1.2.3.11.2. Resultados

A Organização Meteorológica (OMI), fundada em 1873, foi o organismo internacional precursor da Organização Meteorológica Mundial (OMM), criada durante a Conferência de Diretores da OMI, em 22 setembro de 1947, na cidade de Washington, D.C.

Em 1951, a OMM tornou-se parte do sistema Nações Unidas com a denominação Organização Meteorológica Mundial e com atribuições voltadas fundamentalmente para a Meteorologia (Tempo e Clima), Hidrologia operacional e Ciências Geofísicas correlatas.

Hoje, a Organização Meteorológica Mundial é uma Agência Especializada das Nações Unidas, sendo considerada a autoridade máxima nos assuntos relacionados ao estado e comportamento da atmosfera terrestre e sua interação com os oceanos, à formação do clima e à distribuição dos recursos hídricos.

Atualmente a OMM conta com a participação de 188 Estados-Membros e territórios, dentre os quais o Brasil, que figura como membro da Organização desde a

assinatura do Convênio de criação deste Organismo Intergovernamental em 11 de outubro de 1947.

A visão da OMM adotada no último Congresso Meteorológico Mundial (XV) resume claramente o papel que a Organização exerce, atualmente, junto aos seus membros e a comunidade em geral: “Prover liderança mundial no assessoramento técnico e cooperação internacional em tempo, clima e recursos hídricos e assuntos ambientais correlatos, e em consonância com essas atribuições, contribuir para a segurança e o bem-estar da população ao redor do mundo e para o benefício econômico de todas as nações”.

O comportamento da atmosfera é altamente complexo e dinâmico, não podendo ser estudado com base em informações oriundas apenas alguns países. O conhecimento profundo dos fenômenos atmosféricos requer que os estudiosos tenham acesso irrestrito e amplo aos dados meteorológicos, englobando o maior número de informações possíveis. Por esse motivo, a intervenção da OMM junto aos países, promovendo a integração entre eles é de fundamental importância.

Visando alcançar esse desiderato, a Organização congrega todos os membros e promove a cooperação internacional entre eles, sistematizando o modo como cada um deve coletar seus dados, padronizando os procedimentos, uniformizando a calibração dos instrumentos meteorológicos, promovendo a formação e treinamento dos meteorologistas e fomentando, por conseguinte, o intercâmbio de informações e tecnologias, tão essencial nessa área. Os avanços resultantes do intercâmbio de informações e tecnologias culminam em recomendações e resoluções que são aplicadas por todos os países em nível nacional, trazendo benefícios, notadamente para os países em desenvolvimento, visto tratarem-se de soluções que traduzem “o estado da arte” da área de Meteorologia. Neste contexto infere-se a importância da atuação efetiva de todos os estados-membros, apoiando diuturnamente as atividades da Organização.

O Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), por ser o Serviço Meteorológico oficial do Brasil, insere-se neste contexto atuando de forma bastante próxima a OMM, contribuindo com informações e adequando para a realidade nacional as recomendações e resoluções produzidas no âmbito da Organização pelos maiores estudiosos no assunto. Essas recomendações oriundas da OMM servem de diretriz para as instituições que trabalham com meteorologia (CPTEC/INPE, SIMEPAR,

FUNCEME, Universidades, ect.), facilitando a tomada de decisões e colaborando para a preparação de políticas para o setor.

Por meio da cooperação com os demais SMHNs e com o apoio da OMM, o INMET está apto a fornecer informações mais precisas e confiáveis à sociedade, na área de Previsão do Tempo, estudos Climáticos, Agrometeorologia, diminuindo os impactos negativos e os riscos que os fenômenos climáticos podem causar à sociedade brasileira.

Conforme se depreende do exposto, a participação do Brasil no âmbito da Organização ocorre da forma mais ampla possível, através da atuação de especialistas brasileiros nos trabalhos de grupos, comissões técnicas, preparando recomendações e resoluções, servindo aos interesses da nação quando eleito para posto naquele Organismo.

Nota-se, pelo que foi descrito, que os benefícios auferidos pela sociedade brasileira advindos da participação do Brasil junto a OMM são de extrema valia e, conferem lucros visíveis ao Brasil a longo prazo.

A participação de funcionários do Instituto em reuniões internacionais é imprescindível, haja vista a necessidade permanente de troca de informações com os demais Serviços Meteorológicos e Hidrológicos (SMHNs) membros da OMM.

No decorrer desses eventos, pesquisadores e técnicos encontram-se para apresentarem as últimas novidades descobertas em seus países por meio da pesquisa científica, transformando os resultados obtidos com essas pesquisas em recomendações e ações que beneficiam os países membros.

Essas recomendações definidas no âmbito da Organização como resultado das reuniões promovidas pela OMM são de suma importância para a Meteorologia e Climatologia mundiais, uma vez que trazem em seu bojo uma uniformização do modo como a Meteorologia e Climatologia são vistas e tratadas por todos os países.

Portanto, a atuação do Brasil junto a OMM permite ao país alcançar uma posição de destaque ao lado das demais nações, à medida que tais encontros facilitam a troca de informações técnicas, o aprimoramento de conhecimentos utilizados na Meteorologia para Previsão de Tempo e Estudo de Clima e o aperfeiçoamento de técnicas, no mesmo nível de qualidade que os Serviços Meteorológicos e Hidrológicos de países desenvolvidos, de forma a prover a sociedade com informações

meteorológicas e climatológicas mais confiáveis, minimizando os impactos porventura negativos ocasionados pelo tempo e pelo clima na economia do nosso país.

Cabe salientar que os benefícios auferidos com essas participações alcançam não só os SMHNs, mas também os governos, à medida que tais informações têm papel crucial para a política governamental, uma vez que representam um norte e funcionam como uma ferramenta útil na tomada de decisões e na definição de políticas para o setor.

O Projeto de Cooperação Técnica (PCT) estabelecido entre o INMET e a OMM, denominado “Modernização Tecnológica e Atualização Científica do Instituto Nacional de Meteorologia – INMET” foi assinado com o propósito de reestruturar e complementar as atividades desenvolvidas pelo INMET, de forma a inserir tarefas que se tornaram necessárias à continuidade da modernização tecnológica e à atualização técnica do Instituto, ampliando a gama de produtos disponíveis que subsidiam a decisão do usuário final.

No âmbito do PCT INMET/OMM 02/002, foi assinado um contrato entre a OMM e a empresa ADN Tecnologia no ano de 2005, cuja finalidade principal foi aprimorar o Banco de Dados Meteorológico do Instituto por meio da atualização do Sistema SIM (Sistema Hidrometeorológico do INMET), já existente no Instituto, integrando-o ao CCIM (Sistema de Controle Integrado das Estações Meteorológicas Automáticas). O contrato mencionado custou o total de R\$ 560.000,00 (quinhentos e sessenta mil reais) para um período de 12 meses. Em outubro de 2007, um novo contrato entre a Organização e a empresa ADN Tecnologia foi assinado, com vistas a concluir as atividades iniciadas em 2005, além de propiciar treinamento à equipe técnica do INMET. Esse segundo contrato foi assinado para um período de 6 meses, no valor total de R\$ 308.036,64 (trezentos e oito mil, trinta e seis reais e sessenta e quatro centavos).

Ainda no contexto do Projeto, foi concebida a modernização da biblioteca do INMET. Foram contratadas, em fevereiro de 2006, 7 bibliotecárias, na modalidade por produto, para organizar os dados do acervo de 27 mil exemplares. A organização do acervo foi realizada através dos processos de referenciação, indexação e classificação. A referenciação seguiu o padrão ABNT-NBR-6023 N.T. 2002; a indexação atendeu ao processo padrão e outras diretrizes internas de interesse específico do INMET e a classificação obedeceu a Tabela CDU-Classificação Decimal Universal. O projeto de

modernização da biblioteca do INMET estabelecia não só a organização do acervo, mas de acordo com as especificações técnicas da base AINFO/EMBRAPA, a transferência dos dados para o Programa INFO/EMBRAPA, realizada on-line, por meio da digitação de dados. Essas atividades foram concluídas em janeiro de 2007 e custou ao projeto o total de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

Hoje o INMET dispõe de uma biblioteca que possibilita a consulta on-line do acervo do Instituto, compreendendo livros, monografias, folhetos, proceedings, fotos, slides, fitas de vídeos, pacotes de softwares, mapas, dentre outros.

O PCT ampliou o leque de oportunidades de melhoria ao INMET. Além dos avanços alcançados com a integração do SIM ao CCIM e a modernização da biblioteca, o Projeto possibilitou ao Instituto a reestruturação de sua rede de observação de dados meteorológicos através da viabilização da aquisição de 395 estações meteorológicas automáticas (EMA) a um custo 30% inferior a proposta inicialmente apresentada pela Vaisala. O decréscimo no valor inicial foi possibilitado pela negociação direta da OMM com a Vaisala propiciada pelo Projeto, totalizando ER 3.897.663,00 (três milhões, oitocentos e noventa e sete mil, seiscentos e sessenta e três euros).

Atualmente, cerca de 250 estações já foram instaladas em todos os estados do Brasil, viabilizando a coleta de informações meteorológicas como temperatura, vento, umidade, pressão atmosférica, chuva, direção, velocidade do vento e radiação solar. Em média, os técnicos do INMET tem conseguido instalar 30 EMAs ao mês. Até o término deste Projeto, previsto para o início de setembro de 2008, mais 65 EMAs serão adquiridas.

A consequência lógica da não participação do Instituto em eventos promovidos pela OMM é uma queda na qualidade do conhecimento e das informações dos especialistas, implicando no atraso técnico e tecnológico do INMET, tendo em vista que tais encontros possibilitam o intercâmbio de dados e informações e a transferência de tecnologia.

A contribuição anual para a Organização Mundial de Meteorologia para o ano de 2007 foi de CHF 936.750,00 (novecentos e trinta e seis mil, setecentos e cinquenta francos suíços), que foi paga em 25 de abril de 2007, com equivalência em R\$ 1.580.203,58 (um milhão, quinhentos e oitenta mil, duzentos e três reais e cinquenta e oito centavos). Em 27 de abril de 2007, mediante o uso do saldo orçamentário

remanescente, foi possível efetuar novo pagamento no valor de CHF 72.070,62 (setenta e dois mil, setenta francos suíços e sessenta e dois centavos), correspondendo, a R\$ 121.871,42 (cento e vinte um mil, oitocentos e setenta reais e quarenta e dois centavos), que foi utilizado para abater parte do saldo devedor.

2.4.1.2.3.12. Ação “20.212.0681.0421 – Contribuição para o Sistema de Certificação e Movimentação de Sementes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE”

2.4.1.2.3.12.1. Dados gerais

Tabela 17 – Dados gerais da ação

Tipo (Projeto, Atividade, Operações Especiais)	Operações Especiais
Finalidade	Pagar cota contributiva para a participação em reuniões, seminários e demais eventos realizados pelo Organismo, nos assuntos relativos aos sistemas de certificação, movimentação e comercialização internacional de sementes e cultivares.
Descrição	Pagamento de cota contributiva para a participação em reuniões, seminários e demais eventos realizados pelo Organismo, no sentido de uma aproximação gradual com o mesmo, visando a uma futura adesão do Brasil como país membro.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas relativas a esta ação	Secretaria de Defesa Agropecuária
Unidades Executoras	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio.
Áreas dentro da Unidade relacionadas ao gerenciamento ou execução da ação	Coordenadoria de Apoio Operacional
Coordenador da Ação	Lino Luiz da Motta Santo Colsera

2.4.1.2.3.12.2. Resultados

A participação do Brasil no esquema da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para certificação de sementes tem por finalidade conferir maior agilidade ao trânsito internacional, facilitando o acesso das sementes aqui produzidas a outros mercados.

A permanência do Brasil na OCDE é fundamental visto que muitos países, principalmente os europeus, estão começando a exigir que as sementes oriundas de

outros países sejam produzidas sob um controle, oficial, de qualidade e identidade genética. Além disto, a certificação sob a égide dessa organização é aceita por 55 países o que contribui para a redução de barreiras técnicas.

Quantificação do resultado do trabalho feito pela OCDE:

- a) Desde o ano de 2001, quando o Brasil iniciou sua participação no esquema da OCDE, o país esteve presente em 4 reuniões sobre sementes (2004 – Viena; 2005 – Paris; 2006 – Brasil, 2008 – Paris).
- b) Foram realizados no Brasil dois eventos relacionados ao referido esquema:
 - Encontro Anual da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre os dias 07 e 12 de agosto de 2006, em Fortaleza-CE;
 - Curso promovido pelo MAPA sobre “Vistoria de Campo de Sementes de Milho para Certificação via Esquema OCDE”, no período de 24 a 28 de julho de 2006, na Embrapa Milho e Sorgo em Sete Lagoas-MG;
- c) A produção de sementes certificadas pelo esquema da OCDE foi de 307.500 kg, 291.765kg, 869.800 kg, 16.325.426 kg, 10.757.103 kg e 28.161.129 kg nos anos de 2002, 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007, respectivamente. Desde o início da participação do Brasil, houve um incremento percentual de mais de 100% na produção de sementes certificadas pelo esquema, no país.
- d) O Brasil já exportou cerca de 4.023.861 kg de sementes de milho pelo esquema da OCDE. Desde o início da participação houve um incremento percentual de mais de 100% na exportação de sementes certificadas pelo esquema.
- e) Priorização das vistorias mínimas necessárias e realização de testes de pré e pós-controle visando preservar a identidade genética e a pureza varietal das cultivares utilizadas no processo de certificação, preservando os instrumentos de controle de qualidade de sementes já existentes no País.
- f) Melhorias decorrentes da adesão ao organismo:
 - maior credibilidade da qualidade das sementes produzidas pelo Brasil; e
 - aumento significativo das exportações de sementes certificadas.

Por participar da OCDE como ouvinte, o Brasil não tem direito a voto.

Em 25 de abril de 2007 foi efetuado pagamento no valor de € 5.893,10 (cinco mil, oitocentos e noventa e três euros e dez centavos), equivalente a R\$ 16.315,05

(dezesseis mil, cento e cinco reais e oitenta e quatro centavos), e em 21 de maio de 2007 foi efetuado pagamento de € 196,24 (cento e noventa e seis euros e vinte e quatro centavos), equivalente a R\$ 515,95 (quinhentos e quinze reais e noventa e cinco centavos), para abater parte do saldo devedor, no total de. € 6.089,34 (seis mil e oitenta e nove euros e trinta e quatro centavos), equivalente a R\$ 16.831,00 (dezesseis mil, oitocentos e trinta e um reais).

2.4.1.2.3.13. Ação “20.212.0681.0422 – Contribuição à União Internacional para Proteção de Novas Variedades Vegetais - UPOV”

2.4.1.2.3.13.1. Dados gerais

Tabela 18 – Dados gerais da ação

Tipo (Projeto, Atividade, Operações Especiais)	Operações Especiais
Finalidade	Fortalecer o Brasil nos fóruns internacionais que tratam sobre a proteção de cultivares.
Descrição	Pagamento de cota contributiva para viabilizar o fornecimento ao MAPA de todas as deliberações, normas e procedimentos da UPOV, aplicados na proteção de cultivares e a participação do Brasil nas reuniões técnicas e deliberações da UPOV, como país membro.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas relativas a esta ação	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
Unidades Executoras	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio.
Áreas dentro da Unidade relacionadas ao gerenciamento ou execução da ação	Coordenadoria de Apoio Operacional
Coordenador da Ação	Lino Luiz da Motta Santo Colsera

2.4.1.2.3.13.2. Resultados

A Proteção de Cultivares constitui-se no reconhecimento da propriedade intelectual sobre novas variedades vegetais resultantes do trabalho de melhorista de plantas. Contribui para o desenvolvimento tecnológico na medida em que incentiva a inovação disponibilizando alternativas competitivas de cultivo aos agricultores impulsionando o agronegócio. Um sistema de proteção de cultivares eficiente proporciona à comunidade científica, instituições de pesquisa, produtores de sementes, melhorista e, especialmente, aos produtores rurais, benefícios diretos, pois passam a

contar com um mercado de sementes diversificado e atualizado, dispondo de constantes lançamentos de novas cultivares. Além disso, a segurança de reconhecimento da propriedade intelectual atua como importante mecanismo de desenvolvimento tecnológico e de estímulo à expansão do setor agrícola, na medida em que garante o retorno dos investimentos realizados, alinhando o Brasil entre os países do primeiro mundo e proporcionando a inserção do país no contexto internacional na área de pesquisa vegetal e produção de sementes, assim como da propriedade intelectual.

A adesão do Brasil à União para Proteção de Obtenções Vegetais-UPOV, se deu em decorrência do Acordo TRIPS (Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights), que em seu Art. 27.3(b) determina: "os Membros concederão proteção a variedades vegetais, seja por meio de patentes, seja por meio de um sistema *sui generis* eficaz, seja por uma combinação de ambos. O disposto neste subparágrafo será revisto quatro anos após a entrada em vigor do Acordo Constitutivo da OMC". O TRIPS foi aprovado no Congresso Nacional em 31 de dezembro de 1994 e entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 1995. O Brasil optou por adotar unicamente o sistema *sui generis* de proteção, sendo escolhido o sistema UPOV que já congregava 26 países da Europa, América e Ásia. A UPOV é uma organização internacional, conveniada à Organização Mundial da Propriedade Intelectual – OMPI, com sede em Genebra, na Suíça, e que, através de uma convenção internacional, disciplina a atuação da proteção de cultivares em cerca de 65 países atualmente. A participação do Brasil na UPOV foi concretizada mediante o Decreto nº 3.109, de 30 de junho de 1999 que promulgou a Convenção Internacional para a Proteção das Obtenções Vegetais, de 2 de dezembro de 1961, revista em Genebra, em 10 de novembro de 1972 e 23 de outubro de 1978. A UPOV tem como missão promover um sistema de proteção de variedades vegetais efetivo, com o objetivo de encorajar o desenvolvimento de novas variedades de plantas para o benefício da sociedade.

Além de cumprir com compromissos firmados junto à Organização Mundial do Comércio OMC, no campo da propriedade intelectual, o Brasil se beneficia da participação na UPOV uma vez que participa ativamente na elaboração de regulamentos técnicos e legais para harmonização internacional da proteção de cultivares, refletindo em prática, a preocupação do país na manutenção dos direitos dos obtentores em nosso território. Como membro da União, pode-se contar, também, com

o suporte no que concerne à resolução de questões técnicas, cooperação automática de todos os outros países membros na condução de testes específicos, apoio para implantação e aperfeiçoamento de procedimentos administrativos e elaboração de documentos internos, bem como entendimento de aspectos legais que envolvem aspectos legais que envolvem aspectos do direito internacional de propriedade intelectual. Ademais, de acordo com o princípio de reciprocidade, enquanto membros da UPOV, os melhoristas brasileiros têm tratamento igualitário ao solicitar proteção junto a outros países membros. Também aos países signatários são concedidos treinamentos e acesso a bases de dados internacional, mantida pela UPOV. Através das atividades realizadas por intermédio da UPOV é possível se minimizar os custos operacionais do sistema nacional de proteção, os custos para os obtentores e elevar a qualidade dos serviços prestados.

Cabe esclarecer que a UPOV não é um organismo de controle, portanto não estabelece metas para seus membros, cabendo aos países, dentro de sua soberania, definirem suas políticas e diretrizes a serem seguidas, bem como estratégias e metas a serem alcançadas. Por se tratar de atividade que influencia o desenvolvimento da pesquisa em melhoramento vegetal, há reflexos em toda cadeia produtiva, mas não dispomos, ainda, de pesquisa que isole o efeito da proteção das demais variáveis que contribuem para o aumento de produtividade e conseqüentemente na exportação. Um estudo inicial sobre o impacto da proteção de cultivares no agronegócio brasileiro está em vias de elaboração, juntamente com associações representativas de obtentores e universidades.

Entretanto, é possível inferir resultados positivos da proteção de cultivares analisando a Tabela de Produção de Grãos do Brasil de 1990/01 a 2006/07, disponibilizada no site do MAPA, onde pode-se verificar um acentuado aumento no volume de produção a partir do ano de 2000. A proteção de cultivares teve seu início ao final do ano de 1997, e vem evoluindo ano a ano o número de cultivares protegidos, o que denota um aumento substancial de investimentos da pesquisa, na busca de cultivares melhoradas, resultando em aumento de produtividade.

A UPOV é organizada em diversos Conselhos, Grupos Técnicos de Trabalhos, além de Comitês de Assessoramento. Anualmente são promovidas reuniões no intuito de realizar trabalhos com a participação de todos os países membros. A integração entre os países membros é fundamental para a troca de experiências e para a

harmonização de procedimentos administrativos, legais e técnicos. No intuito de aprimorar sua aptidão agrícola e ganhar cada vez mais espaço no cenário do agronegócio internacional, o Brasil vem participando, nos últimos anos, de forma bastante atuante nas reuniões da UPOV. A participação ocorre nas reuniões do Conselho Geral, Conselho Consultivo, Conselho Administrativo e Jurídico e Conselho Técnico, além de termos integrantes indicados nos comitês de assessoramento do Conselho Administrativo e Jurídico e do Grupo de Técnicas Moleculares. Estas reuniões são realizadas em uma única semana, duas vezes por ano. No que se refere à participação nos grupos de trabalho, participamos dos grupos de espécies ornamentais e florestais (TWO), olerícolas (TWV), frutíferas (TWF) e agrícolas (TWA). Os grupos de trabalhos se reúnem uma vez por ano e suas atividades principais são: elaboração de protocolos para realização de testes para as espécies agrícolas harmonizadas para uso dos países membros e discussão de aspectos de melhoramento vegetal e de técnicas moleculares.

No Brasil, o órgão competente para a aplicação da lei e por representá-lo junto à UPOV é o Serviço Nacional de Proteção de Cultivares-SNPC do Ministério da Agricultura. O SNPC está ligado ao Departamento de Propriedade Intelectual e Tecnologia da Agropecuária-DEPTA da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo-SDC. A missão do SNPC é garantir o livre exercício do direito de propriedade intelectual dos obtentores de novas combinações filogenéticas na forma de cultivares vegetais distintas, homogêneas e estáveis, zelando pelo interesse nacional no campo da proteção de cultivares. O SNPC foi criado pela Lei nº 9.456/97 e teve suas atribuições regulamentadas pelo Decreto nº 2.366/97.

Em 2007, este MAPA/SNPC participou dos seguintes eventos organizados pela UPOV:

- Das reuniões do Conselho Geral, Conselho Consultivo, Conselho Administrativo e Jurídico e Conselho Técnico, realizadas respectivamente de 24 de março a 1º de abril e de 22 a 26 de outubro de 2007, em Genebra. O representante do Brasil na UPOV também designado como membro do Grupo Conselheiro CAJ-AG) do Conselho Administrativo e Jurídico (CAJ) composto por 15 países responsáveis por elaborar as notas explanatórias da Convenção da UPOV a serem apreciados pelo Conselho.

- Reunião do subgrupo de espécies ornamentais e florestais, em Kunming, China, de 2 a 6 de julho de 2007, onde coordenou as discussões de protocolo para proteção de cultivares de seringueira.
- Reunião do subgrupo de espécies frutíferas, em Jeju, Coreia do Sul, de 9 a 13 de julho de 2007, onde coordenou as discussões de protocolo para proteção de cultivares de café e de banana; e apresentou subsídios para maracujá, mamão, abacaxi e pêssego.
- Reunião do subgrupo de espécies agrícolas em Budapest, Hungria, de 28 de maio a 1º de junho de 2007, onde coordenou as discussões de protocolo para cultivares de milho e braquiaria; e apresentou subsídios para milho.
- Reunião do subgrupo de espécies olerícolas em Nairobi, Kenia, de 11 a 15 de junho de 2007, onde coordenou as discussões de protocolo para proteção de cultivares de coentro; e apresentou subsídios para feijão-caupi, batata-doce, rabanete e cebola.
- Dois técnicos participaram do “VI Curso de Formação para os Países Iberoamericanos sobre Proteção das Obtenções Vegetais”, no período de 08 a 14 de julho de 2007, em Santa Cruz de La Sierra – Bolívia.
- Por indicação do SNPC, técnicos do MAPA e de outras instituições com interesse no tema participaram do “Curso a distância sobre proteção de cultivares no sistema UPOV”, sendo 15 técnicos nos meses de abril e maio; e 10 nos meses de setembro e outubro de 2007. A UPOV designou dois técnicos do SNPC como tutores para este curso.

No que se refere aos aspectos financeiros, o artigo 26 da Convenção Internacional para Proteção das Obtenções Vegetais que cria a UPOV, define a forma que os países signatários da Convenção devem contribuir para a sua manutenção. Desta forma, cumpre aos países membros da UPOV efetuar anualmente uma contribuição para a manutenção do organismo. Entre os países membros que se encontram na mesma faixa de desenvolvimento do Brasil, podemos citar a Argentina e China, que contribuem com 0,5 unidades, México e República da Coreia, com 0,75, Austrália e África do Sul com 1 unidade. Os países mais desenvolvidos contribuem com 5 unidades como é o caso dos membros da União Europeia, Japão e Estados Unidos.

O Brasil participa com 0,25 unidades. As contribuições devem ser recolhidas no mês de janeiro do respectivo ano.

O valor da contribuição anual de 2006 é de CHF13.410 (treze mil, quatrocentos e dez) francos suíços, e foi paga em 25 de abril de 2007, no valor equivalente em reais de R\$ 22.621,33(vinte e dois mil, seiscentos e vinte e um reais e trinta e três centavos).

2.4.1.2.3.14. Comitê Veterinário Permanente do Cone Sul - CVP

Durante a década de 1990, alcançaram-se excelentes níveis de controle da Febre Aftosa, permitindo a diversos países da América do Sul alcançar as categorias de “Livre de Aftosa com Vacinação” e “Livre de Aftosa sem Vacinação” conforme a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). Essa situação, provavelmente, tenha sido a causa de uma flexibilização nos sistemas de controle, o que conduziu à reaparição de focos durante os anos 2000 e 2002.

Esta mesma situação pôs em evidência a necessidade de fortalecer as instâncias de coordenação regional, a fim de unir esforços e traçar estratégias para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário e rural da região, não somente no que diz respeito à Febre Aftosa, mas também a outros aspectos da sanidade animal e inocuidade de alimentos.

Neste sentido, os países membros do Mercosul ampliado (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai), representados por sua autoridade máxima em Saúde Animal, firmaram o convênio constitutivo do Comitê Veterinário Permanente do Cone Sul (CVP), dentro da esfera de ação do Conselho Agropecuário do Sul (CAS), com o objetivo principal de coordenar ações e incrementar a capacidade regional de prevenir, controlar e evitar os impactos e riscos sanitários que afetam a produção e comercialização de animais, produtos e subprodutos de origem animal na região.

A partir de sua instituição e institucionalização, em inúmeras e diversas oportunidades o CVP tem sido porta voz dos países que o compõem, defendendo-lhes os interesses e levando suas sugestões aos mais diversos organismos internacionais, inclusive a OIE e a União Européia.

O Chefe do Serviço Veterinário Brasileiro, que já presidiu o CVP, participa ativamente de todas as reuniões daquele organismo regional, que ocorrem com um

intervalo máximo de 90 dias e, de forma extraordinária, por solicitação do presidente ou de pelo menos dois de seus membros.

A contribuição anual do referido organismo é no valor de US\$ 20.000,00 (vinte mil dólares), pago em 25 de outubro de 2007, em reais R\$ 35.800,00 (trinta e cinco mil e oitocentos reais).

Como não existe uma ação específica para este Organismo no programa “Gestão da Participação em Organismos Internacionais”, o recurso para o pagamento da contribuição devida ao CVP foi disponibilizado pela Secretaria de Defesa Agropecuária, através da ação Erradicação da Febre Aftosa, do Programa Desenvolvimento da Bovideocultura. Foi feita proposição de criação de ação específica no PPA 2008/2011.

2.4.1.2.4. ANEXOS

2.4.1.2.4.1. Anexo 1: Demonstrativo das Contribuições a Organismos Internacionais

2.4.1.2.4.2. Anexo 2: Demonstrativo dos Saldos Devedores dos Organismos Internacionais

2.4.1.2.4.3. Anexo 3: Crédito Suplementar em favor do MAPA aprovado pela Lei nº 11.593, de 29 de novembro de 2007

2.4.1.2.4.1. Anexo 1: Demonstrativo das Contribuições a Organismos Internacionais

2.4.1.2.4.2. Anexo 2: Demonstrativo dos Saldo Devedores dos Organismos Internacionais

**2.4.1.2.4.3. Anexo 3: Crédito Suplementar em favor do MAPA
aprovado pela Lei nº 11.593, de 29 de novembro de 2007**

2.5. DESEMPENHO OPERACIONAL

2.5. DESEMPENHO OPERACIONAL

Como vem sendo registrado neste relatório, a Secretaria enfrenta, talvez seu principal problema, a falta de uma estrutura orçamentária (programa e ações) própria e definida de forma adequada para as suas funções. Conforme já mencionado, e tendo em vista que a sua criação se deu em meio à vigência do PPA 2004/07, não existe programa próprio e os recursos utilizados são provenientes de ações já existentes e vinculados a um programa gerenciado por outra Secretaria. Isto posto, a SRI ainda não dispõe de indicadores para mensurar o seu desempenho.

Por outro lado, e como forma de ser possível uma avaliação das atividades realizadas pela SRI, no ano de 2007, apresenta-se, na seqüência, um relato detalhado dos trabalhos que foram levados a efeito pela SRI. Este relato será apresentado tendo-se em conta as três áreas temáticas da Secretaria, quais sejam: área temática de assuntos comerciais; área temática de assuntos sanitários e fitossanitários e área temática de promoção internacional do agronegócio.

2.5.1 Realizações na área temática de assuntos comerciais

2.5.1.1. Temas de âmbito multilateral

Atividades desenvolvidas no âmbito da Organização Mundial do Comércio – OMC

Negociações do Acordo sobre Agricultura

A agenda multilateral da OMC foi retomada no primeiro semestre do ano de 2007, com a participação da Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio (SRI) nas reuniões ordinárias e nas sessões especiais do Comitê de Agricultura (CoA).

As reuniões ordinárias têm como objetivo monitorar a implementação do Acordo sobre Agricultura – AsA, vigente desde janeiro de 1995 com a criação da OMC. Nessas reuniões do CoA, são analisadas as notificações feitas pelos países.

A SRI é o órgão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento responsável pela elaboração das notificações brasileiras. As notificações brasileiras à OMC, sobre suas medidas de apoio doméstico referentes ao ano-safra 2003/2004, foram enviadas neste período. Foi demonstrado, mais uma vez, o baixo nível de subsídios distorcivos aplicados pelo Brasil, dando coerência à atuação do país nas negociações agrícolas da OMC.

Além das reuniões formais, no primeiro semestre de 2007 foram retomadas as Sessões Especiais para discutir a revisão do Acordo sobre Agricultura, as quais haviam sido interrompidas no final de julho de 2006. Ocorreram também reuniões do G-4¹ do G-20² e do Grupo de Cairns³

A SRI realizou, ao longo de 2007, reuniões periódicas do Grupo Técnico Informal da OMC, composto, além do MAPA, pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (ICONE). O grupo foi a base técnica de sustentação do posicionamento brasileiro, e conseqüentemente, do G-20 nas negociações agrícolas. Em 2007 o grupo avaliou minuciosamente a proposta de modalidades apresentada pelo Presidente das negociações agrícolas, em julho de 2007, assim como as revisões deste documento que foram apresentadas no decorrer do ano.

Negociações sobre comércio e meio ambiente

A SRI tem participado das negociações sobre comércio e bens ambientais tanto na OMC como no Mercosul. Os entendimentos visam o estabelecimento de acesso preferencial para produtos considerados ambientalmente corretos. Esforço especial tem sido dedicado para que se considere o etanol uma *commodity* ambiental.

Em 2007, foram realizadas reuniões internas com vistas a definir as propostas brasileiras que seriam levadas à OMC, onde as negociações da Agenda de Desenvolvimento de Doha continuaram tendo lugar.

Negociação para a entrada de novos membros na OMC

O Cazaquistão e o Brasil assinaram, em 24 de abril de 2007, protocolo de entendimento referente às negociações da acessão daquele país à Organização Mundial do Comércio - OMC.

1 O G-4 é um grupo formado por Brasil, Estados Unidos, Índia e União Européia, criado no primeiro semestre de 2007, que se reuniu na tentativa de se fechar um acordo de modalidades em agricultura, o qual pudesse servir de base para um acordo nas negociações sobre agricultura da OMC.

2 O G-20 é um grupo de países em desenvolvimento criado em agosto de 2003, na fase final da preparação para a V Conferência Ministerial da OMC, realizada em Cancun, em setembro do mesmo ano. O Grupo concentra sua atuação em agricultura, o tema central da Agenda de Desenvolvimento de Doha.

3 O grupo de Cairns foi constituído em agosto de 1986, no início da Rodada Uruguai, com o objetivo de influir no processo negociador. Ele é composto por países, tanto desenvolvidos quanto em desenvolvimento, que têm na produção e exportação de produtos agropecuários uma forte base econômica.

Em 2007 a SRI prosseguiu com processo negociador da entrada da Bielorrússia, do Laos e do Sudão na OMC. Houve avanços importantes, mas ainda não se chegou a um entendimento sobre os possíveis benefícios comerciais que o agronegócio brasileiro teria com a entrada dos novos membros.

Contencioso entre o Brasil e a União Européia - reconsolidação das tarifas para carne de frango e de peru

Em 15 de junho de 2006, a União Européia (UE) notificou à OMC sua intenção de aplicar quotas tarifárias, em lugar das tarifas até então vigentes, para os produtos constantes dos itens 0210.99.39 (frango salgado), 1602.32.19 (frango cozido) e 1602.31 (peru cozido)⁴. Foram abertas negociações para criação de quotas tarifárias, com base nos parâmetros estabelecidos pela OMC.

Ao longo do segundo semestre de 2006 e do primeiro trimestre de 2007, Brasil e UE realizaram diversas reuniões de negociação para buscar um acordo sobre os volumes das quotas e sua operacionalização. Pelo lado brasileiro participaram negociadores do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Secretaria de Relações Internacionais), Ministério das Relações Exteriores (MRE), Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC), além de representantes da Associação Brasileira de Produtores e Exportadores de Frango (ABEF). Em 26 de outubro de 2006, em Genebra, firmou-se acordo entre as partes, que consolidou as quotas para exportações brasileiras à UE:

Tabela 19 Resumo dos resultados do acordo entre Brasil e UE

Produto	Volume da quota para o Brasil	Tarifa intraquota	Tarifa extraquota
Frango salgado (0210.99.39)	170.807	15,4%	1.300 €/t
Frango processado (1602.32.19)	79.477	8,0%	1.024 €/t
Peru processado (1602.31)	92.300	8,5%	1.024 €/t
Total	342.584		

Além disso, o acordo consagrou a transparência na administração das quotas – como pleiteado pelo Brasil – pela obrigatoriedade de expedição de um certificado de origem pelo governo brasileiro para cada exportação dentro da quota.

⁴ Itens tarifários da Nomenclatura Combinada da Comunidade Européia (NC), correspondentes, respectivamente, às exportações brasileiras classificadas sob os itens 0210.99.00, 1602.32.00 e 1602.31.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM/SH).

Em 05 de junho de 2007 a UE publicou o Regulamento EC nº 616/2007 que estabelece as regras e procedimentos relativos à administração das quotas em questão, válidos a partir de 1º de julho de 2007. Em 05 de julho de 2007 o Brasil publicou no D.O.U. a Portaria SECEX nº 15, de 04 de julho de 2007, alterada pela Portaria SECEX nº 26, de 27 de setembro de 2007, publicada no D.O.U. de 02 de outubro do mesmo ano, regulamentando os procedimentos administrativos brasileiros relativos à expedição dos certificados de origem necessários para apresentação junto à aduana européia, nas exportações cursadas no âmbito das quotas em questão.

Findas as negociações e após a entrada em vigor das normativas (européia e brasileira) que estão a reger o funcionamento das quotas, a ABEF tem manifestado seu interesse de que a emissão de certificado de origem (a cargo da SECEX/MDIC) seja feita segundo divisão de quotas entre exportadores brasileiros, com base em performance exportadora passada.

No entanto, o acordo firmado entre os representantes dos Governos do Brasil e da UE prevê que a emissão de certificado de origem pelo Brasil se dê de forma “não discriminatória”, ou seja, sem que haja divisão por exportador. Por esse motivo, o Governo brasileiro tem se oposto ao pleito da ABEF, cujo eventual atendimento poderia acarretar no rompimento do acordo com os europeus, com conseqüente interrupção das operações dentro das quotas destinadas ao Brasil e prejuízos aos exportadores brasileiros.

Contencioso entre o Brasil e os EUA - subsídios aos produtores americanos de algodão

Em 2005, o Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da OMC deu ganho de causa ao Brasil sobre este assunto, determinado que os EUA eliminassem os programas governamentais envolvidos. Após essa decisão, os EUA solicitaram tempo para tramitar as modificações exigidas para o setor no Congresso americano.

O Brasil considerou que os EUA não havia posto em prática, de forma satisfatória, as determinações do Órgão de Solução de Controvérsias. Assim sendo, em 2006, o Brasil solicitou ao OSC a abertura de um Painel de Implementação das decisões do OSC. Em 18 de dezembro de 2007, a OMC anunciou oficialmente sua decisão a favor do Brasil na disputa com os EUA sobre os subsídios pagos aos

produtores de algodão e deu aos EUA seis meses para que reforme seus programas de subsídios aos produtores de algodão e comunique as mudanças à OMC.

Com a decisão favorável, o Brasil tem direito de impor aos EUA sanções anuais de até US\$ 4 bilhões. O governo brasileiro está estudando as ações a serem tomadas, que deverão ser notificadas à OMC e autorizadas por esse órgão.

Contencioso aberto pelo Brasil e pelo Canadá contra subsídios agrícolas aos produtores dos EUA.

A OMC abriu investigação contra os subsídios agrícolas dos Estados Unidos, em razão das denúncias feitas por Brasil e Canadá. O pedido foi aprovado automaticamente na reunião de 17 de dezembro de 2007 do Órgão de Solução de Controvérsias da entidade, uma vez que os EUA haviam bloqueado o primeiro pedido de painel (processo investigativo), em novembro.

Brasil e Canadá alegam que os EUA excederam o volume de subsídios agrícolas autorizado, que é de US\$ 19,1 bilhões, entre 1999 e 2002 e em 2005. Reclamam também que alguns programas são ilegais, como o que concede crédito à exportação. Todas as acusações são contestadas pelos EUA.

O painel deve ser formalmente instalado e o processo correrá ao longo do ano de 2008. Pelo Brasil atuam advogados estrangeiros contratados pelo Governo, com acompanhamento do MRE.

Negociações para a entrada de novos países na União Européia

Em 2007 o Brasil e a União Européia negociaram a incorporação de dois novos países - Romênia e Bulgária à União Européia. A SRI fez análises sobre o impacto que a medida poderá ter no comércio de produtos do agronegócio brasileiro para aquele mercado e participou de reuniões bilaterais entre o Brasil e a UE para discutir as compensações que o Brasil terá direito.

Atividades desenvolvidas no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento – UNCTAD

Sistema Geral de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento – SGPC

Em 2004, realizou-se na cidade de São Paulo a XI Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – UNCTAD. Durante a Conferência foi lançada uma nova rodada de negociações no âmbito do Sistema Geral de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento – SGPC, a chamada Rodada São Paulo, para que os Membros concedam entre si preferências tarifárias.

O Brasil, por meio do MERCOSUL, tem participado desde 2004 das discussões internas sobre o novo acordo, culminando com a apresentação formal de uma proposta do MERCOSUL. A SRI representa o MAPA no grupo interministerial que trata do tema, e que participou da formulação da referida proposta.

5.1.2. Temas de âmbito regional, bilateral e birregional

Atividades desenvolvidas no âmbito do Mercosul

Grupo Mercado Comum – GMC

Em 2007 foi destaque no GMC o trabalho de operacionalização do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul - FOCEM. O primeiro projeto do Fundo (financiamento do Programa Mercosul - Zona Livre de Febre Aftosa) já teve os recursos liberados para os Estados Partes do Bloco. Entre as competências do Grupo que se relacionam ao MAPA, ainda que indiretamente, estão: a aprovação do orçamento do Mercosul; funcionamento da Secretaria do Mercosul; aplicação do Protocolo de Olivos para solução de controvérsias; regimes especiais de importação, entre outros.

Outro tema relevante tratado pelo GMC em 2007, foram questões relacionadas à existência de assimetrias entre os Estados Partes do Bloco e as políticas de concessão de incentivos outorgadas pelos membros.

No último ano realizaram-se cinco reuniões desse Grupo: duas ordinárias no Paraguai; e duas ordinárias e uma extraordinária no Uruguai.

Subgrupo de Trabalho nº 8 - Agricultura

A SRI é a responsável pela coordenação nacional do Subgrupo de Trabalho nº 8 -Agricultura – SGT-8. Este Subgrupo é responsável pela harmonização dos diferentes aspectos das legislações e regulamentações que afetam o comércio agrícola no Mercosul, nas áreas específicas da sanidade animal e vegetal; sementes; fertilizantes e corretivos; inoculantes; alimentos para animais; genética animal; vitivinícola e produtos fitossanitários.

A harmonização se dá principalmente pela elaboração de projetos de resolução que advêm dos grupos de trabalho e comissões temáticas do SGT-8. Após análise e aprovação pelos Coordenadores do SGT-8, os projetos de resolução são encaminhados ao Grupo Mercado Comum, órgão coordenador das negociações gerais do Mercosul. As normas aprovadas pelo GMC devem ser incorporadas ao ordenamento jurídico dos Estados Partes.

No ano de 2007 o Grupo Mercado Comum recebeu 16 projetos de Resolução oriundos do SGT-8, sendo todos aprovados:

- Requisitos zoossanitários para importação definitiva ou para reprodução de eqüídeos de terceiros países. Resolução GMC Nº 19/07
- Requisitos zoosanitários para a importação de sêmen eqüino destinado aos Estados Partes. Resolução GMC Nº 44/07
- Requisitos zoosanitários para a importação de eqüídeos para abate imediato destinados aos Estados Partes. Resolução GMC Nº 43/07
- Requisitos zoosanitários para a importação de embriões de eqüino destinados aos Estados Partes. Resolução GMC Nº 42/07
- Sub-standard 3.7.38. Requisitos fitossanitários para *Triticum aestivum* x *Secale cereale* (triticale), segundo país de destino e origem, para os Estados Partes. Resolução GMC Nº 39/07
- Sub-standard 3.7.16. Requisitos fitossanitários para *Triticum spp.* (trigo), segundo país de destino e origem, para os Estados Partes. Resolução GMC Nº 38/07

- Sub-standard 3.7.5. Requisitos fitossanitários para *Lycopersicon esculentum* (tomate), segundo país de destino e origem, para os Estados Partes. Resolução GMC N° 37/07
- Sub-standard 3.7.3. Requisitos fitossanitários para *Capsicum annuum* (pimentão) segundo país de destino e origem para os Estados Partes. Resolução GMC N° 36/07
- Sub-standard 3.7.39. Requisitos fitossanitários para *Secale cereale* (centeio), segundo país de destino e origem, para os Estados Partes. Resolução GMC N° 35/07
- Requisitos zoonosológicos para a importação de sêmen eqüino destinado aos Estados Partes. Resolução GMC N° 24/07
- Requisitos zoonosológicos para a importação de abelhas rainhas e produtos apícolas destinados aos Estados Partes. Resolução GMC N° 23/07
- Requisitos zoonosológicos para importação temporária de eqüídeos entre os Estados Partes. Resolução GMC N° 22/07
- Requisitos zoonosológicos para importação temporária de eqüídeos de terceiros países. Resolução GMC N° 21/07
- Requisitos zoonosológicos para importação definitiva ou para reprodução de eqüídeos entre os Estados Partes. Resolução GMC N° 20/07
- Sub-standard 3.7.47. Requisitos fitossanitários para *Daucus carota* (cenoura) segundo país de destino e origem para os Estados Partes. Resolução GMC N° 40/07

Comissão de Comércio do MERCOSUL-CCM

Em 2007 a CCM realizou oito reuniões, todas na sede do Mercosul, em Montevideú. Os temas de maior interesse para a agricultura, tratados durante as reuniões da CCM foram:

a) Simplificação de procedimentos aduaneiros intrazona: o Paraguai propôs aos demais países do bloco que houvesse um esforço no sentido de simplificar os procedimentos aduaneiros intrazona para uma lista de 147 produtos que o país considera de interesse. Destes, alguns são produtos agrícolas, como frutas.

Durante o ano de 2007, a SRI, em coordenação com a SDA elaborou uma lista com os procedimentos administrativos requeridos para as importações, desde a verificação documental até os resultados laboratoriais, para todos os produtos alvo de anuência prévia do MAPA para que as discussões sobre a simplificação de alguns procedimentos se iniciem em 2008.

b) Critérios para a análise de modificações tarifárias: em 2007, o Brasil apresentou junto à CCM proposta aprovada pela CAMEX com os critérios para análise das modificações tarifárias a serem utilizadas nos processos do Comitê Técnico nº 1 – Tarifas e Nomenclatura (CT-1). Vale mencionar, que ainda não houve uma decisão das partes desse Comitê sobre o assunto.

c) Regime comum de importação de bens destinados à investigação científica e tecnológica: durante o ano de 2007 foram iniciadas as discussões para a criação de um regime comum do Mercosul para reduzir a zero as alíquotas de importação de bens destinados à investigação científica e tecnológica.

A CCM dispõe de sete Comitês Técnicos. Dos quais, dois são de interesse especial da agricultura: o Comitê de Defesa Comercial e Salvaguardas (CDCS), que trata da elaboração dos regulamentos comuns das medidas de defesa comercial, o qual teve suas reuniões suspensas pela CCM, e o Comitê Técnico nº 1 – Tarifas e Nomenclatura (CT-1), que trata da política tarifária e da nomenclatura comum do bloco.

Ainda em 2007, foi criado o Comitê Técnico nº 6 – Estatísticas de Comércio Exterior, que tem como objetivo a criação de um banco de dados estatístico do Mercosul, englobando informações de comércio de cada Estado Parte.

A SRI integrou a delegação brasileira em duas reuniões informais, que discutiu quais dados seriam relevantes na composição de tal base. A proposta brasileira é elaborar um sistema como o Aliceweb. As negociações terão seguimento em 2008.

Comitê Técnico nº 1- Tarifas e Nomenclatura - CT-1

As elevações e rebaixas tarifárias que ocorrem na Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul são todas negociadas no âmbito deste Grupo. Durante o ano de 2007, duas questões importantes para a agricultura foram discutidas no âmbito deste comitê:

- elaboração de um Ditame de Classificação sobre Farinha de Trigo, que versa sobre as características mínimas que a farinha de trigo deve possuir para ser

- considerada como tal (e não como pré-mistura para panificação) pela autoridade aduaneira dos 4 Estados Partes; e
- seguindo a recomendação da Organização Mundial de Aduanas, o CT-1 procedeu a uma reestruturação da linha tarifária 3808 (defensivos agrícola, em sua maioria) para destacar na TEC aqueles produtos que contém em sua formulação cloreto de metila, produto que afeta a camada de ozônio.

Lista de Exceção à Tarifa Externa Comum

A lista de exceção é um mecanismo que permite aos países do Mercosul aplicar tarifas diferenciadas da Tarifa Externa Comum (TEC) do Bloco a terceiros mercados. O Brasil tem o direito de alocar 100 produtos com tarifa diferenciada. De maneira geral, os 100 produtos estão assim distribuídos: 1/3 – MAPA; 1/3 MDIC e 1/3 Fazenda e Saúde. A cada semestre a lista é revisada e, para que um novo produto seja incluído, outro deve ser excluído, necessariamente.

Atualmente o MAPA possui 28 produtos na lista, sendo: 11 linhas de lácteos; 1 de alho (o produto possui também direito *antidumping* de US\$ 0,48/kg); 1 de arroz; 1 de vinho; 9 de fertilizantes (ao contrário dos demais, esses produtos estão com rebaixa tarifária para 0%); 3 de defensivos (também estão com rebaixa tarifária) e 2 de algodão.

A administração dos produtos da lista de exceção à TEC do Ministério da Agricultura cabe ao Departamento de Assuntos Comerciais da SRI.

A Lista tem um prazo de vigência até o final de 2008. Porém, há uma proposta Argentina de estendê-lo até 2010.

Resolução GMC nº 69/00 - Redução Temporária da TEC por Motivo de Desabastecimento Temporário

A Resolução GMC nº 69/00 concede aos membros do MERCOSUL a possibilidade de redução temporária da TEC, para uma certa cota, nos casos de desabastecimento temporário de algum produto do bloco, desde que devidamente justificado.

O Brasil tem o direito de alocar 20 produtos com tarifa diferenciada dentro desta Resolução. Durante o ano de 2007, dois assuntos de interesse da agricultura foram discutidos:

- A redução temporária da TEC para 2% para o óleo de palmiste. Porém, o Paraguai tem obstruído o pleito porque alega produzir o produto. Assim, o Brasil tenta encontrar uma saída para que o pleito seja devidamente aprovado. A negociação seguirá no ano de 2008;
- A redução temporária da TEC para 0% para fertilizantes derivados do petróleo. A solicitação da Argentina foi feita em virtude da crise energética. O pleito foi aprovado em caráter de urgência pela CCM.

Atividades referentes ao relacionamento externo do MERCOSUL

Acordos já firmados:

Acordo de Complementação Econômica entre o Mercosul e Chile (ACE-35)

O Acordo de Complementação Econômica nº 35 (ACE-35) entre o MERCOSUL e o Chile foi firmado em 25 de junho de 1996 e tem por objetivo formar uma área de livre comércio entre as Partes, promover o desenvolvimento e a utilização da infraestrutura física e fomentar a complementação e cooperação econômica, energética, científica e tecnológica, sendo que a partir de 2004 passou a vigorar o livre comércio para a grande maioria dos produtos negociados. Desde a assinatura do ACE-35, o Chile usufrui da condição de Estado Associado ao Mercosul e participa de reuniões de diferentes instâncias institucionais do bloco.

Temas de interesse da agricultura têm sido tratados pela SRI no âmbito das reuniões de Administração do ACE-35, como melhoria de acesso de alguns produtos (açúcar, carne de aves, suíno e bovina, etc). No entanto em 2007, não houve reunião da Comissão Administradora do Acordo.

Por outro lado, foram realizadas várias reuniões visando à composição de um acordo mais amplo com a inclusão do tema de serviços, sendo que a SRI participou da proposta feita àquele país.

Acordo de Complementação Econômica entre o Mercosul e Bolívia (ACE-36)

O MERCOSUL e a Bolívia assinaram, em 17 de dezembro de 1996 o Acordo de Complementação Econômica nº 36 (ACE-36), o qual prevê o estabelecimento de uma área de livre comércio em um prazo máximo de 10 anos. No que tange às relações comerciais, atualmente, parcela substancial do comércio entre as partes está

totalmente desgravada. Após a assinatura do ACE-36, a Bolívia adquiriu a condição de Estado Associado ao Mercosul e passou a participar de reuniões na estrutura institucional do bloco.

Em 2007, a SRI participou da reunião negociadora para tratar do processo de adesão formalizado pela Bolívia com vistas a tornar-se membro pleno do Mercosul.

Acordo de Complementação Econômica entre o Brasil e o México (ACE - 53)

O Acordo de Complementação Econômica nº 53 (ACE-53) foi firmado em 2002 entre Brasil e México e estabelece preferências tarifárias fixas a cerca de 800 produtos, dos quais 163 são agrícolas.

Realizaram-se duas reuniões da Comissão Administradora no ano de 2007, ambas na Cidade do México, nas quais buscou-se um aprofundamento horizontal, no qual todos os produtos excluídos teriam pelo menos 20% de preferência. Foram enfatizados os pedidos para melhoria da participação brasileira no mercado mexicano de carne de frango, suínos, arroz, lácteos, entre outros. A SRI participou de ambas reuniões.

Acordo de Complementação Econômica entre o Mercosul - PERU (ACE-58)

Realizou-se em Lima Reunião da Comissão Administradora do Acordo, na qual a SRI reiterou o pedido de aprofundamento das negociações no âmbito do ACE-58, visando à inclusão de açúcar e álcool, aceleração do cronograma de desgravação tarifária para 56% do volume de nossas exportações para o Peru e extensão para os produtos brasileiros das mesmas condições de acesso a mercado, outorgadas aos EUA no acordo de livre comércio celebrado entre EUA-Peru.

Acordos em Negociação:

Acordo Mercosul - SACU (South África Customs Union)

As negociações com a SACU iniciaram-se em 2003 e o Acordo foi firmado em dezembro de 2004, na Cúpula do Mercosul, em Belo Horizonte, com cerca de 950 itens de parte a parte, sendo que a SACU ofereceu 151 itens agrícolas com preferências entre 25 e 100% (carne suína, banana, abacate, legumes congelados, óleos vegetais, couros, etc). Isso não obstante, restam pendentes alguns pontos para a conclusão do

Acordo e sua internalização ao ordenamento jurídico de seus respectivos países membros. Nesse sentido foi realizada, em 2007, rodada de negociação em Pretória, na qual a SRI esteve presente, sendo que SACU e Mercosul concordaram na importância dessa rodada de negociações com vistas à assinatura do acordo na Cúpula do Mercosul em dezembro, no Uruguai, o que acabou não acontecendo, devendo haver uma nova reunião negociadora em 2008.

Acordo Mercosul - Coréia do Sul

Concluiu-se o estudo de factibilidade econômica para um acordo comercial entre o Mercosul e a Coréia do Sul, sendo que este demonstrou ganhos potenciais para o Mercosul nas exportações de trigo, milho, complexo de soja, etanol, carne bovina, carne de porco, frango, tabaco, queijo, leite em pó, peixes, suco de laranja, veículos e suas partes e acessórios, óleos minerais, chocolates, couro, produtos de madeira, alumínio e ferro.

Durante a reunião de conclusão do estudo, realizada em Montevidéu, na qual a SRI participou, acordou-se a realização de consulta aos setores privados de cada país, acerca da negociação de um acordo de livre comércio, que considere as sensibilidades de cada parte.

Acordo Mercosul - Israel

O lançamento das negociações para um acordo de livre comércio entre o Mercosul e Israel deu-se pela assinatura do acordo-quadro, em 8 de dezembro de 2005, em Montevidéu. A intenção de ambas as partes era de buscar uma negociação rápida para que pudesse ser concluída ainda no ano de 2006, o que não foi possível. A primeira reunião negociadora aconteceu em Jerusalém nos dias 15 e 16 de fevereiro de 2006. Ao longo de 2007, foram realizadas três reuniões negociadoras entre o Mercosul e Israel com o objetivo de se finalizar um Acordo de Livre Comércio entre as partes, o qual foi assinado no dia 18 de dezembro de 2007, em Montevidéu. O Acordo será encaminhado ao Congresso Nacional para sua aprovação e posterior ratificação pelo Presidente da República.

Acordo MERCOSUL - Conselho de Cooperação do Golfo (CCG)

Realizou-se em janeiro de 2007, em Bruxelas, reunião negociadora entre as partes. Durante a reunião foram discutidas as ofertas de acesso a mercado em bens dos dois blocos, bem como textos relativos a regras de origem, salvaguardas, acesso a mercados e solução de controvérsias.

Permanece o impasse com relação à oferta Argentina que quer excluir cerca de 1.500 itens do acordo, sendo a grande maioria do setor petroquímico. Por outro lado o MAPA reiterou sua posição de não exclusão, e fez sua oferta em separado, o que não foi aceito pela CCG, que quer uma oferta do Bloco. Por sua vez, o CCG também excluiu de sua oferta produtos de alto interesse do agronegócio brasileiro, como açúcar refinado, frango e tabaco. As referidas questões encontram-se em negociação e estão na pauta da próxima reunião negociadora, prevista para o primeiro semestre de 2008.

Acordo MERCOSUL - Índia

Em março de 2005, o Mercosul e a Índia assinaram um Acordo de Preferências Tarifárias Fixas abrangendo 902 produtos. O Acordo foi encaminhado ao Congresso Nacional para sua aprovação e posterior ratificação pelo Presidente da República. Após sua entrada em vigor está previsto o aprofundamento do Acordo, com vistas a formação de uma área de livre comércio. A SRI participou da negociação do acordo e tem acompanhado o processo de sua internalização.

Área de livre Comércio entre MERCOSUL - Índia - SACU

De acordo com a política externa do atual governo, de buscar uma maior integração Sul-Sul, iniciou-se em 2003 negociações de acordos comerciais com a SACU e a Índia, visando uma futura área de livre comércio entre as partes. Nesse sentido, realizou-se em 2007, na cidade de Pretória, África do Sul, reunião que tratou de iniciar um processo de aproximação dos acordos existentes para a criação no futuro, de um acordo trilateral.

Atividades referentes aos Grupos de Monitoramento de Comércio Bilateral

Grupo de Monitoramento do Comércio Bilateral Brasil-México

Em 2007, foram realizadas duas reuniões de Monitoramento do Comércio Bilateral, nas quais a SRI reiterou os pedidos agrícolas de uma maior participação no mercado mexicano, principalmente em relação a arroz, carne de frango, suínos e lácteos.

Grupo de Monitoramento do Comércio Bilateral Brasil-Chile

No ano de 2007, a SRI participou de reunião de Monitoramento do Comércio Bilateral que tratou de vários temas de interesse com esse país como a busca de um melhor acesso àquele mercado de produtos como carne bovina e carne de aves, além da proposta feita pelo Brasil de uma reunião de privados do setor vitivinícola para tratar do comércio bilateral do produto.

Grupo de Monitoramento do Comércio Bilateral Brasil - Argentina

A agenda agrícola da Reunião Bilateral, em 2007, tratou dos seguintes temas: diferencial de alíquotas do imposto de exportação argentino aplicado ao trigo, farinha de trigo, e pré-mesclas; investigação de subsídios à farinha de trigo Argentina; acordo setorial para farinha de trigo; exportações de arroz da empresa argentina Calimboy; Lei nº 12.427, do Estado do Rio Grande do Sul; e monitoramento das importações argentinas de carnes suínas.

Grupo de Monitoramento do Comércio Bilateral Brasil-Uruguai

Este grupo de monitoramento de comércio foi criado, em 2005, com o objetivo de reduzir os conflitos comerciais entre o Brasil e o Uruguai, nos mesmos moldes da Argentina. Em 2007, predominaram os seguintes temas agrícolas: comercialização de arroz, taxa de cooperação e defesa da orizicultura, cobrada pelo Estado do Rio Grande do Sul; integração de cadeias produtivas; exportação de carne brasileira, como a proibição de importação de carne de frangos; questões fronteiriças; produtos lácteos, como a detecção de problemas em importações de produtos da Cronapole; entre outros temas.

Grupo de Monitoramento do Comércio Bilateral Brasil-Paraguai

Do lado paraguaio pode-se ressaltar alguns pontos relevantes: os entraves ao comércio reclamado pela empresa Chortitzer Komitee, exportadora de lácteos, principalmente ao que se refere à rotulagem; agilização do trânsito de veículos e pessoas na Ponte da Amizade, durante a super safra, onde não foram registrados problemas de congestionamento na fronteira.

2.5.3. Outros Temas

Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) e GECEX

O Conselho de Ministros da CAMEX é a instância decisória no âmbito do Poder Executivo em questões relacionadas ao comércio exterior. Além do Ministro da Agricultura, compõem a Câmara o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (que a preside), das Relações Exteriores, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda, do Desenvolvimento Agrário e da Casa Civil. A SRI, por meio do Departamento de Assuntos Comerciais, tem a função de analisar e elaborar relatórios sobre os temas a serem tratados nas reuniões e discuti-los previamente com o Ministro da Agricultura, auxiliando na preparação do posicionamento do Ministério.

O GECEX, grupo consultivo da CAMEX, reúne-se mensalmente para tratar das questões referentes ao comércio exterior. Trata-se de um grupo ampliado, com representantes de vários órgãos do governo. Geralmente as propostas são levadas ao GECEX e, na falta de consenso, são decididas na instância superior, a CAMEX. O Ministério da Agricultura foi representado no GECEX, em 2007, pela SRI, através do Departamento de Assuntos Comerciais.

Em 2007, ocorreram seis reuniões da CAMEX. Os temas de interesse direto do MAPA tratados nessas reuniões foram: negociações internacionais: Rodada Doha (OMC) e Mercosul (aprofundamento do Bloco e negociações com terceiros países); revisão da lista de exceção da TEC para fertilizantes; elevação da TEC para produtos lácteos; SGP da União Européia (UE) para café solúvel; missão veterinária da UE ao Brasil para inspeção do sistema de controle de rastreabilidade bovina (SISBOV); reavaliação de controles tarifários e não-tarifários; contenciosos comerciais (OMC); prorrogação do direito *antidumping* definitivo nas importações de alhos, originárias da República Popular da China; proposta do MAPA de suspensão da cobrança dos direitos

antidumping no curso da revisão de final de período nas importações de nitrato de amônio, quando originário da Federação Russa e da Ucrânia; proposta do MAPA de suspensão da cobrança do direito *antidumping* no curso da revisão de final de período nas importações de glifosato, quando originárias da República Popular da China; negociações Brasil – UE para quotas de exportação de carnes de frango e de peru; e trigo em grão – desabastecimento no mercado interno.

GTDC - Grupo Técnico de Defesa Comercial

A SRI compõe o grupo interministerial que analisa e decide tecnicamente sobre a aplicação dos instrumentos de defesa comercial (salvaguarda, medidas compensatórias e *antidumping*). As decisões do Grupo são em seguida levadas à apreciação do GECEX e da CAMEX. A SRI participou de todas as reuniões realizadas pelo grupo em 2007. Nesse ano, foram tratados os seguintes temas de interesse direto do MAPA: prorrogação da aplicação de direito *antidumping* definitivo nas importações de alho, originárias da República Popular da China; proposta do MAPA de suspensão da cobrança do direito *antidumping* no curso da revisão de final de período nas importações de nitrato de amônio, quando originárias da Rússia e da Ucrânia; e proposta do MAPA de suspensão da cobrança do direito *antidumping* no curso da revisão de final de período nas importações de glifosato, quando originárias da República Popular da China.

Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - COFIG

A SRI representa o MAPA no Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG), colegiado integrante da CAMEX, com as atribuições de enquadrar e acompanhar as operações do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX) e do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), estabelecendo os parâmetros e condições para concessão de assistência financeira às exportações e de prestação de garantia da União.

No último ano, a SRI participou das reuniões regulares e extraordinárias do COFIG e dos grupos de trabalho criados por esse Comitê.

2.5.2. Realizações na área temática de assuntos sanitários e fitossanitários

2.5.2.1. Temas de âmbito multilateral

Atividades desenvolvidas no âmbito da Organização Mundial do Comércio – OMC.

Atividades no âmbito do Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias – Comitê SPS.

A Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio participou das três reuniões ordinárias do Comitê SPS da OMC realizadas em Genebra, no ano de 2007. Durante essas reuniões foram discutidos multilateralmente diversos assuntos constantes da Agenda preparada pelo Secretariado do Comitê e aprovada pelos países membros, dentre eles destacam-se: padrões privados, tratamento especial e diferenciado, equivalência, transparência e regionalização.

A participação na discussão desses temas é de fundamental importância, pois o fórum sob questão estabelece padrões e princípios internacionais para o comércio mundial de produtos agropecuários no que tange à proteção da saúde humana, dos animais e das plantas; e, assim, impacta sobremaneira as correntes de comércio. Dentre os temas citados, a questão da regionalização possui especial importância para o Brasil, tendo em vista suas dimensões territoriais e seu destaque como exportador de animais e produtos de origem animal. O princípio da regionalização permite identificar regiões do país como livres de pragas ou doenças, permitindo a exportação; mesmo em caso de focos, como o de febre aftosa, por exemplo.

A SRI liderou trabalhos sobre regionalização no âmbito do Comitê SPS da OMC com a coordenação de grupos de trabalho e com o aprimoramento do documento inicial sobre regionalização apresentado em 2006. Além disso, foram elaborados comentários às três propostas apresentadas sobre o tema.

Na ocasião das reuniões do Comitê SPS a delegação brasileira aproveitou a oportunidade para informar aos países membros as medidas de controle e erradicação adotadas pelo Brasil em decorrência dos recentes focos de febre aftosa. Esse tipo de estratégia é importante, pois comunica aos parceiros comerciais do Brasil a seriedade das ações tomadas para resolução do problema e a segurança sanitária dos produtos de origem animal, exportados pelo Brasil.

Nas reuniões do Comitê SPS existe na pauta a possibilidade de apresentar preocupações comerciais específicas, ou seja, relatar aos demais países membros problemas no comércio bilateral oriundos do não cumprimento ou cumprimento parcial das normas e princípios do Acordo SPS da OMC. No ano de 2007 o Brasil apresentou preocupações comerciais específicas contra a Indonésia, a China e a Coreia do Sul, quais sejam:

- Indonésia: falta de reconhecimento do princípio da regionalização para febre aftosa, diversas enfermidades de ruminantes e também para enfermidades de suínos e aves.
- China: requisitos de importação e reconhecimento de áreas livres de Febre Aftosa no Brasil.
- Coreia do Sul: Preocupação sobre a falta de reconhecimento do princípio da regionalização ou critério científico para o estabelecimento de requisitos sanitários e nível de proteção contra febre aftosa.

Considerando que durante as reuniões do Comitê SPS delegados de diversos parceiros comerciais do Brasil que tratam de temas SPS em seus respectivos países encontram-se em Genebra; a delegação brasileira aproveita a oportunidade para encontros bilaterais com vistas a resolver pendências SPS que afetam negativamente o comércio. Em 2007 foram realizadas em Genebra reuniões bilaterais com os seguintes países: África do Sul, China, Ucrânia, Arábia Saudita, Panamá, México, Coreia do Sul, especificadas a seguir:

- China: reiteraram-se as solicitações para revisão do Anúncio Conjunto 565, reconhecimento dos estados brasileiros considerados livres de febre aftosa pela OIE, retirada dos embargos aos produtos oriundos desses estados e levantamento das restrições aos produtos tratados por meios capazes de inativar o vírus da febre aftosa. Adicionalmente, solicitou-se a retirada da exigência de Certificado Sanitário Internacional para exportações de couro *wet blue* para a China.
- Panamá: trataram-se dos requisitos fitossanitários excessivamente restritivos para a importação de grãos de arroz com casca (*Oryza sativa L.*), sementes de girassol (*Helianthus annuus*) e alpiste (*Phalaris canariensis*) originários do Brasil.

Reiteraram-se também as solicitações feitas anteriormente, relacionadas às importações de lácteos e carne termoprocessada do Brasil para aquele País.

- México: tratou-se dos preparativos para a Visita Ministerial que ocorreu no mês seguinte. Neste sentido, cobrou-se a resolução das pendências de negociação, resultantes da missão que fora àquele país no período de 11 a 13 de junho de 2007, ressaltando-se os seguintes pontos: formação do Comitê Consultivo Agrícola com o México; dificuldades que o Brasil tem enfrentado para estreitar a sua relação com as autoridades sanitárias mexicanas; proposta brasileira de texto do Memorando de Entendimento; interesse que o Brasil tem nas exportações de carne mecanicamente separada de aves; carne suína *in natura* e produtos lácteos, por fim solicitação à parte mexicana de uma resposta do SAGARPA à proposta brasileira do CCA.
- Coréia do Sul: buscaram-se entendimentos para que a Coréia do Sul reconhecesse o princípio da regionalização e reconhecesse o Estado de Santa Catarina como livre de Febre Aftosa sem vacinação.
- África do Sul: reunião para discutir a restituição do reconhecimento sul-africano de zonas livres de febre aftosa no Brasil. Solicitação de esclarecimentos sobre os motivos das dificuldades que os exportadores de gelatina estariam enfrentando para acessar o mercado sul-africano.
- Ucrânia: solicitou-se a revisão do embargo às importações de gelatina do Brasil, tendo em vista as garantias sanitárias conferidas pelo próprio processamento do produto. Além disso, a Ucrânia também havia restringido as importações de carne suína e derivados, devido aos focos de peste suína clássica - PSC ocorridos no Ceará. No entanto, tais focos estiveram localizados fora da zona livre desta doença. Por conta disso, também se solicitou a retirada de tal embargo.
- Arábia Saudita: solicitação de respostas ao pleito brasileiro relacionado ao programa de monitoramento de nitrofuranos, com o intuito de obter a confirmação árabe sobre a retirada da exigência de anexar laudos de análise em cada carregamento a ser exportado.

Notificações Sanitárias e Fitossanitárias

No decorrer do ano de 2007 foi possível consolidar nesta Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio o Ponto Focal do MAPA para o Acordo Sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (Acordo SPS) da Organização Mundial do Comércio (OMC). As principais atividades desempenhadas por esse Ponto Focal foram:

- Recebimento de 1.207 notificações sobre medidas sanitárias e fitossanitárias, divulgadas pelo Secretariado do Comitê SPS da OMC. Essas notificações recebidas foram encaminhadas para as áreas técnicas, para conhecimento a respeito das alterações em medidas SPS nos diversos países membros da OMC, e realização de comentários quando pertinente;
- Envio de 75 notificações sobre medidas sanitárias e fitossanitárias propostas ou adotadas pelo MAPA, com vistas à divulgação pelo Secretariado do Comitê SPS da OMC. O envio dessas informações demonstra o esforço do país no cumprimento do princípio da transparência que consta no Acordo SPS da OMC.
- Participação no *Workshop* sobre transparência, no âmbito do Acordo SPS da OMC, promovido pelo Comitê SPS. O evento foi realizado em Genebra, em outubro de 2007, e contou com a participação do responsável pelo Ponto Focal do MAPA. Durante o encontro foi possível conhecer melhor a experiência de outros países na aplicação do princípio da transparência o que favorecerá o contínuo aprimoramento do país neste tema.

Atividades desenvolvidas no âmbito de outras organizações multilaterais

Representação do Brasil no Codex Alimentarius FAO/OMS

O *Codex Alimentarius*, é um fórum internacional criado em 1963, por meio de uma parceria da Organização das Nações Unidas (FAO) e da Organização Mundial de Saúde (OMS), com a finalidade de estabelecer normas, padrões e diretrizes internacionais relacionadas à qualidade e inocuidade dos alimentos. Essas atividades são referência para produtores, processadores, organismos de controle e para o

comércio internacional de produtos alimentares. Atualmente, possui 172 países As recomendações, normas e diretrizes elaboradas no âmbito dos Comitês e membros.

Forças Tarefas e aprovadas pela Comissão do *Codex* têm como objetivo proteger a saúde dos consumidores e garantir práticas leais no comércio internacional de alimentos. É importante ressaltar que o *Codex* é o organismo de referência para a OMC nesses temas.

Nesse contexto, a participação dos órgãos reguladores e produtores é fundamental para o acompanhamento e participação efetiva na elaboração das normas internacionais, viabilizando a implantação no ordenamento jurídico interno no que julgar pertinente, além de oportunizar a intervenção em eventuais tendências protecionistas no comércio internacional de alimentos, que possam ocasionar prejuízos ao país.

A SRI é responsável pela Coordenação, no MAPA, dos trabalhos conduzidos no âmbito do *Codex Alimentarius* FAO/OMS.

As posições levadas pelas delegações brasileiras às diversas *atividades* do *Codex Alimentarius* são construídas no âmbito do *Comitê do Codex Alimentarius do Brasil* (CCAB/INMETRO/MDIC). Nessa consolidação participam diversos órgãos governamentais e representantes privados, sendo que o ponto de contato é o Ministério das Relações Exteriores.

Em virtude das atividades legais do MAPA, no que se refere à regulação da segurança e qualidade dos alimentos, esse Ministério possui importância na participação ativa nas negociações referentes à elaboração das normas e padrões *Codex*. No ano de 2007, o Brasil participou de várias reuniões de Comitês e grupos de trabalho do *Codex Alimentarius* realizadas em diferentes países. Nessas reuniões foram discutidas normas, padrões e recomendações sobre questões sanitárias e fitossanitárias aplicadas ao comércio mundial de alimentos.

Durante as reuniões técnicas avançou-se numa série de normas e recomendações e outras foram aprovadas em 2007. Foram aprovadas no âmbito do Comitê do *Codex Alimentarius* 44 normas e revisões, dentre as quais destacam-se:

- Norma sobre nível máximo de estanho em bebidas e alimentos enlatados;
- Código de práticas de higiene para ovos;
- Diretrizes para o controle de *Listeria monocytogenes* nos alimentos;
- Diretrizes para a aplicação da gestão de risco microbiológico;

- Código de práticas para prevenção e redução da contaminação por ocratoxina A em vinho;
- Código de práticas para pescado e produtos pesqueiros;
- Diretrizes para a preparação, expedição e uso de certificados oficiais genéricos;
- Limite máximo de resíduos de agrotóxicos;
- Princípios práticos sobre a análise de risco para a inocuidade de alimentos aplicados a governos.

Atividades da Representação do Brasil na Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais - CIPV

O Brasil participa da Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais (CIPV) como membro fundador desde 1929. O país promulgou, no Decreto 5.759 de 17 de abril de 2006, a versão revisada do texto da CIPV de 1997. Neste novo texto, foram criados a Comissão de Medidas Fitossanitárias (CMF), responsável pelo acompanhamento da implementação da CIPV, e o Comitê de Normas (CN), órgão subsidiário da CIPV, que trata das Normas Internacionais de Medidas Fitossanitárias (NIMFs).

As NIMFs são normas de referência do Acordo sobre Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da OMC sendo, assim, utilizadas para a regulamentação do comércio internacional de vegetais e seus produtos, e por isso, são de suma importância para o Brasil que é grande exportador de produtos agrícolas.

O Brasil integra o Comitê de Normas (CN) desde a sua criação como um dos quatro representantes da região da América Latina e Caribe, tendo sido eleito, em abril de 2006, para exercer um mandato de três anos, prorrogável por mais três. No ano de 2007, o representante do MAPA foi eleito para a Presidência desse Comitê. Essa posição estratégica, agora ocupada pelo Brasil é de fundamental importância para que as NIMFs que regulamentam o comércio de produtos agrícolas de interesse do Brasil e dos países da região da América Latina e Caribe possam ser elaboradas ou mesmo priorizadas.

Em 2007, no âmbito da CIPV, foram realizadas as seguintes atividades:

- Participação em reuniões para discussão das propostas de normas internacionais e especificações de normas em consulta aos países membros da CIPV;
- Acompanhamento das normas fitossanitárias internacionais por meio da página da CIPV na Internet;
- Análise das notificações fitossanitárias dos diversos países do mundo encaminhadas ao Brasil por meio do Comitê SPS da OMC; e análise das medidas notificadas pelo Brasil ao mesmo Comitê;
- Participação, pela primeira vez como observador, da reunião do Comitê de Normas. Esse fórum é de extrema importância, pois elabora as normas fitossanitárias que regulamentarão o comércio internacional de vegetais e produtos de origem vegetal; e
- Aprovação / revisão das seguintes normas internacionais sobre medidas fitossanitárias: revisão da NIMF 2 (Marco para análise de risco de pragas); emendas à NIMF 5 (Glossário de termos fitossanitários) e duas novas normas internacionais de medidas fitossanitárias, NIMF 28 (Tratamento fitossanitário para pragas regulamentadas) e NIMF 29 (Reconhecimento de áreas livres de pragas e áreas de baixa prevalência de pragas).

Participação em Delegação do Brasil na Organização Mundial de Saúde Animal - OIE:

A SRI participou da 75ª Sessão-geral do Comitê Internacional da OIE, realizada entre os dias 20 e 25 de maio de 2007, em Paris. O Comitê Internacional composto por 167 países, é a instância máxima decisória da Organização. Durante a sessão-geral deste Comitê, delibera-se sobre a aprovação de todos os trabalhos realizados no ano anterior.

Dentre as decisões importantes para o Brasil, destaca-se o reconhecimento da região centro-sul do Estado do Pará como zona livre de febre aftosa com vacinação. Também foi aprovado o reconhecimento do Estado de Santa Catarina como zona livre de febre aftosa sem vacinação. Em relação à categorização do risco sanitário do Brasil para encefalopatia espongiforme bovina (EEB ou BSE); o país foi classificado como de

risco controlado. Além disso, foram aprovadas diversas alterações no Código Sanitários de Animais Terrestres da OIE.

Na ocasião, aproveitando a presença de diversos delegados responsáveis por questões sanitárias, foram realizadas reuniões bilaterais com os seguintes países: Chile, Argélia e África do Sul. O objetivo dessas reuniões foi tratar de barreiras sanitárias que prejudicam o comércio bilateral.

Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO. Missão de avaliação das atividades da Organização.

Representante desta Secretaria foi convidado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, para participar de missão de avaliação das atividades da FAO no Chile e em Honduras. Essa missão ocorreu em novembro de 2007 e o convite à representante brasileiro demonstra reconhecimento em relação à qualidade técnica e expertise em relação a organizações internacionais na área de agricultura. Todas as despesas com a viagem do técnico do MAPA foram arcadas pela FAO.

2.5.2.2. Temas de âmbito regional, bilateral ou birregional

Atividades desenvolvidas no âmbito do Mercosul

Subgrupo de Trabalho de Normas Técnicas - SGT 3/Mercosul

A Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio foi responsável pela coordenação da Comissão de Alimentos, que faz parte do Subgrupo de Trabalho Nº 3 (SGT-3, Regulamentos Técnicos e Avaliação da Conformidade) do Mercosul, negociando diversos temas de interesse do Brasil nas áreas SPS (assuntos sanitários e fitossanitários) e TBT (normas técnicas e avaliação da conformidade).

No ano de 2007, a SRI participou das seguintes reuniões do SGT-3:

- XXII Reunião Ordinária, em Assunção, Paraguai;
- XXVIII Reunião Ordinária, em Buenos Aires, Argentina;
- XXIX Reunião Ordinária, em Montevideu, Uruguai;
- XXX Reunião Ordinária, em Montevideu, Uruguai.

Os seguintes temas foram discutidos em 2007, no âmbito deste fórum:

- Tratamento de Atribuição de Aditivos e seus Limites Máximos para a Categoria de *Snacks*;
- Atualização da Lista Positiva para Embalagens Plásticas (Revisão de Res. GMC N° 50/01);
- Regulamento Técnico MERCOSUR de Identidade e Qualidade do Tomate;
- Atualização da Res. GMC N° 86/96 “RTM sobre Aditivos Alimentares a serem utilizados segundo BPF”;
- Revisão da Res. GMC 28/93 “Disposições sobre Corantes e Pigmentos em Embalagens e Equipamentos Plásticos em Contato com Alimentos”;
- Regulamentação de Tecnologias PET Reciclado Pós-Consumo;
- Revisão da Res. GMC N° 102/94 “Limites de tolerância para Contaminantes Inorgânicos”;
- Revisão da Res. GMC 36/92 “Ensaio de migração total de embalagens e equipamentos plásticos (Res. GMC 03/92, 32/97 e 33/97)”;
- Regulamentação de Tecnologias PET Reciclado Pós-Consumo.

Atividades desenvolvidas no âmbito bilateral

Comitês Consultivos Agrícolas

O Comitê Consultivo Agrícola (CCA) é um mecanismo de consulta entre os setores oficiais de agricultura do Brasil e de outro país, tendo como principal função negociar os temas relevantes ao comércio bilateral. Os comitês consultivos possuem pauta ordinária com periodicidade fixada e podem atender a necessidades extraordinárias do diálogo bilateral, dependentes da existência de pauta relevante e do interesse bilateral nas discussões. A agenda das reuniões é consensualmente acordada entre os pontos de contato dos dois países designados para a troca de informações.

Durante o ano de 2007 foi instituído o CCA com a Indonésia, com realização concomitante de sua I Reunião, em Jacarta, em 16 de março. Além disso, Foram encaminhadas propostas para a criação de CCA com a Rússia e México e foi

consolidado o CCA com o Chile e o Canadá. A I Reunião do CCA Brasil-Canadá ocorreu nos dias 19 e 20 de junho, em Brasília; e a I reunião do CCA Brasil -Chile ocorreu nos dias 17 e 18 de julho, em Santiago.

Na ocasião os seguintes pontos foram acordados:

- criação de grupo de trabalho em matéria de desenvolvimento de biocombustíveis, inclusive bioetanol;
- troca de informações e documentação, bem como convite a missão Indonésia para visitar o Brasil, na área de saúde animal (PNEFA);
- troca de informação e documentação em matéria de exportação recíproca de frutas, com a possibilidade de formação de grupo de trabalho para produção e comércio;
- fornecimento pela parte brasileira de informação fitossanitária em matéria de soja; e
- troca de informações e legislação com vistas ao intercâmbio de germoplasma.

Porém o ponto alto da reunião, constado em ata, foi o compromisso dos indonésios em alterar sua legislação sanitária, para que a esta esteja em conformidade com o Acordo SPS da OMC.

A modalidade do CCA atraiu o interesse da parte indonésia por sua conformação prática e informal e por haver aberto um canal de fácil acesso ao Brasil, que agora retém a atenção das autoridades locais em virtude da capacitação em biocombustíveis.

O Ministro brasileiro formulou convite ao Ministro indonésio para visitar o Brasil, a fim de abrir o segundo encontro do CCA, o qual foi programado para abril de 2008.

No CCA Brasil-Canadá, foram discutidos, dentre outros temas: a eliminação da certificação consular da legislação do MAPA; o intercâmbio sobre as políticas agrícolas dos dois países; assuntos tarifários; posicionamento frente à OMC e ao Mercosul; identificação de áreas de cooperação e troca de experiências no combate à Encefalopatia Espongiforme Bovina (Canadá) e Febre Aftosa (Brasil).

Com o Chile, tratou-se da elaboração dos termos de referência que regulamentam o funcionamento do CCA; das restrições impostas à carne bovina e suína brasileira e do pedido para reconhecimento do estado de Santa Catarina como livre de aftosa sem vacinação, em consonância com a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE); de detalhes sobre a missão chilena que visitou o Brasil para avaliar

sistema de defesa em relação à doença de Newcastle (aves); e das interceptações de frutas chilenas (uva e kiwi) com *Brevipalpus chilensis* no Brasil. Foi acordada ainda a identificação de áreas para futura cooperação técnica.

Em relação à China, como já existia um CCA com o Ministério da Agricultura chinês, foi criado com a AQSIQ, que é o ministério responsável pela importação/exportação de produtos agropecuários, um fórum de consulta mútua no âmbito da Comissão Sino - Brasileira de Alto Nível – COSBAN. A primeira reunião deste fórum aconteceu em Brasília, no dia 17 de setembro. Durante o encontro, foram discutidos aspectos técnicos sobre a exportação de frutas (citrus, uva e melão), couro *wet blue* e cru para a China; a exportação de frutas (pêra, maçã e *citrus*), folhas de tabaco, bambu e tripas para o Brasil; e o comércio bilateral recíproco de carne suína e de aves. A consequência prática e mais importante da reunião foi, contudo, a abertura do mercado chinês à carne bovina brasileira procedente dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rondônia e Acre, que foram reconhecidos como livres de aftosa, em sintonia com o reconhecimento da OIE.

Negociações bilaterais para acesso a mercados

Em 2007 foram concluídas negociações sobre barreiras sanitárias e fitossanitárias que permitiram o acesso de produtos agropecuários brasileiros a diversos países. Dentre elas, destacam-se:

- Argentina: abertura das exportações de carne suína com osso procedente do Estado de Santa Catarina;
- Espanha: assinatura de aditamentos ao Protocolo de Entendimento SPS Brasil – Espanha, na área de cooperação técnica para frutas cítricas e azeite de oliva;
- Ucrânia: negociação de ajustes aos certificados sanitários internacionais para exportações brasileiras de carne bovina, carne suína, gelatina e farelo de soja;
- Rússia: liberação das exportações de carne suína e bovina dos estados do Pará, Amazonas Mato Grosso do Sul, Paraná, Minas Gerais, Santa Catarina, Goiás e São Paulo, com destino à comercialização no varejo. Essa liberação foi resultado de constantes gestões da SRI, em conjunto com a Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA), e foi de suma relevância, tendo em vista a importância do mercado russo para as exportações de carnes do Brasil;

- China: abertura do mercado chinês à carne bovina procedente dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rondônia e Acre. Para que as exportações de carne bovina provenientes destes Estados sejam efetivadas, será necessária a realização de missão chinesa ao Brasil para habilitação de estabelecimentos. Os Estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Amazonas foram autorizados a exportar carne de aves para o mercado chinês. Ainda em relação à China, foi concluído acordo sobre certificação sanitária para exportação de lácteos e assinatura protocolo bilateral para exportações de carne suína;
- Filipinas: abertura do mercado filipino à carne suína proveniente do Brasil;
- Japão: com vistas a ampliar as exportações de mangas do Brasil para o Japão, foi realizada, em novembro de 2007, a ida missão brasileira à Tóquio. O objetivo da missão era discutir a possibilidade de tratamento hidrotérmico para as variedades de manga kent e keith. Ainda em relação ao Japão, dentro do âmbito das negociações sanitárias bilaterais para a abertura do mercado japonês à carne bovina in natura proveniente do Brasil, foi realizada, em dezembro de 2007, visita aos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina para conhecimento da condição sanitária sobre febre aftosa; e
- México: assinatura, em agosto de 2007, de Carta de Intenção que instituindo grupo de trabalho para tratar de temas diversos incluindo os sanitários e fitossanitários.

Cabe mencionar, também, a existência de negociações ainda em curso, com vistas à suspensão de barreiras sanitárias e fitossanitárias para acesso brasileiro a outros mercados, dentre as quais destacam-se:

- Ucrânia: autorização para que novos estados brasileiros exportem carne bovina e suína à Ucrânia;
- União Européia. negociações para: a suspensão do embargo ao mel brasileiro, suspensão de restrições devido a BSE, para importação de tripas do Brasil, e de exigências sobre histamina em pescado; abertura do mercado europeu para carne suína, carne de avestruz e ovos;
- Rússia: negociação de protocolo de entendimento bilateral para regulamentar as exportações brasileiras de carnes;

- Venezuela: negociação sobre procedimentos para habilitação de estabelecimentos;
- Argélia: negociações a respeito de certificação sanitária para exportação de carne de aves cozida e carne de aves in natura; e
- Chile: visita ao Estado de Rondônia, em janeiro, com vistas à habilitação do estado à exportação de carne bovina. Visita a estabelecimentos de carne bovina no Estado do Rio Grande do Sul, em fevereiro, com vista à habilitação para exportação. Visita a estabelecimentos de produtos cárneos termoprocessados de suínos e de aves em março. Em setembro de 2007, foram visitados e Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo para avaliação da situação sanitária relativa à Influenza Aviária e Doença de Newcastle. Negociações para reconhecimento de Santa Catarina como zona livre de febre aftosa sem vacinação, com vistas a possibilitar as exportações de carne suína catarinense;
- Coréia do Sul: negociações no âmbito do Comitê SPS a respeito de reconhecimento do princípio da regionalização, com vistas ao desenvolvimento das tratativas para exportação de carne suína e bovina;
- Malásia: missão brasileira em julho para negociações sobre abertura à carne de aves e ampliação da lista de estabelecimentos habilitados para exportação de carne bovina;
- África do Sul: reabertura das importações de carne bovina e suína do Brasil;
- China: extensão da área aprovada para importações do Brasil de carne bovina;
- Estados Unidos: questionamento dos procedimentos administrativos para avaliação do pleito brasileiro para exportação de carne bovina in natura;
- Japão: abertura do mercado para carne de suínos *in natura*, caqui e papaia; e
- México: abertura do mercado mexicano de carne mecanicamente separada de aves, de suínos *in natura* a partir de Santa Catarina, e de ampliação da lista de estabelecimentos exportadores de produtos lácteos brasileiros.

Cooperação trilateral - Índia, Brasil e África do Sul -IBAS

No âmbito do Fórum de diálogo Índia/ Brasil/ África do Sul (IBAS), foi realizada, no Brasil, a reunião do Grupo de Trabalho sobre Agricultura, em Brasília, no período de

22 a 23 de novembro de 2007. A reunião foi dividida em 5 subgrupos que trataram dos seguintes temas: Produção e Saúde Animal; Medidas Sanitárias e Fitossanitárias; Agroprocessamento e Agronegócio; Pesquisa e Capacitação e Políticas Públicas; assim discutidos:

Subgrupo de Produção e Saúde Animal

Foram identificadas as seguintes áreas para cooperação:

- sistema de identificação de bovinos e rastreabilidade bovina;
- cruzamento e melhoramento genético de raças bovinas;
- biotecnologia aplicada ao cruzamento de raças;
- programas para a erradicação de doenças (febre aftosa, influenza aviária, doenças suínas); e
- tecnologia para a aqüicultura.

Foi criado um cronograma para o estabelecimento dos projetos, que deverão ser iniciados em maio de 2008.

Subgrupo de Assuntos Sanitários e Fitossanitários

Os principais temas escolhidos pelas Partes, a serem desenvolvidos no âmbito da cooperação trilateral referem-se a:

- cooperação em metodologias para análise de risco;
- métodos para inspeção de quarentena;
- harmonização de posições no Comitê SPS da OMC;
- aumento do intercâmbio comercial e cooperação científica nas áreas de germoplasma e sementes; e
- treinamento e *capacity building* na área SPS.

Subgrupo de Agroprocessamento e "Agribusiness"

O subgrupo apontou as seguintes áreas de interesse prioritário:

- políticas públicas no fornecimento de alimentos;
- treinamento nas áreas de laboratórios e "parques alimentícios";
- troca de informações sobre investimentos externos em "agribusiness"; e
- identificação de gargalos que impedem o fluxo no comércio de commodities.

Subgrupos de Pesquisa e Capacitação e de Políticas Públicas

Com relação ao subgrupo de Políticas Públicas, os países decidiram elaborar estudo denominado "O futuro da Agricultura na Índia, Brasil e África do Sul com especial ênfase em pequenas propriedades e em agricultura de pequena escala". O objetivo do estudo é apontar as potencialidades de cooperação entre os três países na área correspondente. O estudo será coordenado pela Dr. P. K. Joshi, do NCAP (National Centre for Agricultural Economics and Policy Research of India).

Com respeito ao subgrupo de Pesquisa e Treinamento, foram selecionados os seguintes temas a serem desenvolvidos no âmbito do grupo:

- produção de soja e valor agregado (coordenação brasileira);
- vinhedos: produção e valor agregado (coordenação sul-africana); e
- produção de algodão e valor agregado (coordenação indiana).

Acompanhamento de missões estrangeiras e brasileiras

Encontra-se em fase final de elaboração o sistema informatizado de acompanhamento de missões internacionais, coordenado pela SRI, que terá como objetivo prover informações sobre as missões cujos objetivos sejam afetos a esta pasta, sejam elas missões estrangeiras ao Brasil ou brasileiras no exterior.

Além disso, está em elaboração a Portaria sobre Missões Internacionais, como marco legal para estabelecer os procedimentos de recepção e envio de missões por parte do MAPA.

Dentre as principais missões recebidas pelo Brasil em 2007, destacam-se:

- *Food and Veterinary Office (FVO/DG SANCO/Comissão Européia)*:
 - OGM: avaliação dos controles oficiais para sementes, alimentação humana e animal, que consistem ou são produzidos a partir de Organismos Geneticamente Modificados destinados à exportação para a União Européia;
 - Carne bovina: avaliação dos controles de saúde animal relacionados, em particular, com a febre aftosa, e sistemas de controle de saúde pública e procedimentos de certificação;

- Carne bovina: avaliação específica dos controles operacionais de rastreabilidade da carne brasileira exportada ou em trânsito para a União Européia;
- Resíduos: avaliação dos controles de resíduos em animais vivos e produtos de origem animal, incluindo controles em produtos de uso veterinário;
- Carne de aves: avaliação dos controles, incluindo saúde pública, bem-estar e saúde animal, relativo à produção de carne de aves e produtos à base de carne de aves;
- Contaminantes: avaliação dos controles oficiais para aflatoxinas em amendoim a ser exportado para a União Européia;
- Pescado: avaliação dos controles oficiais em pescado e produtos da pesca a serem exportados para a União Européia.
- Ucrânia: discussão e eventual acordo sobre certificados veterinários para exportação, para a Ucrânia, de carnes suína e bovina e produtos derivados, bem como e farelo de soja.
- Chile: habilitação de estados brasileiros à exportação de carne de aves, exportação de carne bovina, produtos termoprocessados de suínos e aves e material genético avícola;
- China: habilitação de estabelecimentos de abate de bovinos;
- Cuba: exportação de lácteos;
- Estados Unidos: exportação de carne termoprocessada de bovinos;
- Israel: exportação de carne bovina;
- Costa do Marfim: tecnologia de beneficiamento da castanha do caju;
- Equador: habilitação de estabelecimento para a exportação de material avícola; e
- Colômbia: reunião visando à remoção dos entraves de ordem sanitária e fitossanitária às exportações de animais vivos, carnes e frutas.

As principais missões brasileiras realizadas no exterior em 2007 foram:

- Bolívia: cooperação técnica para a erradicação da febre aftosa e reunião da comissão de monitoramento do comércio bilateral;
- Japão: abertura do mercado japonês para a carne suína do Estado de Santa Catarina;
- Indonésia: assinatura do CCA e realização da 1ª reunião;
- Chile: primeira reunião do CCA;
- Cingapura: reunião visando à remoção dos entraves de ordem sanitária e fitossanitária às exportações de carnes e fomentar a diversificar a pauta de exportação brasileira;
- Malásia: discussão de proposta de exportação brasileira de carne suína *in natura* do Estado de Santa Catarina, carne de aves, carne bovina e frutas;
- Filipinas: discussão de proposta de exportação brasileira de carne suína *in natura* do Estado de Santa Catarina e fomentar a diversificar a pauta de exportação brasileira;
- México: discussão de proposta de exportação brasileira de carne suína *in natura* do Estado de Santa Catarina, carne mecanicamente de aves e lácteos;
- Índia: implementação do protocolo em matéria fitossanitária firmado entre os dois países; e
- China: discussão e assinatura de protocolo bilateral para o comércio da carne suína.

2.5.3. Realizações na área temática de promoção internacional do agronegócio

Um dos objetivos principais que tem orientado a atuação da SRI é aumentar a participação brasileira no comércio internacional por meio da promoção dos setores do agronegócio e da consolidação da imagem do Brasil como fornecedor de produtos de alta qualidade e sanidade. Além disso, ampliar a base exportadora nacional por meio da diversificação de produtos e mercados e da disseminação da cultura exportadora. A produção de informações sobre o comércio externo do agronegócio brasileiro também é uma atividade importante no contexto dos trabalhos desta área temática.

2.5.3.1. Temas referentes a atividade de inteligência comercial

No ano de 2007, a SRI elaborou mensalmente *notas à imprensa* com os dados estatísticos da Balança Comercial do Agronegócio. A publicação mensal apresenta um resumo das estatísticas de exportações e importações do setor, incluindo dados dos principais parceiros comerciais do país e das Unidades da Federação. Essa nota é produzida em torno do 5º dia útil de cada mês e é divulgada pela Assessoria de Imprensa do Ministério da Agricultura para os diversos meios de comunicação do país.

Mensalmente é divulgada a *Balança Comercial do Agronegócio* com estatísticas detalhadas do intercâmbio comercial agrícola brasileiro, seus principais parceiros comerciais e principais produtos exportados. A divulgação de tais boletins possibilita aos formuladores de política pública conhecerem a real inserção e competitividade dos produtos brasileiros do agronegócio exportados para o mundo, ademais, fornece subsídios à academia e também à imprensa para que artigos e publicações sejam elaborados.

Todas as informações sistematizadas e analisadas pela SRI encontram-se disponíveis no **Portal do Mapa (www.agricultura.gov.br)**, no link **Balança Comercial**. Trata-se de um portal cujo conteúdo abarca: informações de comércio exterior do agronegócio, por intermédio de acesso ao AgroStat Brasil – base de dados de exportações e importações do agronegócio (detalhado adiante); nota mensal de desempenho da balança comercial do agronegócio; publicações produzidas na SRI sobre comércio externo do agronegócio; informes de mercado; séries históricas das exportações de diversos produtos; ranking dos países importadores e exportadores;

etc. Também está disponível um cadastro para todos os interessados em receber os boletins mencionados anteriormente.

Além das supracitadas divulgações destes boletins, são atendidas solicitações pontuais de todos os cidadãos que querem obter dados de exportações de produtos agrícolas brasileiros. Para tal intento, existe o endereço eletrônico institucional cgoe@agricultura.gov.br, utilizado para receber as demandas e encaminhar as respostas. Algumas demandas de estatísticas das exportações brasileiras já são tradicionalmente pleiteadas por órgãos da imprensa ou representações de setores diversos. Como destaque desse tipo de solicitação mencionam-se as demandas por dados mensais e acumulados ao longo de doze meses dos seguintes dados:

- estatísticas de exportações de carne bovina;
- exportações de carne de frango;
- exportações de carne suína;
- dados de exportações e importações de produtos lácteos;
- exportações e importações de produtos hortícolas;
- estatísticas de exportações e importações do complexo soja (soja em grão, farelo de soja e óleo de soja);
- exportações e importações de algodão;
- dados sobre as exportações e importações de amendoim, girassol e palma;
- importações mensais de trigo do Mercosul por porto de entrada, bem como a origem dessas importações; e
- dados de exportações consolidados no formato utilizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Outra atividade relevante da área, em 2007, consistiu na preparação de **informes de mercados** para 66 parceiros comerciais brasileiros. Os dossiês são demandados, inicialmente, pelo Gabinete do Ministro da Agricultura para subsidiá-lo com informações sobre o comércio exterior do país estudado, assim como as possibilidades de expansão das exportações para o mesmo.

A tabela a seguir relaciona os **66 informes** elaborados no ano de 2007:

Tabela 20 – Informe de mercados elaborados em 2007

Blocos/Países	
África do Sul	Alemanha
Angola	Rep. Democrática do Congo
Arábia Saudita	Malásia
Argélia	Marrocos
Argentina	México
Bangladesh	Moçambique
Bolívia	Nigéria
Bélgica	Nicarágua
Benin	Nova Zelândia
Burkina Faso	Paraguai
Canadá	Panamá
Casaquistão	Peru
Chile	Romênia
China	Rússia
Colômbia	Suíça
Congo	Senegal
Coréia do Sul	Sudão
Cuba	Suriname
Egito	Turquia
Emirados Árabes Unidos	Uruguai
Equador	Guatemala
Estados Unidos	Guiana
Filipinas	Guiné
França	Holanda
Hong Kong	Japão
Honduras	Kuwait
Iêmen	Líbano
Índia	União Européia
Indonésia	Venezuela
Irã	Vietnã
Itália	Zâmbia
Japão	Tailândia
Jamaica	Taiwan

Foi elaborada a publicação **“INTERCÂMBIO COMERCIAL DO AGRONEGÓCIO – Trinta principais parceiros comerciais”** que contém uma análise do comércio bilateral do Brasil com os 30 principais parceiros comerciais. Apresenta também informações gerais e básicas sobre os diferentes mercados, além da possibilidade de expansão das exportações. Foram produzidas 7.000 cópias da publicação com ampla distribuição para os técnicos do MAPA, exportadores, entidades de classe, academia e participantes dos eventos promovidos pelo DPI – AgroEx e Agrolnt.

A SRI disponibiliza ao público o **AgroStat Brasil**, uma base de dados *on line* que oferece uma visão detalhada e atualizada das exportações e importações brasileiras do agronegócio desde janeiro/1997. As estatísticas podem ser consultadas por:

- países, blocos e regiões geográficas de origem/destino
- unidades da Federação e Portos
- setores, subsetores ou produtos
- valor (em US\$) e quantidade (em Kg)
- períodos (mês e períodos acumulados no ano)

Trata-se de uma ferramenta de análise fundamental para todos os interessados no comércio internacional do agronegócio. O objetivo final do sistema é oferecer ao cidadão, via sítio deste MAPA, uma base de dados que permita o acesso interativo e rápido das estatísticas de exportação e importação de produtos do agronegócio.

O **AgroStat Brasil** contém uma fração do comércio exterior brasileiro (produtos do agronegócio), que correspondem a cerca de 2.200 itens tarifários da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM). As mercadorias selecionadas têm como fonte dos dados o Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX), administrado pela Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

A classificação do **AgroStat Brasil** apresenta as mercadorias da NCM agrupadas em setores, subsetores e produtos, o que permite ao usuário realizar diversos tipos de análise das exportações e importações do agronegócio brasileiro.

- Nível 1 - 25 setores
- Nível 2 - 90 subsetores
- Nível 3 - 350 produtos
- Nível 4 – 2.200 NCM's

Convém ressaltar que são estatísticas de agrupamentos de produtos do agronegócio, a partir de uma classificação que busca atender às necessidades dos agentes ligados ao setor, com especificações das principais cadeias de produção e agregados de valor. Destarte, trata-se de uma concepção totalmente diversa e complementar à fornecida pelo MDIC no sistema ALICEWEB.

O AgroStat foi lançado em setembro de 2006, na Expointer, no Rio Grande Sul. Atualmente, o sistema já conta com 2.862 usuários cadastrados. Convém ressaltar, que

em 2007, o DPI elaborou, em parceria com a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação, um projeto para aprimoramento do **AgroStat Brasil**.

Uma parte considerável das atividades incluídas no programa para 2008 visa continuar a atender a demanda regular por estatísticas e informações de comércio exterior dos agentes envolvidos no agronegócio: órgãos governamentais de diferentes esferas e do próprio Ministério da Agricultura; entidades de produtores e exportadores; universidades e órgãos de pesquisa, imprensa e outros. Ou seja, continuar a desenvolver as ações já realizadas em 2007. Destacam-se como metas para 2008: a atualização e divulgação de novas edições para a publicação “**INTERCÂMBIO COMERCIAL DO AGRONEGÓCIO – Trinta principais parceiros comerciais**” e aprimoramento do AgroStat Brasil.

2.5.3.2. Temas referentes a atividade de integração para a exportação

O objetivo desta atividade é fomentar e acompanhar a integração contratual das cadeias produtivas para exportação, trabalhando com produtores, associações, cooperativas, agroindústrias e exportadores, para tanto é desenvolvido o Projeto de Desenvolvimento da Integração do Agronegócio para Exportação (PRODIEx), composto das seguintes ações:

- AgroEx - Seminário do Agronegócio para Exportação (fomento da exportação do agronegócio);
- Agrolnt - Curso de Integração para Exportação (formação da cultura de integração contratual dos elos das cadeias produtivas do agronegócio para exportação);
- Passo a passo para Exportação - constituição de manual de procedimentos para exportação de produtos do agronegócio; e
- Desenvolvimento da Integração Contratual para Exportação.

Seminário do Agronegócio para Exportação – AgroEx

Realização de seminários **AgroEx** para a mobilização dos diversos setores do agronegócio para exportação. O seminário demonstra o estágio das negociações agrícolas internacionais, mostra o panorama das relevantes questões sanitárias e fitossanitárias para exportação e divulga estratégias de promoção internacional. O AgroEx é um importante espaço para informar e motivar os produtores, a agroindústria

e os distribuidores a adotarem uma nova postura em suas relações empresariais. O AgroEx estimula a utilização dos instrumentos do condomínio e do consórcio contratual que proporcionam maior segurança jurídica no desenvolvimento da cooperação empresarial das cadeias produtivas do agronegócio para exportação.

Curso de Integração do Agronegócio para Exportação – AgroInt

Curso de formação da cultura da integração contratual para exportação. É destinado aos exportadores, potenciais exportadores e instituições que auxiliam o agronegócio.

O curso conta com os seguintes temas: globalização e mercado; marketing e promoção internacional; ferramentas para exportação; financiamento para exportação; regime aduaneiro; integração para exportação; gestão das cadeias produtivas integradas.

Projeto de Desenvolvimento da Integração Contratual - AgroIncubadoras

O objetivo deste projeto é estimular a implementação da integração contratual das cadeias produtivas do agronegócio. Fomenta e acompanha a criação de projetos piloto de Condomínios Rurais e Consórcios Contratuais de Exportação, visando a integração dos elos das cadeias produtivas do agronegócio para exportação. O objetivo das AgroIncubadoras é a coordenação dos diferentes elos (produção, beneficiamento e distribuição), de entes públicos e privados, para acesso a mercados.

Para a implementação do PRODIEx foram realizados as seguintes ações no ano de 2007:

AgroEx - Seminário do Agronegócio para Exportação:

- VI AgroEx - Seminário do Agronegócio para Exportação, realizado em Petrolina, PE, em 12 de abril de 2007.
- VII AgroEx - Seminário do Agronegócio para Exportação, realizado em Vitória, ES, em 18 de maio de 2007.
- VIII AgroEx - Seminário do Agronegócio para Exportação, realizado em Curitiba, PR, em 28 de junho de 2007.
- IX AgroEx - Seminário do Agronegócio para Exportação, realizado em Ribeirão Preto, SP, em 12 de julho de 2007.

- X AgroEx - Seminário do Agronegócio para Exportação, realizado em Barreiras, BA, em 23 de agosto de 2007.
- XI AgroEx - Seminário do Agronegócio para Exportação, realizado em Porto Velho, RO, em 25 de outubro de 2007.
- XII AgroEx - Seminário do Agronegócio para Exportação, realizado em Ilhéus, BA, em 06 de dezembro de 2007.

AgroInt - Curso de Integração para Exportação:

- II AgroInt - Integração para Exportação, realizado em Fortaleza, CE, em 26 e 27 de abril de 2007.
- III AgroInt - Integração para Exportação, realizado em Campo Grande, MS, em 24 e 25 de maio de 2007.
- IV AgroInt - Integração para Exportação, realizado em Florianópolis, SC, em 14 e 15 de junho de 2007.
- V AgroInt - Integração para Exportação, realizado em Belém, PA, em 05 e 06 de julho de 2007.
- VI AgroInt - Integração para Exportação, realizado em Petrolina, PE, em 16 e 17 de agosto de 2007.
- VII AgroInt - Integração para Exportação, realizado em Ribeirão Preto, SP, em 20 e 21 de setembro de 2007.
- VIII AgroInt - Integração para Exportação, realizado em Curitiba, PR, em 22 e 23 de novembro de 2007.

AgroIncubadoras - Apoio a Integração para Exportação:

No ano de 2007 foram iniciados os trabalhos para a constituição da AgroIncubadora dos Produtores de Orgânicos de Santa Catarina e a AgroIncubadora dos Exportadores de Frutas do Norte de Minas Gerais, devendo ser concluídas em 2008 e permitindo acesso aos mercados internacionais para estes setores.

Dentro desta ação foram realizadas outras atividades com o objetivo de fomento à integração dos elos das cadeias produtivas para acesso a mercados.

Tabela 21 – AgroIncubadoras: eventos realizados em 2007

Título do Evento	Título da Palestra	Data	Local	Órgão Promotor
10 Anos do Comitê de Fruticultura da Metade Sul do RS	Uso dos Condomínios Rurais para a Exportação	Março/07	Bagé, RS	MAPA
Encontro Mineiro de Produção Integrada	Integração da atividade produtiva para acesso a mercado: condomínio de produção e consórcio de exportação	Mai/07	Belo Horizonte, MG	MAPA
ENCOMEx - Encontro de Comércio Exterior	Integração Contratual da Fruticultura e da Agroindústria Para a Exportação	Junho/07	Aracaju, SE	MDIC
II Seminário da Fruticultura de Tocantins – TO	A Conquista do Mercado Externo para a Fruticultura e o Passo a Passo para a Exportação	Agosto/07	Palmas, TO	Governo do Estado do Tocantins
Alternativas Econômicas para o desenvolvimento do Vale do São Francisco	Integração Contratual da Fruticultura para a Exportação	Novembro/07	Petrolina, Pe	SEBRAE/PE
II Exporta – PE	Quais as vantagens do Condomínio Rural para Exportação	Dezembro/07	Petrolina, PE	SEBRAE/PE
Seminário ABANORTE	Condomínio de produção e Consórcio de Exportação como mecanismos de organização da atividade produtiva”	Março/2007	Janaúba, MG	ABANORTE/ MG
Palestra FAEMG/ SENAR/MG	PRODIEx: Projeto de Desenvolvimento da Integração para Exportação	fevereiro/2007	Belo Horizonte, MG	FAEMG/ SENAR/MG
Palestra CASA APIS/USAID	PRODIEx: Projeto de Desenvolvimento da Integração para Exportação	Dezembro/2007	Teresina, PI	SEBRAE/ USAID

Elaboração de materiais técnicos:

Publicação da cartilha sobre Integração do Agronegócio para Exportação e finalização da cartilha de exportação de frutas para a União Européia - Caminhos para Exportar Frutas para a UE.

2.5.3.3. Temas referentes à atividade de ações promocionais no exterior

Neste grupo de atividades consideram-se as ações de promoção no mercado externo propriamente ditas, a recepção de missões estrangeiras com interesse no agronegócio brasileiro, a organização de eventos de caráter internacional realizados no Brasil e a produção de material institucional para a promoção do agronegócio brasileiro.

Eventos Internacionais

Em 2007 as atividades de promoção do agronegócio brasileiro no exterior tiveram como objetivo combinar ações institucionais, políticas, técnicas e comerciais em mercados estratégicos, abrangendo público multiplicador e formador de opinião, como autoridades governamentais, representantes setoriais, acadêmicos, imprensa e empresários locais. Tais ações buscaram informar e esclarecer sobre os principais ataques internacionais sofridos pelo setor agropecuário brasileiro no exterior, tais como degradação da Floresta Amazônica, trabalho escravo e qualidade e sanidade do produto brasileiro, divulgar os setores do agronegócio brasileiro, além incentivar a aproximação entre empresários brasileiros e estrangeiros, visando a identificação de oportunidades de negócios e parcerias e, finalmente, propiciar ambiente favorável à celeridade dos acordos sanitários e fitossanitários que viabilizem a exportação dos produtos do agronegócio brasileiro.

Para tanto, empreendeu-se um esforço direcionado de marketing, com a seleção de eventos prioritários, multisetoriais ou voltados para setores específicos, dentre os quais destacam-se os listados a seguir:

Semana Verde, Berlim, Alemanha

Organização da participação do MAPA em painel de ministros de estado sobre biocombustíveis na Feira Semana Verde, realizada em Berlim, na Alemanha, de 18 a 27 de janeiro.

BIOFACH, Nuremberg, Alemanha

A participação do MAPA na World Organic Trade Fair Biofach 2007, maior evento mundial do segmento de produtos orgânicos, teve como objetivo registrar tendências e inovações regionais e mundiais do setor e identificar oportunidades de mercado para os produtos brasileiros, tendo em vista a regulamentação oficial de produtos orgânicos, em fase de aprovação.

Este ano a Feira, realizada de 21 a 24 de fevereiro, contou com 2.565 expositores formados por produtores, indústrias processadoras, certificadoras e *traders* (cerca de dois terços provenientes do exterior, de 80 países) e 45.273 visitantes comerciais de 116 países.

A maior tendência observada na Feira foi a de ressaltar aspectos relacionados à saúde, nos alimentos, suplementos alimentares, nas ervas medicinais e nos óleos, como a presença de vitaminas, minerais, fibras, a ausência de cafeína, as propriedades antialérgicas, anticarcinogênicas, calmantes, energéticas, digestivas, reguladoras intestinais, equilibradoras da taxa de colesterol, fortificantes, antioxidantes, antienvhecimento, inibidoras de apetite e estimulantes, entre outros.

Missão Ministerial à Ásia

A SRI elaborou, organizou e acompanhou missão comercial, técnica e política ao Japão, à Indonésia e a Cingapura, no período de 12 a 19 de março. A missão teve como objetivo contribuir para a geração de novos negócios entre o Brasil e aqueles países, sendo chefiada pelo Ministro da Agricultura e composta por técnicos do governo; representantes da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (ÚNICA); do Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar e do Alcool do Estado de Goiás (SIFAÇÚCAR) e SIFAEG; da Petrobrás; da Associação Brasileira de Produtores e Exportadores de Frango (ABEF); da Associação Brasileira da Indústria de Produtores e Exportadores de Suínos (ABIPECS); da Associação Brasileira de Criadores de Suínos (ABCS); da Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO).

• *Ações no Japão:*

- ✓ Reunião do Ministro da Agricultura do Brasil com Ministro da Agricultura, Floresta e Pesca, com Ministro do Meio Ambiente com e Ex-Ministro da Economia, Comércio e Indústria do Japão para tratar de temas que afetam o comércio de produtos do agronegócio brasileiro;
- ✓ Reunião da equipe técnica do MAPA com técnicos do Ministério da Agricultura, Floresta e Pesca, para tratar de questões de ordem sanitária e fitossanitária importantes para as exportações de produtos do agronegócio brasileiro;
- ✓ Participação do Ministro na abertura da feira;

- ✓ Inauguração do pavilhão brasileiro, com visita aos estandes dos expositores nacionais;
- ✓ Evento de confraternização para aproximação da delegação e dos empresários brasileiros com a Embaixada Brasileira em Tóquio, entidades de fomento comercial, como a JETRO e o JBIC e eventuais empresas japonesas de interesse específico;
- ✓ Entrevistas à imprensa local, com o objetivo de divulgar, junto à opinião pública, a preocupação do Brasil na obtenção de produtos de alta qualidade e sanidade, produzidos com práticas agrícolas sustentáveis, do ponto de vista econômico, social e do meio ambiente; e
- ✓ Realização de seminário sobre etanol para empresários japoneses, destacando formas de viabilizar o consumo do etanol no mercado automobilístico japonês e atração de investimentos japoneses no Brasil. O Seminário para atração de investimentos no Japão foi realizado pelo Ministério, em conjunto com a Embaixada Brasileira em Tóquio e teve o apoio do Banco Japonês para Cooperação Internacional – JBIC e do Instituto Japonês para Investimentos no Exterior. Foram registradas 160 pessoas, entre autoridades governamentais, representantes do setor automobilístico, consultorias, jornalistas, instituições de pesquisa e jornalistas.

- ***Ações na Indonésia:***

- ✓ Reunião do Ministro da Agricultura do Brasil com Ministro da Agricultura e com o Ministro da Pesquisa e Tecnologia da Indonésia;
- ✓ Assinatura do memorando de criação do Comitê Consultivo Agrícola - CCA Brasil-Indonésia;
- ✓ Realização de Seminário sobre o Agronegócio Brasileiro para 160 pessoas;
- ✓ Organização de recepção na Embaixada para a delegação brasileira, com a presença de autoridades locais;
- ✓ Apoio à organização de agenda para representantes do setor privado brasileiro presente à missão: reuniões com empresários locais; e
- ✓ Realização de reuniões técnicas com representantes do governo indonésio – área sanitária e fitossanitária e etanol.

- ***Agenda em Cingapura***

A visita do Ministro a Cingapura contribuiu para melhor divulgar e promover, junto a importantes interlocutores do governo cingalês, a excelência do agronegócio brasileiro. A delegação brasileira se reuniu com autoridades sanitárias, visando a remoção dos entraves de ordem sanitária e fitossanitária às exportações de carnes buscando fomentar e diversificar a pauta de exportação brasileira. Esse encontro possibilitou a discussão e a resolução de vários problemas sanitários e de conformidade, abertura do mercado de carne de perus e o compromisso de abertura do mercado de carne suína com osso do Estado de Santa Catarina.

Missão ao México

A SRI elaborou, coordenou e acompanhou uma missão técnica e de aproximação comercial ao México, chefiada pelo Ministro da Agricultura e composta por técnicos do MAPA, representantes de governos estaduais, empresários e entidades representativas do agronegócio nacional. A Missão teve como objetivo impulsionar a agenda de discussão de temas sanitários e fitossanitários que dificultam o comércio de produtos do agronegócio e promover uma aproximação dos empresários brasileiros com parceiros e potenciais importadores mexicanos. As ações no México ocorreram de 30 de julho a 3 de agosto, antecedendo a visita do Presidente da República àquele país.

A missão foi aberta a empresários de qualquer setor do agronegócio, e contou com representantes dos seguintes setores: lácteos; carne suína; soja; arroz; comidas para animais de estimação e queijos, além de Secretários Estaduais de Agricultura, Indústria e Comércio e presidentes de Federação de Agricultura. Estavam confirmados, ainda, representantes dos setores de avestruz, frutas, cachaça, e sucroalcooleiro, além de outros representantes dos setores efetivamente presentes na missão.

• *Ações no México*

- ✓ Missão de aproximação comercial, dirigida a empresários do agronegócio brasileiro, incluindo seminários técnicos, agendas de reuniões de negócios personalizadas e visitas técnicas;
- ✓ Seminário sobre o agronegócio brasileiro, com a presença do Senhor Ministro de Estado, seguido de coletiva de imprensa e almoço com oportunidade para contatos entre os participantes do seminário e a missão brasileira; e

- ✓ Agenda técnica, composta de reuniões de técnicos do MAPA com seus contrapartes mexicanos para tratar de temas sanitários e fitossanitários.

Missão à Europa

A missão, elaborada e coordenada pela SRI, compreendeu a visita do Senhor Ministro e de delegação formada por técnicos do MAPA e representantes de setores produtivos brasileiros à Alemanha, Holanda e Bélgica. Foi realizada no período de 12 a 19 de outubro. Os três países selecionados destacam-se pela importância comercial e política, sendo a Holanda e a Alemanha importantes parceiros comerciais do Brasil e, Bruxelas, a sede da Comissão Européia. Desta forma, as ações propostas tiveram impacto efetivo junto ao público formador de opinião, composto por autoridades governamentais, representantes setoriais, empresários, academia e jornalistas.

• Ações na Alemanha

- ✓ Em Colônia, Alemanha, no dia 13 de outubro, o Senhor Ministro participou da cerimônia oficial de abertura da Feira de Alimentação Anuga e visitou o pavilhão brasileiro, assim como realizou a divulgação do material sobre o Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes, do MAPA. O Senhor Ministro também teve reuniões com o Vice-Ministro da Agricultura alemão, com representantes da Associação Holandesa de Importadores de Carne e concedeu entrevistas a jornalistas brasileiros e internacionais.
- ✓ Em Frankfurt, no dia 18 de outubro, foi realizado, nas instalações da Bolsa de Valores, o II Fórum de Discussão sobre o agronegócio brasileiro, com o tema “*Excelência Competitiva do Agronegócio Brasileiro: food, feed and fuel*”, que contou com a presença do Senhor Ministro, dando continuidade à série de seminários iniciados na Alemanha em 2006 e que já aconteceram na Holanda, Japão, Indonésia e México. A palestra do Senhor Ministro foi seguida por coletiva de imprensa e por exposição institucional, com informações sobre os principais setores do agronegócio. O objetivo do seminário foi promover o agronegócio brasileiro, visando a atração de investimentos e oportunidades de parcerias entre ambos países. Este evento foi realizado em parceria com a Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha e destinou-se a autoridades locais, empresários, imprensa e formadores de opinião, com público de aproximadamente 160 pessoas. No

mesmo local foi realizada coletiva de imprensa, bem como a inauguração do Centro de Competência do Agronegócio Brasileiro em Frankfurt, em parceria com o Escritório de Projetos Mercosul em Frankfurt, subsidiária da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha de São Paulo. As atividades do centro têm o objetivo de facilitar a promoção do agronegócio brasileiro nos mercados alemão e europeu, promover cooperação estratégica e difundir oportunidades de negócios e investimentos.

- ✓ Em Berlim, no dia 19 de outubro, o Senhor Ministro participou de evento intitulado Colóquio sobre o Agronegócio Brasileiro, onde discursou para público altamente seletivo, composto por servidores do Ministério das Relações Exteriores alemão, pelo chefe de gabinete do Ministro da Agricultura alemão, pelo Cônsul Honorário do Brasil na Alemanha, pela Embaixadora do Chile na Alemanha, por assessor parlamentar e representante da Fundação do Partido Verde, por representante da Fundação do Partido Social Democrata, por membros do Instituto Alemão para Assuntos Internacionais e de Segurança (SWP), por representante da instituição não-governamental WWF na área de Políticas e Desenvolvimento Rural na União Européia, pela diretora da Genius GmbH, empresa de consultoria em biotecnologia, especializada em *food and feed*, por cientistas pesquisadores da Freie Universität Berlin, LAI, principal universidade da antiga Berlim Ocidental, sendo ainda hoje uma universidade muito importante, por representante da Sociedade de Amizade Brasil-Alemanha, que congrega pessoas com ligação com o Brasil, como ex-embaixadores, entre outros.

- **Ações na Holanda**

- ✓ No dia 15 de outubro, foi realizado o Fórum de Discussão sobre *Agricultura Sustentável no Brasil: Soja Responsável – Food, Feed and Fuel*, em Wageningen. O Seminário, realizado em parceria com a Universidade de Wageningen, teve como palestrantes o Senhor Ministro, o Governador do Estado do Mato Grosso, Blairo Maggi, técnicos da Embrapa e representantes da indústria e da produção da soja no Brasil. Do lado holandês, houve palestrantes que representaram a indústria, as organizações não-governamentais e a academia. Na platéia, havia representantes do setor produtivo, industrial, de Universidades, de organizações da sociedade civil e da imprensa. O público foi de 170 pessoas. O objetivo foi realizar uma discussão

sobre como promover a agricultura sustentável no Brasil, com foco na produção de soja. Após sua participação no seminário, o Senhor Ministro deu entrevista à imprensa.

- ✓ No mesmo dia, o Senhor Ministro participou da *Conferência Estratégica sobre o Brasil*, na cidade de Utrecht, organizada pela Câmara de Comércio Brasil-Holanda, pelo Rabobank e pela Embaixada Brasileira, com o tema *Responsabilidade Social da Atividade Econômica*. O Senhor Ministro proferiu palestra sobre a produção de biocombustíveis *versus* a produção de alimentos.

- **Ações na Bélgica**

Em Bruxelas, nos dias 16 e 17 de outubro, o Senhor Ministro teve reuniões com representantes da Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu, com autoridades Belgas, com importadores europeus de carne bovina e de grãos brasileiros. Em sua agenda oficial constou audiência com o Comissário Europeu para Comércio, Senhor Peter Mandelson e com o Comissário Europeu para Saúde e Proteção do Consumidor, Senhor Markos Kyprianou que, convidou o Senhor Ministro a acompanhá-lo em coletiva de imprensa sobre a audiência realizada, de grande importância para esclarecer a imprensa local sobre a qualidade e a sanidade da carne bovina brasileira.

Missão Precursora ao Oriente Médio

Em novembro foi realizada missão precursora em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, em Riade, na Arábia Saudita, no Cairo, no Egito, em Teerã, no Irã e em Istambul e em Ancara, na Turquia. O objetivo foi preparar as missões que o Ministério pretende realizar em 2008 naqueles países, a saber: missão comercial à Arábia Saudita e aos Emirados Árabes em fevereiro de 2008, por ocasião da Feira de Alimentos Gulfood, mais importante encontro de negócios do setor na região e missão ministerial ao Irã, Egito e Turquia, planejada para o segundo trimestre do mesmo ano. As missões serão compostas por empresários, representantes do agronegócio brasileiro e, técnicos do MAPA, chefiados por alta autoridade do Ministério, compreendendo atividades de promoção comercial, como seminários, rodadas de negócios e eventos de aproximação com empresários locais, além de visitas técnicas e audiências oficiais e técnicas.

A missão precursora cumpriu agenda programada pelas Embaixadas do Brasil naqueles países, fazendo reuniões nas Câmaras de Comércio e com possíveis

parceiros e coordenadores locais, além de vistoriar locais para a realização de seminários e outros eventos institucionais.

Com as informações coletadas na missão precursora, o DPI fará recomendação final das atividades das missões que, após aprovação interna serão apresentadas aos setores do agronegócio brasileiro com potencial exportador para aqueles países, com vistas à arregimentação de empresas.

Recepção de Missões Estrangeiras

Organização para recepção de diversas missões estrangeiras com interesses variados no agronegócio brasileiro: grãos, carnes, bioenergia, além de aspectos gerais da organização da produção agropecuária brasileira (política agrícola, logística, potencial etc.).

Para cada missão foi entregue material, em inglês ou espanhol, sobre o agronegócio brasileiro. Além disso, foram realizadas palestras específicas sobre os temas de interesse, por técnicos do próprio DPI ou por técnicos convidados de outras áreas do Ministério. Para algumas missões foram organizadas visitas de campo a regiões do Brasil para mostrar, in loco, aspectos de interesse da produção agropecuária.

Em 2007, o DPI recebeu delegações estrangeiras com interesses tanto gerais como em setores específicos do agronegócio brasileiro. Essas recepções incluíram atividades como reuniões com as diversas unidades do Ministério e das unidades vinculadas, visitas técnicas, acompanhamento em visitas de campo, contatos e parcerias com o setor privado, entre outras. Dentre as principais missões organizadas pelo DPI cabe citar:

França

- Organização de reunião e recepção a grupo de agricultores e cooperados da região de *Champagne*. A região é produtora de vinhos espumantes, entre outros produtos.
- Recepção à cooperativa francesa AGRIAL, que realizou uma viagem de estudo no Brasil, com um grupo de aproximadamente 60 pessoas, do conselho administrativo e da diretoria da cooperativa. A cooperativa AGRIAL está entre as cinco principais cooperativas francesas e tem cerca de 10.000 cooperados. O MAPA fez uma

apresentação sobre o programa brasileiro de biocombustíveis e viabilizou encontros com representantes do setor cooperativo.

- Recepção de grupo de 40 integrantes do EAI (Échanges Agricoles Internationaux – Intercâmbios Agrícolas Internacionais), entidade fundada no âmbito da ESA (École Supérieur d'Agriculture d'Angers – Escola Superior de Agricultura de Angers) para fomentar o intercâmbio agrícola, orientada especificamente para o intercâmbio de jovens.

Austrália

- Recepção de delegação australiana integrada por 15 membros, dentre os quais jovens produtores rurais australianos e acadêmicos. O intuito da visita foi obter um panorama da agricultura no Brasil, bem como suas tendências.

Estados Unidos, Europa

- Organização de reunião para a recepção de investidores americanos e europeus, em parceria com o Banco do Brasil e o Deutsche Bank. Os temas de interesse foram acerca das negociações internacionais, da política agrícola nacional e da área de agroenergia.

União Européia

- Organização da missão ao Brasil da delegação da Comissão Européia para Agricultura e Desenvolvimento Rural chefiada pela Comissária Senhora Mariann Fischer Boel. O roteiro em Brasília incluiu visita ao Ministério, à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil-CNA e à Embrapa Cerrados, onde a Comissária tomou conhecimento da importância da região dos Cerrados para o agronegócio brasileiro. Em Uberaba, Minas Gerais, a Comissária visitou a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu e a Fazenda Mata Velha, próxima à cidade. Conheceu o gado zebuino, sua importância para a pecuária brasileira e a tecnologia aplicada ao melhoramento genético. Na região de São Carlos, São Paulo, foi visitada a Agrindus, empresa dedicada à produção de leite (2º maior do Brasil), citrus e gado de corte em confinamento. Foi realizada visita ao Centro de Tecnologia Canavieira, em Piracicaba, e a uma unidade de produção de açúcar e álcool pertencente à Usina Equipav S/A, em Lins, São Paulo. Por fim foi

realizada visita à região de Ponta Grossa, Paraná, onde a Comissária conheceu a Cooperativa Castrolanda, em Castro, Batavo Cooperativa Agroindustrial, em Carambeí e a Fazenda Frank'Anna, onde tomou contato com o estado da arte em plantio direto de grãos. Neste estado a Comissária foi recebida pelo Vice-Governador e pelo Secretário Estadual de Agricultura. Em função da agenda realizada, a Comissária pôde conhecer as melhores práticas agropecuárias brasileiras e os principais setores produtivos nacionais, resultando na formação de imagem extremamente positiva sobre a efetividade dos esforços investidos na competitividade e na sustentabilidade do agronegócio brasileiro.

Organização de Eventos do Ministério com Caráter Internacional

Global Initiative on Commodities

Articulação com os parceiros internacionais do evento, a saber, Fundo Comum para Produtos de Base (CFC), Secretaria-Geral do Grupo de Países da África, Caribe e Pacífico (ACP), Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com vistas à organização da Conferência *Global Initiative on Commodities*, realizada em Brasília, no período de 7a11 de maio de 2007.

O evento teve como objetivos:

- Aprofundar a consciência e o entendimento da problemática dos produtos de base por meio da sensibilização da comunidade internacional, incluindo governos, organizações internacionais, sociedade civil e setor privado.
- Restabelecer a agenda para produtos de base, sob uma perspectiva de redução da pobreza e de desenvolvimento, considerando mudanças tecnológicas e desenvolvimentos recentes nos mercados desses produtos, inclusive as mudanças na geografia do comércio internacional.
- Identificar uma estratégia global para os produtos de base e uma coerente abordagem da capacitação, considerando o nexos entre ajuda, comércio e finanças internacionais.

A Conferência foi aproveitada para apresentar dois temas estratégicos para a imagem do agronegócio brasileiro no exterior: a excelência da Embrapa e, conseqüentemente do Brasil em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia para a

agricultura tropical e a experiência brasileira com o etanol, incluindo o Programa de Agroenergia e sua interação internacional.

O evento foi dividido em quatro painéis: a situação dos produtos de base e perspectivas; assuntos relativos à oferta; assuntos relativos à cadeia produtiva; e como financiar o desenvolvimento e a diversificação dos produtos de base e uso de rendas de recursos. Após a realização dos painéis foram montados grupos de trabalho responsáveis por concluir e relatar os temas debatidos à plenária.

No âmbito do evento foi realizada visita técnica à Embrapa Cerrados, para acompanhamento de experimentos de café, fruticultura, mandioca e integração lavoura-pecuária, seguido de degustação de produtos da pesquisa, e visita de campo à Usina Jalles Machado, processadora de etanol, com duas apresentações feitas por especialistas brasileiros sobre a experiência nacional em biocombustíveis e uma apresentação realizada por especialista internacional.

Além da presença de especialistas e autoridades de vários países como palestrantes e debatedores, o evento, fechado ao público em geral, contou com representantes de 93 países, 15 instituições e membros da Comissão Europeia. Ao todo, foram registradas 211 pessoas durante o evento, entre oficiais governamentais de alto nível, representantes de organismos internacionais e representantes do setor privado, envolvidos na produção, comércio e distribuição de produtos de base.

Material Promocional

O material institucional para a promoção do agronegócio brasileiro foi desenvolvido para apresentar o agronegócio brasileiro a estrangeiros em eventos no exterior e na recepção de delegações estrangeiras no Brasil.

Ao longo de 2007 foram distribuídos vários materiais promocionais nos diferentes eventos onde o MAPA marcou presença. Nesse ano foram atualizadas e reimpressas as seguintes publicações:

- Livreto “Panorama do Brasil e Agronegócio”: apresenta informações estatísticas sobre o Brasil e sobre os principais setores do agronegócio brasileiro – versões em inglês e alemão.
- Portifólio sobre o Agronegócio Brasileiro: descreve os serviços prestados pelo Mapa e suas unidades vinculadas em prol da qualidade, sanidade e competitividade do produto agropecuário brasileiro, com informações sobre os

principais setores exportadores. Desenvolvido para distribuição em feiras, seminários e eventos – versão em inglês e espanhol.

- Edição do Vídeo “Agronegócio Brasileiro – Qualidade e Sanidade para o Mundo”, para o site do Ministério: o vídeo apresenta o agronegócio brasileiro com belas imagens de diferentes setores e regiões do Brasil. Desenvolvido em DVD nos idiomas inglês, espanhol, alemão e português e utilizado em eventos sobre o agronegócio brasileiro no exterior e na recepção de missões estrangeiras.

2.6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

2.6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

Não se aplica.

2.7. INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS POR RENÚNCIA FISCAL

2.7. INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS POR RENÚNCIA FISCAL

Não se aplica.

2.8. OPERAÇÕES DE FUNDOS

2.8. OPERAÇÕES DE FUNDOS

Não se aplica.

**2.9 CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO
DE UNIDADES AFINS (CONFORME ANEXOS II E X DA
DN-TCU-85/2007)**

**2.9. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS
(CONFORME ANEXOS II E X DA DN-TCU-85/2007)**

Não se aplica

**ANEXO A – DEMONSTRATIVO DE TOMADAS DE
CONTAS ESPECIAIS (CONFORME ITEM 12 DO
CONTEÚDO GERAL POR NATUREZA JURÍDICA DO
ANEXO II DA DN-TCU-85/2007)**

**ANEXO A – DEMONSTRATIVO DE TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS
(CONFORME ITEM 12 DO CONTEÚDO GERAL POR NATUREZA JURÍDICA DO
ANEXO II DA DN-TCU-85/2007)**

Não houve, no exercício de 2007, instauração de processo de tomadas de contas especiais.

**ANEXO B – DEMONSTRATIVO DE PERDAS,
EXTRAVIOS OU OUTRAS IRREGULARIDADES
(CONFORME ITEM 13 DO CONTEÚDO GERAL POR
NATUREZA JURÍDICA DO ANEXO II DA DN-TCU-
85/2007)**

ANEXO B – DEMONSTRATIVO DE PERDAS, EXTRAVIOS OU OUTRAS IRREGULARIDADES (CONFORME ITEM 13 DO CONTEÚDO GERAL POR NATUREZA JURÍDICA DO ANEXO II DA DN-TCU-85/2007)

Não houve, no exercício de 2007, ocorrência desta natureza.

ANEXO C – DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (CONFORME ITEM I-1.8 DO ANEXO X DA DN-TCU-85/2007)

ANEXO C – DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (CONFORME ITEM I-1.8 DO ANEXO X DA DN-TCU-85/2007)

Não houve, no exercício de 2007, gastos com cartão de crédito corporativo.

**ANEXO D – RECOMENDAÇÕES DE ÓRGÃOS DE
CONTROLE (CONFORME ITEM 9 DO CONTEÚDO
GERAL POR NATUREZA JURÍDICA DO ANEXO II DA
DN-TCU-85/2007)**

ANEXO D – RECOMENDAÇÕES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE (CONFORME ITEM 9 DO CONTEÚDO GERAL POR NATUREZA JURÍDICA DO ANEXO II DA DN-TCU-85/2007)

Não houve, no exercício de 2007, recomendações de órgãos de controle.

**ANEXO E – DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS
REALIZADAS NO EXERCÍCIO (CONFORME ITEM I-1.3
DO ANEXO X DA DN-TCU-85/2007)**

ANEXO E – DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO (CONFORME ITEM I-1.3 DO ANEXO X DA DN-TCU-85/2007)

Não houve, no exercício de 2007, transferências de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição.

III. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

**III.1. Declaração do Contador Responsável pela
Unidade Jurisdicionada sobre as Informações
constantes do SIAFI**

**III.2. DEMONSTRATIVOS DOS PAGAMENTOS DE
DESPESAS DE NATUREZA SIGILOSA, INCLUINDO
AQUELES EFETUADOS MEDIANTE SUPRIMENTO DE
FUNDOS**

III.2. Demonstrativo dos Pagamentos de Despesas de Natureza Sigilosa, Incluindo Aqueles Efetuados Mediante Suprimento de Fundos

No exercício de 2007, não houve despesas de natureza sigilosa, incluindo aqueles efetuados mediante suprimento de fundos.

**IV. DECLARAÇÃO DA UNIDADE DE PESSOAL
QUANTO AO ATENDIMENTO POR PARTE DOS
RESPONSÁVEIS DA OBRIGAÇÃO DE
APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE BENS E
RENDAS**

**V. RELATÓRIOS E PARECERES DE INSTÂNCIAS QUE
DEVAM SE PRONUNCIAR SOBRE AS CONTAS OU
SOBRE A GESTÃO**

V. Relatórios e/ou Pareceres de Instâncias que Devam se Pronunciar sobre as Contas ou sobre a Gestão.

Não houve, no exercício de 2007, relatórios e/ou pareceres de instâncias que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão.